

CMIRELATÓRIO

‘Mucupuki’
Relações Sociais da Pobreza Rural-Urbana
no Centro de Moçambique

Carmeliza Rosário
Inge Tvedten
Margarida Paulo

Tradução do Relatório R 2008: 14

'Mucupuki'
Relações Sociais da Pobreza Rural-Urbana
no Centro de Moçambique

Carmeliza Rosário (AustralCowi)
Inge Tvedten (CMI)
Margarida Paulo (UEM)

R 2008: 14

Relatórios CMI

Esta série pode ser encomendada a:

Chr. Michelsen Institute

P.O. Box 6033 Postterminalen,

N-5892 Bergen, Norway

Tel: + 47 55 57 40 00

Fax: + 47 55 57 41 66

E-mail: cmi@cmi.no

www.cmi.no

Preço: NOK 50

Versão impressa: ISSN 0805-505X

Versão electrónica: ISSN 1890-503X

Versão impressa: ISBN 978-82-8062-355-3

Versão electrónica: ISBN 978-82-8062-356-0

Este relatório está também disponível em:

www.cmi.no/publications

Termos indexados

Moçambique

Áreas Urbanas

Pobreza

Número do projecto

27042

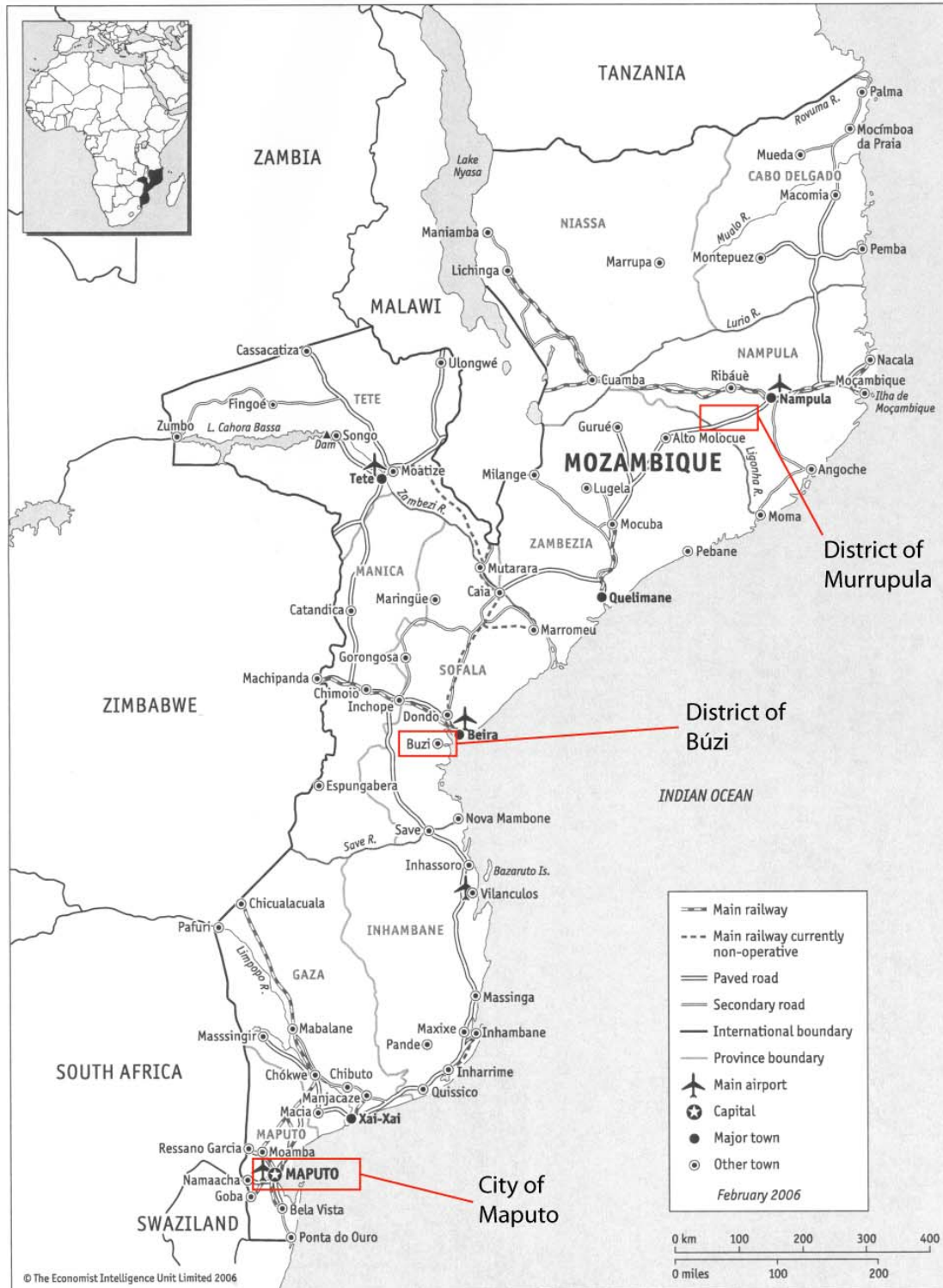
Título do projecto

Estudos Qualitativos da Pobreza em Moçambique 2006-2011

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 BASE LÓGICA DO ESTUDO.....	2
1.2 CONSTATAÇÕES PRINCIPAIS.....	3
1.3 METODOLOGIA.....	4
1.4 LINHAS GERAIS DO RELATÓRIO.....	5
2. DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL	6
2.1 DESIGUALDADE E EXCLUSÃO SOCIAL.....	6
3. CONTEXTO DA ÁREA DE ESTUDO	14
3.1 HISTÓRIA RESUMIDA.....	18
3.2 ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO.....	21
3.3 A ECONOMIA DO DISTRITO.....	26
3.4 EDUCAÇÃO E SAÚDE.....	28
3.5 RESUMO.....	30
4. DETERMINANTES SÓCIO-ECONÓMICAS DA POBREZA	32
4.1 COMPOSIÇÃO E DEPENDÊNCIAS DO AGREGADO FAMILIAR.....	32
<i>Composição do Agregado Familiar</i>	32
<i>Características do Chefe do Agregado Familiar</i>	35
<i>Mobilidade e Migração</i>	36
<i>Relações de Poder Intra – Agregado Familiar</i>	37
<i>Crenças e Filiações</i>	37
4.2 RENDIMENTO E DESPESA.....	38
<i>Rendimentos</i>	38
<i>Despesas</i>	41
4.3 BENS ECONÓMICOS E SOCIAIS.....	42
<i>Propriedade, Habitação e Bens</i>	42
<i>Educação</i>	43
<i>Saúde</i>	44
4.4 LOCAL E ESPAÇO.....	46
<i>Indicadores Económicos</i>	46
<i>Indicadores Sociais</i>	48
4.5 PERCEPÇÕES E EXPECTATIVAS DE BEM ESTAR.....	49
5. PERCEPÇÕES E RELAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA	53
5.1 MACRO-DETERMINANTES DA VULNERABILIDADE.....	53
5.2 PERCEPÇÕES DE POBREZA E DESIGUALDADE.....	54
<i>Características das Comunidades</i>	54
<i>Características e Categorias de Agregados Familiares Pobres</i>	58
5.3 RELAÇÕES SOCIAIS DA POBREZA.....	59
<i>'Tradição' e Género</i>	59
<i>'Modernidade' e Desigualdade</i>	62
<i>Redes e Relações Chave</i>	65
6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	68
6.1 CONCLUSÕES.....	68
6.2 RECOMENDAÇÕES.....	69
LIST OF LITERATURE	90

Mapa 1. Moçambique e Locais do Projecto no Terreno



Fonte: Unidade de Informação Económica

1. Introdução

Este é o terceiro de uma série de seis estudos participativos e qualitativos sobre a pobreza em Moçambique, realizados com o objectivo de apoiar o governo na monitoria e avaliação do Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta em curso, PARPA II (GdM 2005). O primeiro relatório debruçou-se sobre as relações sociais da pobreza rural no norte de Moçambique, com referência especial ao Distrito de Murrupula na província de Nampula (Tvedten, Paulo e Rosário 2006). O segundo relatório analisou as relações sociais da pobreza urbana, com referência especial a quatro bairros na capital de Moçambique, Maputo (Paulo, Rosário e Tvedten 2007). E o presente relatório centrar-se-á nas relações sociais da pobreza na interface entre a vida rural e urbana, com um enfoque no Distrito do Buzi na província de Sofala (ver Anexo 1). Todos os distritos e comunidades em questão serão revisitados após um período de três anos (i.e. em 2009, 2010 e 2011 respectivamente), para verificar mudanças nos níveis de pobreza e bem estar.

O Governo de Moçambique e os doadores investiram esforços e recursos consideráveis no desenvolvimento económico e redução da pobreza. Embora isto tenha conduzido a melhoramentos em termos de um crescimento económico anual de seis a oito por cento durante os últimos dez anos (EIU 2008) e de uma redução de 69% para 54% na proporção de Moçambicanos vivendo na pobreza (INE 2004), os indicadores chave sócio-económicos são ainda muito graves: o PIB per capita é de 1.117 USD, a taxa de alfabetização de adultos é de 46,5%, e a esperança de vida à nascença é de 41,9 anos (Banco Mundial 2006; UNICEF 2007). Isto coloca Moçambique no número 172 entre 177 países no Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD, o que o torna no país menos desenvolvido da África Austral (PNUD 2008).

Há também razão para questionar até que ponto o desenvolvimento económico alargado melhorou as condições de vida dos mais pobres em Moçambique. Na assunção de que os mais pobres são o principal grupo alvo dos esforços do governo e doadores para redução da pobreza, demos especial atenção nos nossos estudos à questão da marginalização e exclusão social. Embora a marginalização de grupos vulneráveis como as mulheres, os idosos, órfãos e vítimas do HIV-SIDA tenha lugar e seja importante referenciá-la, como temos enfatizado, muito pouca atenção tem sido dada aos processos de marginalização baseados na pobreza material *per se*. Em todas as áreas que trabalhamos, os mais pobres são caracterizados pela exclusão não apenas em termos de emprego, rendimento e principais serviços sociais mas também em termos de relações sociais vitais com a comunidade e com os membros da família alargada – simplesmente porque os pobres não têm meios para apoiar os membros improdutivos da comunidade e da família. Neste relatório colocaremos também a questão: a noção neo-liberal de desenvolvimento económico ‘pingando’ até aos mais pobres ocorre actualmente em Sofala e no distrito do Buzi, ou há secções da população que são marginalizadas ou excluídas dos esforços em curso para redução da pobreza?

Como realçado nas nossas introduções aos dois estudos precedentes, a informação baseada em pesquisa sobre a pobreza é reconhecida como importante para as estratégias de redução da pobreza em Moçambique, tal como estas estão expressas no Plano Quinquenal do Governo (GdM 2005) e no PARPA II (GdM 2005) a ele ligado. Os dados quantitativos chave para a monitoria e avaliação da pobreza em Moçambique provêm do Censo Nacional (INE 1997), Inquérito aos Agregados Familiares IAF (INE 1997 e 2004), Inquérito Nacional Demográfico e de Saúde (MISAU 2005) e Estudo Nacional da Força de Trabalho realizado em 2005 (INE 2006). Infelizmente, o acompanhamento dos estudos mais relevantes para o nosso objectivo – o Censo e o Inquérito

Nacional aos Agregados Familiares – foi adiado,¹ o que torna difícil evitar uma certa repetição de dados quantitativos que foram já reproduzidos tanto nos nossos como em outros relatórios (ver e.g. UNICEF 2006 e Banco Mundial 2007), e que estão em processo de se tornarem um tanto desactualizados. Informação actualizada estará disponível para as nossas avaliações das implicações em Murrupula (2009), Maputo (2010) e no Buzi (2011) da estratégia de Moçambique de redução da pobreza.

1.1 Base Lógica do Estudo

Os nossos estudos tomam como ponto de partida os dados quantitativos acima mencionados, reconhecendo que eles fornecem informação importante sobre o mapeamento, perfil e determinantes da pobreza em Moçambique. Todavia, estes dados devem ser complementados com pesquisa qualitativa e participativa para melhor compreensão das estratégias de sobrevivência dos pobres e das dinâmicas da pobreza ao nível das comunidades, agregados familiares e indivíduos. As pessoas agem e respondem ao seu ambiente político e económico consoante as suas próprias (*emic*) percepções dos constrangimentos e oportunidades e através de um conjunto complexo de relações sociais, sendo importante compreender ambos para ser capaz de desenhar políticas e intervenções de desenvolvimento relevantes e eficazes para o alívio da pobreza. Kanbur e Shaffer (2007), economistas, listam as seguintes vantagens comparativas da informação qualitativa:

“...melhorar o desenho do inquérito aos agregados familiares; interpretar constatações contra-intuitivas ou surpreendentes dos inquéritos aos agregados familiares; explicar as razões por trás dos resultados observados; explorar motivações subjacentes ao comportamento observado; sugerir a direcção da causalidade; avaliar a validade dos resultados quantitativos; compreender melhor categorias conceptuais como trabalho, o agregado familiar, etc.; facilitar a análise de categorias localmente significativas de diferenciação social; providenciar uma dimensão dinâmica aos dados excepcionais do inquérito aos agregados familiares.”

A pobreza será em traços largos entendida como falta de rendimento e bens para atender às necessidades básicas na forma de comida, vestuário e abrigo (aliviada através de uma combinação de *oportunidades* redobradas e uma *capacidade* acrescida de capitalizar as oportunidades disponíveis); uma sensação de não ter voz activa nem poder em relação às instituições da sociedade e ao estado (aliviada através do aumento do *empoderamento*); e vulnerabilidade aos choques adversos, ligada à capacidade de lidar com eles através de relações sociais e instituições legais (aliviada através do aumento da *segurança*). Isto aproxima-se da definição alargada usada pelo Governo de Moçambique, que estabelece que a pobreza é a “[im]possibilidade devida a incapacidade ou falta de oportunidade de indivíduos, agregados familiares e comunidades terem acesso a condições mínimas de acordo com as normas básicas da sociedade” (GdM 2005).

As condições sócio-económicas da pobreza e bem estar são o resultado de desenvolvimentos históricos complexos, processos políticos e económicos e das práticas da própria população de relações sociais e construções culturais complexas. Defendemos o ponto de vista de que a estrutura política e económica tem um poderoso, até mesmo determinante, efeito sobre a acção humana e a forma dos acontecimentos, mas também que é importante um enfoque na acção humana e nas vidas comuns para explicar processos de mudança social e diferenciação interna (Bourdieu 1990; Ortner 2006). De particular relevância para a estratégia de sobrevivência das pessoas é a importância do dinheiro, o qual é uma parte integrante da maioria das relações em contextos urbanos e rurais.

¹ A publicação dos resultados do Censo em Sofala, que foi realizado em 2007 e era suposto ser divulgado em Outubro de 2008, está atrasada para meados de 2009. O novo Inquérito Nacional aos Agregados Familiares e Despesa deveria ter sido realizado em 2008 mas foi adiado para 2009, esperando-se a publicação dos resultados no início de 2010.

Aquilo que foi chamado uma “coisificação” das relações sociais (Comaroff e Comaroff 1997; Tvedten 2008) tem profundas implicações nas estratégias de sobrevivência dos mais pobres. Faltam-lhes os meios necessários para iniciar e manter relações vitais de aprovisionamento e segurança social, e são particularmente vulneráveis a mudanças no ambiente económico, incluindo aumentos de preços dos produtos básicos.

A província de Sofala e o distrito do Buzi, que foi escolhido como o local para este estudo, tem uma posição importante na história de Moçambique e na economia política contemporânea. Actualmente Sofala passa por dois desenvolvimentos aparentemente incompatíveis: por um lado a província foi fortemente afectada por um grande declínio da sua anterior base industrial e agrícola, dos recursos piscícolas no Banco de Sofala e do importante comércio com o Zimbabwe e o Malawi através do corredor da Beira. Por outro lado os dados mostram que a província tem apresentado melhorias notáveis nas condições sócio-económicas da sua população. A contagem de pobreza desceu de uns elevados 88% nacionais em 1996/97 para uns baixos 31% nacionais em 2002/03 (INE 2004). Estamos bem a par das controvérsias à volta da veracidade destes dados (ver e.g. DNPO 2004; Chiconela 2004), mas ainda aproveitaremos a noção de uma melhoria nas condições de vida do Distrito do Buzi e verificaremos até que ponto isto se reflecte nas comunidades onde conduzimos o trabalho de campo.

Para aludir à noção de que as pessoas em Sofala e no Buzi conseguiram melhorar a sua situação sócio-económica, demos a este relatório o nome de ‘*Mukupuki*’, que significa a categorização, feita pelas próprias pessoas, dos homens e mulheres que melhoraram as suas condições de vida em resultado do seu próprio trabalho duro (ver o Capítulo 5).

1.2 Constatações Principais

O Buzi apresenta-se como um distrito dinâmico, tendo a Vila como o seu centro político e económico e com pequenos centros de população em cada um dos seus postos administrativos. Parece não haver outras razões além das políticas para não declarar o Buzi como um município, com a maior autonomia crescente política e económica que isso implica.

Ao mesmo tempo, as autoridades tradicionais (*régulos*, *wachefes* e *sagutas*) têm uma forte posição, particularmente fora da Vila. Isto criou uma dependência mútua entre o estado, que confia nestas autoridades para a mobilização popular e cobrança de impostos, e os líderes tradicionais que fazem parte da folha de salários do governo.

Num sistema político onde os distritos têm opções limitadas para tomarem as suas próprias decisões e fazerem investimentos, o fundo dos ‘Sete Milhões de Meticais’ revigorou a participação popular na vida política e económica mas também a conduziu a uma percepção geral de favoritismo baseado na filiação política e posição sócio-económica.

As quatro comunidades em estudo (Vila do Buzi, Bândua, Estaquinha e Nova Sofala) revelam diferenças consideráveis nas adaptações económicas e organização sócio-cultural, grandemente influenciadas por factores externos como o futuro sombrio da Companhia do Buzi, as calamidades naturais recorrentes e a importância das ligações rural-urbanas.

Nas próprias comunidades, a organização sócio-cultural é influenciada pela tensão aparente entre uma adaptação patrilinear ‘tradicional’, níveis de educação melhorados, e a ‘modernização’ resultante dos contactos com a Beira, Vila do Buzi e outras áreas urbanas.

Isto parece ter posto em movimento um desenvolvimento para uma maior desigualdade, onde os agregados familiares e indivíduos que conseguem relacionar-se com as oportunidades de emprego formal e de relações económicas com as áreas urbanas experimentaram uma subida na mobilidade social, enquanto aqueles que permanecem nas áreas rurais se encontram perante uma gama mais limitada de alternativas de meios de subsistência e retornos mais baixos pelo seu trabalho.

Ao mesmo tempo, há processos de marginalização e exclusão social baseados na importância crescente do dinheiro nas relações sociais. Os idosos e as mães solteiras jovens estão em situações particularmente difíceis, ao passo que os homens jovens que não tomam parte na agricultura e não encontram emprego fora da saturada economia informal podem bem tornar-se uma nova 'geração perdida'.

A saúde é considerada uma determinante mais imediata para a pobreza e bem estar do que a educação. A questão mais crítica de saúde é o HIV-SIDA, com uma prevalência de 23% no distrito no seu todo. A doença parece ter sido 'normalizada', o que é positivo para as vítimas que se tornaram menos estigmatizadas mas problemático em termos de impedir que a doença se espalhe ainda mais.

1.3 Metodologia

Dado termos apresentado em detalhe a nossa abordagem metodológica nos dois estudos anteriores (Tvedten et al. 2006; Paulo et al. 2007), apresentaremos apenas um breve resumo neste relatório. A premissa básica na nossa abordagem é a importância de combinar técnicas quantitativas e qualitativas para a monitoria e análise da pobreza. O distrito do Buzi foi seleccionado devido à sua localização no centro de Moçambique (representando um caso comparativo aos dos primeiros dois estudos realizados no norte e sul de Moçambique respectivamente), e à sua localização na interface entre o rural e o urbano com a importância da capital distrital Vila do Buzi e a proximidade à cidade da Beira (representando um caso comparativo aos dos dois estudos anteriores, sobre relações rurais e urbanas da pobreza respectivamente). No Buzi, a Vila, Estaquinha, Bândua e Nova Sofala foram seleccionadas como locais de estudo para reflectir as diferenças na localização geográfica e nas adaptações sócio-económicas (ver o Mapa 2).

Mais especificamente, o relatório baseia-se numa combinação de dados nacionais e provinciais fornecidos pelo INE e pelo MPD; revisões da literatura sobre a economia política de Sofala; entrevistas a parceiros chave no governo, administração do distrito e comunidades; inquéritos adaptados aos agregados familiares com particular enfoque nas relações sociais; e um conjunto de métodos participativos. Os métodos participativos incluem *histogramas* (para mapear processos históricos e acontecimentos considerados particularmente importantes para as actuais condições sócio-económicas de bem estar e pobreza); *mapeamento comunitário* (para mapear as instituições e pessoas consideradas mais importantes no referente às condições contemporâneas de bem estar e pobreza); *classificação de riqueza* (para captar a percepção da própria comunidade sobre a pobreza e bem estar e as categorias dos pobres e dos em melhor situação); *diagramas de Venn* (para identificar relações sociais e redes usadas pelas diferentes categorias de pobres e dos em melhor situação como parte das suas estratégias de sobrevivência); e *análise das forças de impacto* (para captar percepções sobre quais as condições [políticas, económicas, sócio-culturais] que podem inibir ou acelerar a mudança e o desenvolvimento na comunidade).

Como nos dois estudos precedentes sobre Murrupula e Maputo, as autoridades locais (do estado e tradicionais) e a população local foram positivas quanto ao verem-se envolvidas desta forma no processo de pesquisa. Tendo recebido credenciais do Ministério do Plano e Desenvolvimento, a administração do distrito do Buzi forneceu-nos toda a informação que solicitámos e informou os

chefes relevantes a níveis mais baixos (das direcções distritais das repartições públicas, dos postos administrativos e localidades, etc.) sobre o nosso trabalho.² Nos bairros e aldeias, os líderes tradicionais (secretários de bairro, chefes de povoação sénior ou *régulos* e líderes comunitários ou *sagutas*) foram fundamentais na organização de reuniões públicas, selecção das pessoas para as nossas discussões em grupos focais e fornecendo-nos guias para ajudar a identificar agregados familiares relevantes para as nossas entrevistas. As autoridades locais que explicaram e autorizaram a nossa presença são, de acordo com a nossa experiência, absolutamente essenciais para fazer com que as pessoas se relacionem positivamente com trabalhos desta natureza.

1.4 Linhas Gerais do Relatório

No Capítulo 2 apresentamos uma discussão sobre a desigualdade e exclusão social em Moçambique como uma introdução à análise da pobreza e bem estar no distrito do Buzi. O Capítulo 3 fornece informação sobre os antecedentes do distrito do Buzi, centrando-se no seu desenvolvimento histórico, administração do distrito e economia do distrito. No Capítulo 4 analisamos os resultados da pesquisa sobre a organização social e adaptações económicas entre a população nos quatro locais de estudo. O Capítulo 5 é uma análise das relações sociais e percepções culturais da pobreza. E o capítulo final, Capítulo 6, resume a análise e apresenta um conjunto de recomendações preliminares.

² No passado este processo podia levar vários dias, mas o telemóvel tornou a comunicação sobre estes assuntos muito mais fácil.

2. Desigualdade e Exclusão Social

Como demonstrado na introdução a este relatório, o grupo alvo para a estratégia de redução da pobreza em Moçambique são 'os pobres' – actualmente definidos como 54% da população do país. Embora acabar com a pobreza seja um objectivo a longo prazo, algumas pessoas são – em Moçambique como em toda a parte – mais pobres e menos iguais do que outras. Moçambique não é uma sociedade particularmente desigual em termos regionais da África Austral (ver abaixo), mas há no país desigualdades locais importantes baseadas no emprego e rendimento, localização geográfica, filiação política, género, idade e isolamento social resultante do HIV-SIDA e deficiências físicas.

É importante um enfoque nos processos de exclusão sócio-económica e concomitantes desigualdades para identificar as partes mais marginalizadas e empobrecidas das populações locais. A exclusão social descreve uma situação em que certos grupos e indivíduos dentro de uma sociedade são sistematicamente desfavorecidos porque são discriminados negativamente. Isto acontece até certo ponto em todas as sociedades, e pode encontrar-se em dimensões económicas, políticas e sócio-culturais. A exclusão pode ser oficial ou não oficial, e ter lugar em diversas arenas do sistema jurídico, de saúde e educacional para a comunidade e agregado familiar. Um dos pontos fortes do conceito de exclusão é que ele leva-nos a olhar mais para grupos de pessoas do que para indivíduos, atraindo a nossa atenção para estruturas organizacionais ou institucionais que servem para incluir ou excluir. Isto coloca uma ênfase no processo, e ajuda-nos a centrarmo-nos em questões de poder (DfID 2005; GSDRC 2008).

Do ponto de vista do desenvolvimento, a importância de identificar processos de exclusão social está relacionada com o facto de que os grupos marginalizados não beneficiarão geralmente das políticas de desenvolvimento 'gota a gota', precisando sim de intervenções objectivadas. De facto, os mais pobres nas populações locais – referidos de diversas maneiras como os 'muito pobres', os 'mais pobres dos pobres', os 'ultra pobres' – são frequentemente tão marginalizados que se tornam cronicamente pobres e precisarão de medidas de protecção social específicas para sobreviver (CPRC 2005). Como veremos nos capítulos subsequentes deste relatório, os processos de exclusão social são também prevaletentes no Distrito do Buzi.

2.1 Desigualdade e Exclusão Social

Como observado acima, Moçambique é uma sociedade pobre mas não particularmente desigual. A Tabela 1 mostra que o país tem a classificação mais baixa entre os seus vizinhos em termos de desenvolvimento humano – avaliando o rendimento, educação e longevidade. Ao mesmo tempo, tem um índice Gini relativamente dentro da média, avaliando a riqueza relativa das partes da população mais pobres e em melhor situação (PNUD 2008).³ Isto pode ser parcialmente explicado pela história: os colonizadores Portugueses não permitiam a emergência de uma classe média Africana para além do pequeno número dos *assimilados* (Newitt 1995). E depois da independência as políticas socialistas assentaram numa noção de desenvolvimento centralizado mas com uma base ampla, que não permitiu a emergência de uma classe capitalista ou empresarial forte (Abrahamson ad Nilsson 1995). Há também discussões importantes sobre se as actuais políticas de desenvolvimento de Moçambique são 'pró-pobre', com a percepção dominante de que o são – mas que demasiadas pessoas ainda não beneficiam dos esforços de desenvolvimento (DNPO 2004; Arndt et al. 2006; Hanlon 2008).

³ Esta é a medida de desigualdade geralmente mais usada. O coeficiente varia entre 0, que reflecte total igualdade, e 1 que indica total desigualdade (Banco Mundial 2009).

Tabela 1. Pobreza e Desigualdade em Moçambique e em Países Vizinhos

País	Classificação no IDH	10% Mais Ricos comparados com 10% Mais Pobres	Índice Gini
Moçambique	172	18,8	47,3
Tanzânia	159	9,2	34,6
Malawi	164	10,9	39,0
Zâmbia	165	32,3	50,8
Zimbabwe	151	22,0	50,1
África do Sul	121	33,1	57,8
Suazilândia	141	25,1	50,4

Fonte: PNUD 2008

As desigualdades que existem em Moçambique encontram-se em diversas dimensões. As mais vulgarmente referidas são as diferenças geográficas na contagem da pobreza entre as províncias no país (Tabela 2). A contagem de pobreza varia entre 81,1% em Inhambane e 34,1% em Sofala, e é geralmente mais alta nas áreas rurais (55,2%) do que nas urbanas (51,6%). Em termos gerais, a contagem de pobreza é mais alta nas províncias do sul (Maputo, Gaza, Inhambane), mais baixa nas províncias do centro (Sofala, Manica, Zambézia, Tete) e está numa posição intermédia nas províncias do norte (Nampula, Niassa, Cabo Delgado). O padrão é largamente repetido no que se refere à proporção dos ‘ultra-pobres’ (i.e. a proporção da população que se encontra 60% ou mais abaixo da linha de pobreza (ver Chiconela 2004). Contudo, olhando para os indicadores de desenvolvimento humano⁴ como outra medida de desenvolvimento desigual, o cenário é o oposto: as províncias do norte têm os índices mais baixos de desenvolvimento humano, as províncias do sul têm os mais altos e as províncias do centro encontram-se numa posição intermédia em termos de desenvolvimento humano.

Pode-se argumentar que estas disparidades regionais e provinciais reflectem mais as diferenças na história, meio ambiente natural e condições sócio-culturais do que exclusão política, económica e relacionada com ajuda. Assumindo, por exemplo, que há uma correspondência entre redução da pobreza e os esforços do governo e doadores para aliviar a pobreza, Sofala com o maior apoio ao partido da oposição Renamo, medido pelos resultados das eleições gerais de 2004 (16 de 22 assentos parlamentares), é similar à que viu a maior redução na pobreza (ver também de Brito 2007). Isto não quer dizer que não haja exclusão política em Moçambique: tomando ainda Sofala como um exemplo, foram avançados argumentos em como a cidade da Beira, que esteve sob controlo da Renamo, não recebeu o tipo de apoio do governo que seria esperado a fim de enfraquecer a posição da Renamo. E no caso do Buzi – onde a oposição venceu com 81% dos votos as eleições em 2004 (EISA 2009) – a decisão de não declarar como município a capital distrital, Vila do Buzi, o que lhe teria dado uma autonomia política e económica mais forte, é claramente entendida como politicamente motivada.

⁴ O IDH é um índice composto que mede o desenvolvimento humano em termos de i) uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença; ii) conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com um peso de dois terços) e pela taxa combinada de matrícula no ensino primário, secundário e superior (com um peso de um terço); e iii) um padrão de vida decente medido pelo PIB per capita (em US\$PPP) (PNUD 2007)

Tabela 2. Medidas de Pobreza por Província

Província	Contagem de Pobreza	Índice de Desenvolvimento Humano
Urbano	51,6	-
Rural	55,2	-
Niassa	49,5	0,353
Cabo Delgado	62,8	0,313
Nampula	53,6	0,340
Zambézia	45	0,376
Tete	58,7	0,372
Manica	44,4	0,412
Sofala	34,1	0,414
Inhambane	81,1	0,442
Gaza	59,7	0,439
Maputo	71	0,588
Cidade de Maputo	53,2	0,651
Todas	54,1	0,413

Fonte: Chiconela 2004; PNUD 2007.

Olhando para o desenvolvimento da desigualdade ao longo do tempo, entre 1996/97 e 2002/03, o consumo médio do quintil mais baixo dos mais pobres cresceu menos do que os outros quintiles na maioria das províncias em Moçambique – implicando um aumento da desigualdade no período em questão (ver a Tabela 3). O aumento da desigualdade é particularmente elevado nas áreas urbanas. Na Cidade de Maputo o consumo médio nos três quintiles mais baixos caiu efectivamente enquanto aumentou nos dois quintiles do topo, implicando um forte aumento da desigualdade na cidade capital de Moçambique. Tudo isto significa que há *de facto* processos de exclusão, no sentido de que há secções da população que não tomam parte no desenvolvimento sócio-económico de Moçambique (ver também Hanlon e Smart 2008).

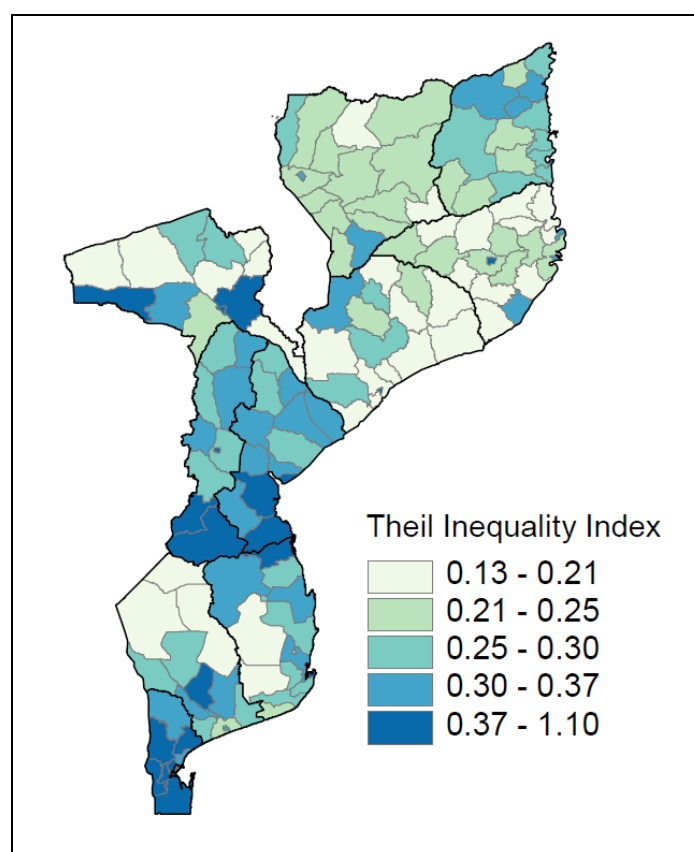
Tabela 3: Crescimento do consumo por quintil, 1996/7-2002/3

Província	1º quintil	2º quintil	3º quintil	4º quintil	5º quintil	Total
Rural*	21,6	30,0	31,1	31,1	30,1	27,5
Urbano*	27,0	11,2	14,8	16,5	28,2	24,4
Niassa	52,9	49,7	40,7	37,5	48,8	45,8
Cabo Delgado	6,4	-5,2	-7,9	-8,8	21,5	6,2
Nampula	36,5	23,9	26,3	21,3	13,2	19,6
Zambézia	25,1	41,4	41,2	37,8	53,9	43,7
Tete	8,2	34,7	49,8	50,9	54,7	47,1
Manica	-3,6	27,3	34,2	30,0	18,6	22,5
Sofala	236,4	199,3	181,2	186,7	221,1	205,5
Inhambane	-27,2	-17,6	-9,7	-2,9	9,3	-2,0
Gaza	16,7	4,6	7,1	9,7	15,4	12,3
Maputo	-5,6	-12,1	-6,3	-9,3	-1,7	-5,1
Cidade de Maputo	-13,3	-13,8	-9,6	1,3	23,8	8,7
Todas	23,4	25,6	27,8	28,1	36,1	30,9

*Estes quintiles foram calculados separadamente para as populações rural e urbana, e são diferentes dos quintiles nacionais usados noutras partes.

Elbers et al. (2004) concluíram que há diferenças relativamente pequenas nos níveis de desigualdade *entre* as províncias em Moçambique, e que por isso muita da desigualdade existente no país encontra-se *dentro* de cada província individual. De facto, a imagem dominante emergente é aquela em que os pobres vivem ao longo dos não pobres, nos mesmos distritos e comunidades locais (Simler e Nhate 2005, ver a Figura 2).⁵ Por um lado isto reflecte aquilo a que chamaremos *exclusão espacial* – resultante da limitada capacidade do estado em alocar os recursos humanos e materiais à educação, saúde, extensão agrícola, segurança social, etc. para as áreas mais marginais das províncias e distritos. As instalações escolares parecem ter a melhor distribuição (reflectindo a ênfase do sector na quantidade); as unidades sanitárias têm uma distribuição um pouco mais baixa nas áreas marginais (reflectindo a ênfase do sector na qualidade); enquanto a protecção social através e.g. do Instituto Nacional de Acção Social, apoiando os idosos, órfãos e incapacitados, atinge muito poucos fora dos centros urbanos e distritais (Hanlon e Smart 2008). Isto está, como veremos em capítulos posteriores, também reflectido no distrito do Buzi. Nas áreas urbanas a exclusão espacial afecta, primeiro e antes de mais, grandes áreas informais de crescimento desordenado que não têm acesso às mesmas estruturas sociais e físicas que as áreas formais (Paulo et al. 2007).

Figura 2. Desigualdades ao Nível dos Distritos em Moçambique (Índice Theil)



Fonte: Simler e Nhate (2005)

⁵ O índice Theil de desigualdade é menos comum do que o índice Gini mencionado acima, mas tem a vantagem de ser aditivo ao longo das diferentes regiões ou subgrupos num país.

A natureza localizada das desigualdades em Moçambique significa que há no país processos locais importantes de diferenciação e exclusão social. Ao longo dos nossos relatórios desta série, enfatizamos como as mudanças na política económica de Moçambique aumentaram a importância do emprego e rendimento no país, para o acesso aos meios básicos de sobrevivência (comida, vestuário, abrigo) e aos serviços sociais como educação e saúde. A 'coisificação' das relações sociais tem tido profundas implicações em termos de marginalização e exclusão de secções da população. Os muito pobres e os mais destituídos nas áreas rural e urbana são crescentemente postos à margem das relações sociais essenciais, simplesmente porque as pessoas não têm meios para apoiar a comunidade ou membros da família alargada que eles sabem não serem capazes de dar qualquer coisa em troca (i.e. relações recíprocas).

Estas pessoas estão 'encobertas' por expressões quantitativas de pobreza como o 'quintil mais pobre', ou no troço mais baixo dos muito pobres medido em termos de 'intervalos de pobreza' (i.e. a profundidade da pobreza) e 'intervalos de pobreza elevados ao quadrado' (i.e. gravidade da pobreza). Embora se tenham verificado melhorias nestas medidas no país (ver a Tabela 4), há ainda um grande grupo de pessoas muito pobres em Moçambique.⁶ São pessoas que são demasiado pobres para irem à escola; estão doentes porque não têm meios para ir ao hospital e comprar medicamentos; ou simplesmente morrem porque não têm acesso à comida em momentos críticos das suas vidas. No quintil mais pobre, por exemplo, 196 crianças em cada 1.000 morrem antes de completarem cinco anos (UNICEF 2005). Deparámos-nos com vários desses agregados familiares nas três áreas em que trabalhamos no âmbito deste projecto (i.e. Murrupula, Maputo e Buzi), claramente categorizados pela população local como pessoas que são pobres em termos materiais e excluídas das principais redes sociais (ver o Capítulo 5).

Tabela 4: Medidas da Pobreza por Área 1997-2003 (Percentagem)

Área	Contagem de Pobreza			Intervalo de Pobreza			Intervalo de Pobreza Elevado ao Quadrado		
	1997	2003	Diferença	1997	2003	Diferença	1997	2003	Diferença
Todas	69,4	54,1	-22,0	29,2	19,9	-31,8	15,5	9,9	-36,1
Urbana	63,9	51,6	-19,2	27,2	18,9	-30,5	14,8	9,0	-39,1
Rural	71,6	55,2	-22,9	30,0	20,4	-32,0	15,8	10,3	-34,8

Fonte: Banco Mundial 2007

Outro processo importante de desigualdade e exclusão social em Moçambique é a *exclusão de género*, com as mulheres a estarem sistematicamente em pior situação do que os homens em termos económicos e sócio-culturais (Tvedten et al. 2008). A Tabela 4 abaixo resume algumas destas desigualdades, que são o resultado das trajectórias históricas, bem como da estrutura de poder patriarcal em Moçambique.

⁶ Hanlon (2008) pôs recentemente em causa a veracidade destes dados, argumentando que "60% da população viu piorar a sua situação". Todavia, é difícil ver em que se baseia este argumento – excepto pela sua inclusão de números sobre as percepções das pessoas de como a sua situação mudou, dados estes que são interessantes mas difíceis de usar como prova de qualquer outra coisa para além de *percepções* das pessoas.

Tabela 5: *Dados Chave Sócio-económicos sobre a Posição das Mulheres em Moçambique (%)*

Item	Homens	Mulheres
Proporção na agricultura	67,5	89,3
Emprego formal	19,0	3,9
Taxa de alfabetização de adultos	67,0	37,5
Frequência líquida da escola primária	62,7	56,7
Esperança de vida à nascença (anos)	44,8	48,6
Proporção afectada pelo HIV-SIDA *	42,0	58,0
	Agregados familiares chefiados por homens	Agregados familiares chefiados por mulheres
Proporção Geral	73,6	26,4
Contagem de Pobreza	51,9	62,5

Fontes: INE 2004; MdS 2005; Banco Mundial 2007 * Taxa total de infecção por HIV-AIDS: 16,1%

Como revelado pelas disparidades regionais no Índice de Desenvolvimento do Género, que mede as diferenças entre homens e mulheres em rendimento, educação e longevidade (PNUD 2003), as desigualdades entre homens e mulheres variam entre províncias embora os homens estejam consistentemente em melhor situação do que as mulheres. A maior discrepância entre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Desenvolvimento do Género (IDG) encontra-se nas províncias do norte, Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia, enquanto a discrepância mais baixa (e consequentemente a relação mais igualitária entre homens e mulheres) se encontra nas províncias do sul, Inhambane, Gaza e Maputo. Estas diferenças reflectem processos locais importantes de marginalização e exclusão ao nível de comunidades e agregados familiares, aos quais voltaremos em capítulos posteriores.

Há também outras categorias de pessoas que actualmente são sistematicamente prejudicadas e sujeitas a exclusão social em Moçambique, pelo menos em parte devido à mudança da economia política acima referida. Tradicionalmente em Moçambique quem cuidava das *crianças órfãs* e dos *idosos* era a comunidade ou a família alargada (Arnaldo 2002), mas ambos os grupos constituem uma parte desproporcionalmente grande das secções mais pobres das comunidades locais – novamente confirmado nas três áreas com que trabalhamos neste projecto. Os papéis e responsabilidades da família alargada mudaram, e as pessoas são em muitos casos forçadas a abandonar os membros ‘improdutivos’ das comunidades e das famílias.

Quaisquer que sejam as medidas, a população órfã de Moçambique está entre as maiores do mundo e o UNICEF estimou que o número total é de 1,2 milhões ou 11,7% de todas as crianças entre os 0 e os 17 anos de idade. Em Sofala, a taxa é de 19% ou quase uma em cada cinco crianças. Os órfãos sofrem frequentemente de um baixo bem estar psicológico, fracos níveis de educação, falta de comida e exposição à violência (UNICEF 2006).

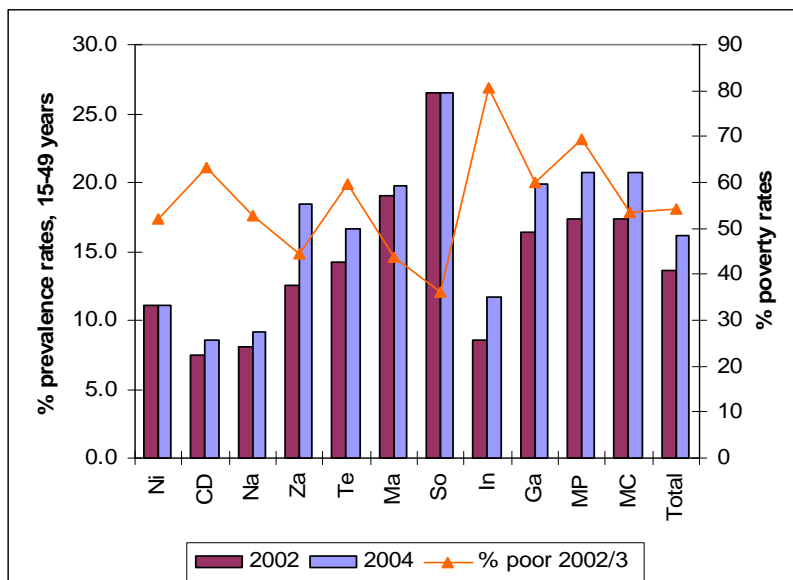
Em particular as mulheres mais velhas constituem uma parte desproporcionalmente grande dos muito pobres. Entre os agregados familiares chefiados por mulheres no país, as viúvas, separadas e divorciadas representam 70% (Chiconela 2003)⁷ e vivem, como mulheres e sós, sob grande pressão sendo frequentemente susceptíveis de outros tipos de exclusão como sejam acusações de feitiçaria. Tais acusações são em si próprias a expressão de estruturas e relações sociais disfuncionais: a pesquisa mostra que frequentemente são pessoas à margem que são vítimas de tais acusações. Ao

⁷ A percentagem equivalente para os agregados familiares chefiados por homens é de 3,3%. A grande diferença pode ser parcialmente explicada pelo facto de que as mulheres vivem mais tempo do que os homens; que 30% de todas as mulheres em Moçambique vivem em relações polígamas; e que para os homens é mais fácil voltar a casar do que para as mulheres.

mesmo tempo, os idosos sós têm uma crescente responsabilidade para com os netos, sobrinhas e sobrinhos órfãos, o que representa mais um encargo para os seus já magros recursos (UNICEF 2007).

O último grupo de pessoas socialmente marginalizadas e excluídas que aqui mencionaremos são as vítimas do HIV-SIDA. A pandemia de HIV-SIDA é relativamente recente em Moçambique (com o primeiro caso registado em 1986), mas o país tem actualmente uma das taxas mais altas da África Austral com 16,6% – variando entre 20,4% na região central e 9,1% no norte (Banco Mundial 2005). Isto representa quase 2 milhões de pessoas. Moçambique tem também uma taxa de infecção feminina excepcionalmente alta de 58% de infectadas, com as mulheres entre os 20 e os 24 anos de idade a terem uma probabilidade de serem infectadas quatro vezes maior do que os homens. A província de Sofala tem a mais alta taxa de infecção do país, 26,5% (UNICEF 2007). A literatura sobre o HIV-SIDA em Moçambique tende a enfatizar como as vítimas se tornam um fardo para a sua comunidade e família alargada, e como a doença coloca em movimento uma espiral negativa de empobrecimento delas próprias e dos seus dependentes (Arndt 2002; Petty et al. 2004).

Figura 3: Taxas de Prevalência de HIV-SIDA entre Adultos (idade 15-49) por Província



Fonte: Banco Mundial 2007, baseado nos dados da República de Moçambique (2005), Ministério do Plano e Finanças (2004)

É importante um enfoque nos grupos muito pobres e mais marginalizados da sociedade Moçambicana, a fim de atingir as metas do governo para a redução da pobreza expressas no PARPA, bem como para satisfazer o objectivo final das organizações de ajuda de atingir os muitos pobres – no qual se baseia grandemente o apoio que recebem das suas organizações de tutela (Tvedten e Villanger 2008). Ao mesmo tempo, a actual ênfase da corrente neo-liberal em políticas ‘gota a gota’, tanto na esfera económica como nos sectores sociais, torna muito difícil atingir este grupo. A maioria dessas pessoas é demasiado pobre, demasiado doente e demasiado marginalizada para ser capaz de explorar novas opções na agricultura, emprego e rendimento e de fazer uso de novas oportunidades na educação e saúde – sendo todas estas fundamentais para a estratégia de redução da pobreza em Moçambique.

Joseph Hanlon promoveu recentemente argumentos importantes para se dar mais atenção aos muito pobres e mais marginalizados, com o óbvio (embora demasiadas vezes ignorado) ponto de partida de que ‘os pobres são pobres porque não têm dinheiro’ (Hanlon 2008: 154). Para alguns dos muito pobres, o dinheiro é essencial para assegurar as necessidades básicas em termos de comida, abrigo e vestuário e para evitar a sua destituição e privação totais. E para outros, o dinheiro ajudará a iniciar actividades de geração de rendimento numa pequena escala que podem afastá-los de situações críticas de empobrecimento. Hanlon escreve a favor de intervenções orientadas para um objectivo, incluindo a protecção social na forma de transferências de dinheiro (para os mais pobres e mais marginalizados) e programas de obras públicas para os que têm capacidade de trabalhar – com referência ao facto de que os pobres têm provado que usam construtivamente as transferências de dinheiro e que essas transferências estimularão os mercados locais e facilitarão o crescimento da economia. Compartilhamos amplamente o apelo de Hanlon para um redireccionamento das políticas de desenvolvimento e ajuda em Moçambique, no sentido de um enfoque mais forte nos sectores produtivos e nos pobres, e voltaremos nas próximas páginas às questões da marginalização e exclusão social no que respeita ao distrito do Buzi.

3. Contexto da Área de Estudo

A província de Sofala no centro de Moçambique faz fronteira com as províncias de Inhambane, Manica, Tete e Zambézia (ver o Mapa 1) e tem uma posição importante na história e na economia política contemporânea de Moçambique. Os conflitos e o comércio entre a população Shona/Ndau/Sena original e os Árabes e colonizadores Portugueses estabelecidos na antiga cidade de Sofala moldaram a história da área durante séculos. A província tornou-se também a capital de grandes e influentes companhias agro-industriais e do comércio com o Zimbabwe, Zâmbia e Malawi através do corredor da Beira. Depois da independência, Sofala tornou-se o palco de muitas das experiências socialistas da Frelimo e de algumas das mais violentas batalhas da guerra civil Moçambicana (Newitt 1995; Nordstrom 1997).

Actualmente Sofala é talvez melhor descrita como uma província de contradições. Economicamente está marcada pela rápida deterioração da sua base agrícola e industrial vinda do tempo colonial e por uma baixa acentuada do importante comércio com os seus vizinhos do interior. Também a sua vigorosa indústria piscícola está a passar por sérios problemas. Ao mesmo tempo, Sofala é a província com as mais rápidas melhorias na condição sócio-económica da sua população – do que resulta a mais baixa contagem de pobreza do país com 31% (INE 2004). De acordo com o último censo (2007), Sofala tem uma população de 1.650.000 habitantes, dos quais 71% vivem em áreas rurais e 29% em áreas urbanas (INE 2009). A Beira é o centro urbano da província, com 436.000 habitantes. Os grupos etno-linguísticos dominantes em Sofala são os Ndau e Sena, que falam Shona, são patrilineares e predominantemente Católicos embora haja bastantes Muçulmanos nas áreas do litoral. Como observado na Tabela 6, a maioria dos indicadores sócio-económicos em Sofala é positiva quando comparada com as médias nacionais. A província tem uma alta proporção de homens e mulheres economicamente activos, um nível de educação relativamente elevado e indicadores de saúde favoráveis. A única excepção séria neste cenário é a taxa de infecção por HIV-SIDA, que é a maior do país com 26%.

Também politicamente a província constitui uma excepção à situação geral no resto do país, onde a Frelimo está a tornar-se crescentemente dominante: em Sofala a Renamo ganhou 16 assentos nas mais recentes eleições parlamentares em 2004 contra 6 assentos da Frelimo e a cidade da Beira foi governada pela Renamo com uma clara maioria até às eleições municipais em Dezembro de 2008, quando o anterior candidato da Renamo venceu como independente. Sofala está dividida administrativamente em 12 Distritos. Para além da cidade da Beira, a Gorongosa, Dondo e Marromeu foram declarados municípios com direito a elegerem os seus próprios governos municipais e com uma autonomia económica relativamente alta. Ao abrigo das actuais leis relevantes todas as posições de liderança nas administrações dos distritos são designadas pelo governo da Frelimo, apesar do apoio político à Renamo na província.

Tabela 6: Indicadores Sociais Básicos, Moçambique e Sofala

Item	Moçambique	Sofala
Geografia		
Área (km ²)	799,380	68.018
População (mn)	20.4	1.5
Densidade populacional (por km ²)	25.7	24.3
População rural / urbana (%)	69 / 31	69/31
Características dos agregados familiares		
Tamanho médio do agregado familiar	4.8	5.6
Taxa de dependência (%)	99.0	101.4
Agregados familiares chefiados por mulheres (%)	26.4	22.7
Actividades económicas		
População economicamente activa (%)	83.0	80.8
Emprego por conta própria / familiar (%)	86.6	87.0
Proporção empregada na agricultura (%)	80.5	73.3
Rendimento mensal per capita (MT)	325	321
Despesa mensal per capita (MT)	324	379
Agregados familiares que possuem uma bicicleta (%)	32.6	39.4
Agregados familiares que possuem um rádio (%)	53.2	66.9
Educação		
Taxa líquida de matrícula no ensino primário (%)	59.7	60.8
Taxa de analfabetismo masculino (%)	36.7	28.4
Taxa de analfabetismo feminino (%)	68.0	72.2
Saúde		
Taxa de mortalidade infantil (0-1 anos)	124	149
Taxa de mortalidade infantil (0-5 anos)	178	206
Malnutrição crónica (0-5 anos)	41.0	42.3
Taxa total de fertilidade	5.5	6.0
HIV/SIDA (15-49 anos)	16.2	26.5
Indicadores de pobreza		
Contagem de pobreza (%)	54.1	34.1
Intervalo / profundidade da pobreza (%)	19.9	10.1
Intervalo / severidade da pobreza elevado ao quadrado (%)	9.9	4.1

Fontes: Banco Mundial 2006; MISAU 2005; Fox et al. 2005; INE 1999, 2004a.

O Buzi é um dos 12 distritos de Sofala. Situa-se a sul e oeste da cidade da Beira (a 3 horas de carro ou 4 horas de barco) e está rodeado pelos distritos de Machanga, Chibabava, Nhamatanda e Dondo (Mapa 2).⁸ Tem uma área de 7.329 km² e duas zonas climáticas distintas: 'savana tropical chuvosa' ao longo da costa e 'tropical, húmida temperada' no interior. A estação chuvosa vai de Novembro a Março com uma precipitação média anual de 1.089 mm. A temperatura média anual é de 24,7°C, variando mensalmente entre 31°C e 18 °C. A zona litoral tem solos arenosos com produtividade limitada, enquanto o interior tem solos ricos em material orgânico. O distrito é extremamente plano, com uma altitude entre 20-80 metros na zona mais elevada (Bândua e Estaquinha). O Rio Buzi é a artéria do distrito: fornece água para beber, lavar, irrigar, pesca e transporte – mas também está sujeito a cheias regulares e por vezes catastróficas que representam uma ameaça constante para a população e infra-estruturas do distrito.

⁸ Os números que se seguem baseiam-se numa combinação do MAE 2005 e informação obtida da administração do distrito.

DISTRITO DE BÚZI, SOFALA PROVINCE



O distrito do Buzi tem uma população total de 179.000 habitantes, ou 25 habitantes por km². 45% da população tem menos de 15 anos de idade; o rácio masculino/feminino é de 47%/53%; e o rácio rural/urbano é de 90%/10%. De acordo com as estatísticas oficiais (MAE 2005), 14% dos agregados familiares do distrito são chefiados por mulheres. A maioria da população do distrito é Cristã (principalmente a igreja Zione), mas há uma população Muçulmana relativamente grande ao longo da costa e na Vila do Buzi. A Vila do Buzi tem uma população de 25.000 habitantes (INE 2008), e está de facto dividida pelo rio Buzi em duas partes – separando a *Vila* propriamente dita das velhas instalações da *Companhia do Buzi* (ver abaixo)⁹. Para além das cheias e ciclones, o destino da Companhia do Buzi é considerado como a força externa mais importante que afecta as vidas da população e a economia do distrito.

O Distrito está dividido em três postos administrativos (Vila do Buzi, Estaquinha e Nova Sofala) e sete localidades (ver a Tabela 7). Há 14 áreas distintas supervisionadas por autoridades tradicionais, e os régulos e os seus assistentes (chefes de povoação, sagutas) têm um impacto muito forte na política do distrito e na vida dos seus cidadãos. Para além da Vila em si própria, escolhemos focar-nos nas três principais concentrações de população do distrito e que são Bândua, Estaquinha e Nova Sofala (ver o Mapa 2).¹⁰

Tabela 7. População do Distrito do Buzi 2005*

Posto Administrativo / Localidade	População
P.A. do Buzi - Sede do Buzi - Bândua - Grudja	108.900
P.A. de Estaquinha - Estaquinha Sede - Chissinguana	37.800
P.A. Sofala - Nova Sofala - Ampara	32.300
Total	179.000

Fonte: MAE (2005); INE (2008). Os números baseiam-se nas projecções feitas pela Administração do Distrito com base no censo de 1999 e nos seus próprios números (os resultados do censo de 2008 não estavam disponíveis na data em que escrevemos).

Uma característica notável das áreas em estudo é as notáveis variações nas adaptações sócio-económicas, pobreza e bem estar – sublinhando a natureza localizada da desigualdade em Moçambique. Em termos gerais a Vila do Buzi é ‘moderna’ e urbana, com uma população vivendo numa situação relativamente melhor, embora vejamos que há desigualdades consideráveis até mesmo dentro dum mesmo bairro. Bândua é um centro comercial para as partes do distrito mais densamente povoadas e com a melhor terra agrícola, e recebeu um novo impulso com o estabelecimento de campos e habitação permanente para as vítimas das cheias de 2000. Estaquinha era anteriormente um centro populacional importante, mas foi seriamente atingida pelo encerramento da Companhia do Buzi dado que há poucas fontes alternativas de emprego e

⁹ Esta parte da Vila era conhecida por Nova Lusitânia durante o tempo colonial, mas foi integrada na Vila após a independência.

¹⁰ Guara-Guara é um centro populacional localizado a apenas 10 minutos de carro da Vila, originalmente criado como um campo para as vítimas das cheias de 2000, com características específicas às quais voltaremos mais adiante.

rendimento e o potencial agrícola é baixo. Nova Sofala, por último, é num certo sentido a mais rural e a mais urbana das quatro localidades: a própria Nova Sofala é escassamente povoada, não tem oportunidades formais de emprego excepto na missão da Barada, nem um verdadeiro 'centro' ao longo da principal (e única) estrada. Ao mesmo tempo, as relações com a Beira são frequentes e intensas – não apenas para os pescadores que vão regularmente à Praia Nova na Beira para vender o seu peixe, mas também para as pessoas que ali trabalham ou comercializam outros produtos. Deste modo, todas as quatro localidades caracterizam-se de uma forma ou de outra por serem 'rural-urbanas'.

3.1 História Resumida

O Distrito do Buzi¹¹ está localizado numa área originalmente habitada desde o século IV por agricultores e criadores de gado falando Ndaou, que faziam parte da ilustre cultura Shona com a sua capital no actual Zimbabwe. Até ao século XVI o Buzi fazia parte do Reino de Muenemutapa, o qual tinha grandes contactos comerciais com o sistema Swahili estendendo-se por todo o Oceano Índico entre o Médio Oriente e a Ásia. A maioria das comunidades locais estavam organizadas por chefias independentes e eram governadas por chefes da terra, que frequentemente também exerciam autoridade religiosa. Dada a natureza do habitat natural e a presença da mosca tsé-tsé havia uma base limitada para acumulação de capital através da produção agro-pastoril, e a influência e poder políticos eram primeiro e antes de mais procurados através do ataque a terras e mulheres (Newitt 1997).

A antiga cidade de Sofala tornou-se o centro das actividades dos Muçulmanos Árabes desde o século VI, e dos colonizadores portugueses desde o princípio do século XVI – com os Portugueses tomando o controlo através de um sistema de colonos, comerciantes e de uma política expansionista agressiva, a qual marginalizou os Africanos locais e os comerciantes Muçulmanos estrangeiros. Muitos dos colonos casaram com mulheres locais (as chamadas famílias *muzungo*) e tornaram-se parte das estruturas de poder e das comunidades Africanas locais. A actual área do Buzi veio mais tarde a ser governada pelos '*prazos da coroa*', que eram companhias privadas que deviam representar a Coroa Portuguesa mas que de forma crescente reforçaram a sua própria base de poder através do comércio de ouro, marfim e escravos. Nos fins do século XIX, o centro de Moçambique era dominada por companhias concessionárias privadas que na realidade se governavam a si próprias. A *Companhia de Moçambique* é a mais conhecida e a *Companhia do Buzi* foi criada como uma das suas subsidiárias em 1898 (Newitt 1995).

A partir de 1932 e do *Estado Novo* de Salazar, o estado Português recuperou o controlo da actual Buzi bem como de outras partes do centro de Moçambique. Foram criadas agro-indústrias (principalmente algodão e arroz) que deram emprego às pessoas, mas a exploração da população também tomou formas novas e até mais brutais, através dos impostos (*mussoco*) e do trabalho forçado.¹² Além disso interrompeu o ciclo da produção familiar, com o correspondente declínio da produção de comida, aumento das dívidas, fome e doença. Parte da população do Buzi trabalhava na Beira, que tinha sido estabelecida em 1900 e precisava de operários para trabalharem na linha de caminho de ferro para o Zimbabwe (o Corredor da Beira), no porto, na indústria ligeira e como criados domésticos e prostitutas (Isaacman e Isaacman 1983; Isaacman e Hay 1997).

Com a independência em 1975 o Buzi foi declarado Distrito e tinha aproximadamente 116.000 habitantes. O governo da Frelimo introduziu mudanças imediatas, com supressão ou co-opção das

¹¹ A origem do nome Buzi parece provir da planta indígena 'Bhudji' (em Ndaou), que cresce ao longo do Rio Buzi.

¹² Num dos mais espetaculares e bem documentados exemplos da resistência dos trabalhadores em Moçambique, 7.000 mulheres do Buzi organizaram uma greve em 1947 e recusaram aceitar as sementes de algodão que a administração ordenara que fossem distribuídas (Newitt 1005).

autoridades tradicionais (ver abaixo); a nacionalização das indústrias e das machambas privadas (tornadas machambas estatais); organização da população em aldeias comunais; e melhor acesso à educação e saúde. Todavia, a grande maioria da população do Buzi permaneceu nas suas machambas familiares em pequenas aldeias – negligenciadas de facto pelo novo governo da Frelimo.

No início dos anos 1980, três ocorrências tiveram um impacto particularmente forte na área: uma foi a guerra ‘civil’ que criou insegurança e levou muitas pessoas a mudarem-se para a Vila, Beira e outros locais mais seguros. Sofala era o centro da actividade da Renamo (muitos dos seus líderes eram Ndaus e falavam Shona), e as aldeias comunais, infra-estruturas físicas bem como escolas e unidades sanitárias foram atacadas e destruídas – pelo menos até certo ponto com o ‘silencioso consentimento’ dos líderes tradicionais (que tinham visto diminuir a sua influência) e de partes da população (que estavam particularmente insatisfeitas com o programa das aldeias comunais e com os rígidos objectivos de produção para as machambas familiares depois de 1983) (Orlowski 2001; Florêncio 2005).

A segunda ocorrência foi o encerramento sucessivo das fábricas pertencentes à *Companhia do Buzi*. No seu apogeu a companhia controlava 312.500 hectares de terra, principalmente no centro do distrito entre a Vila do Buzi e Estaquinha. Geria empresas agro-industriais de cana do açúcar (para a produção de açúcar e álcool), algodão e cal, e trabalhadores de todo o centro de Moçambique viviam em grandes alojamentos para solteiros segundo o modelo de estruturas similares na África do Sul e Zimbabue. O grosso das actividades encerrou em meados dos anos 1990. Uma fábrica ainda trabalha, empregando 95 pessoas e produzindo álcool de cana do açúcar, mas os grandes terrenos permanecem em pousio e as fábricas vão caindo lentamente aos pedaços. Porém, como veremos, a fábrica ainda está muito viva na imaginação das pessoas, que acreditam sinceramente que será reaberta. Os encerramentos levaram muitos trabalhadores e as suas famílias, sem acesso à terra no Buzi, a deixar o distrito. Entre 1980 e 1997 o distrito viu de facto uma diminuição da sua população de 144.000 para 143.000 pessoas (MAE 2005).

O terceiro incidente importante, com implicações para a economia política e as condições sócio-económicas da população do Buzi, foi a cheia de 2000: quatro pessoas morreram e mais de 50.000 tiveram de ser realojadas durante alguns dias e noites muito dramáticos, tendo afectado principalmente a população do interior do distrito (a costa foi ao mesmo tempo atingida pelo ciclone Elisa, trazendo consideráveis prejuízos mas com menos implicações a longo prazo para a população local). Muitas das vítimas da cheia foram transferidas para campos em Guara-Guara e Bândua, através de um esforço concertado entre o governo e as organizações internacionais de ajuda (Hanlon 2001). Estes campos ainda conservam um grande número de pessoas, que não foram capazes de regressar às suas anteriores aldeias situadas na zona perigosa em caso de novas cheias ou que preferem permanecer em áreas mais urbanas. Como veremos, os efeitos a longo prazo da constante ameaça de cheias e ciclones, em termos de instilar nas pessoas um sentimento básico de insegurança e vulnerabilidade, são importantes para as suas actuais estratégias de sobrevivência.

As percepções das pessoas acerca da sua história, tal como foi registada através do exercício do histograma (ver o Capítulo 1), confirmam largamente a importância dos incidentes importantes acima descritos. Contudo, apenas em Nova Sofala¹³ (situada na área histórica da cidade) o grupo de idosos realçou a importância histórica da sua comunidade. Eles descreveram com vivacidade a chegada dos Árabes e dos Portugueses “há muito tempo”, e enfatizaram também o estabelecimento da “nossa missão” [i.e. Barada] como importante para o desenvolvimento da sua área. Continuando

¹³ Há numerosas explicações para a origem da palavra ‘Sofala’ (ver Newitt 1995). Os idosos em Nova Sofala insistiram (com um sorriso) que os Portugueses quando chegaram ficavam frustrados porque não percebiam o que a população local dizia e gritavam ‘eles só *falam!*’ – e assim ficou Sofala...

a sua ênfase nos incidentes *externos*, o grupo de idosos realçou como os Americanos tinham vindo para “procurar petróleo” nos anos 1950; a guerra colonial (“perdemos muita gente jovem”); a independência (“ficámos muito satisfeitos e os Portugueses foram-se embora a pouco e pouco”); a guerra (que começou em 1983 e fez com que muitas pessoas “se escondessem na mata e nunca mais voltassem”); o ciclone Elisa (após o qual “muita gente veio para nos ajudar”) e finalmente a doença (HIV-SIDA) que chegou mas sem quaisquer medicamentos para a curar.¹⁴

Em Estaquinha, que actualmente é uma área mais pobre e mais marginalizada do que Nova Sofala, os idosos colocaram uma ênfase diferente na sua descrição dos eventos históricos na área: começaram com os anos 1920, evidenciando o quanto a fome afectava constantemente a área; muitas pessoas não tinham vestuário mas usavam peles de animais para se cobrirem¹⁵; não havia cobertores e as pessoas aqueciam as suas cabanas queimando lenha durante a noite; e usavam pratos de barro ou cascas de frutos para ir buscar água e para comer. As coisas mudaram em 1940 quando “começaram as plantações obrigatórias de algodão”, que trouxeram algum dinheiro para as pessoas comprarem bens necessários (“Os Indianos [do Buzi] compravam o algodão aos machambeiros. Pagavam 3 escudos por 10 quilos de algodão”). Não obstante, a sua descrição histórica é dominada pelos períodos de fome – com a sua gravidade sublinhada pelo facto de a todos eles terem sido dados nomes (Tabela 8).

Tabela 8. *Períodos de Fome em Estaquinha*

Nome da Fome	Ano/Período	Outra informação prestada
‘Sikslanhe’	Anos 1940	As pessoas não tinham nada para alimentar as suas famílias
‘Guenha’	Anos 1950	As pessoas sobreviveram comendo raízes
‘Djudjiua’	Anos 1960	A lagoa djudjiua, que nunca seca, secou
‘Kangala’	1966	‘Kangala’ significa não ter nada
‘Madjidjiwe’	1983	As pessoas sobreviveram comendo mangas
‘Outra fome’	1988	Alguns dizem que o padre Otorino apenas ajudou os Católicos
‘Fambiranhane’	1992	Significa que as pessoas tinham de visitar outras para obterem comida ¹⁶
‘Mafoliche’	2005	As pessoas comiam farelo de trigo, que se dá aos porcos, para sobreviverem

Entre os períodos de fome, os idosos da Estaquinha salientaram a importância do estabelecimento da missão da Estaquinha (o padre Bento abriu uma escola em 1953, mas em 1964 foi transferido para o Dombe); o início da guerra (que começou em 1981 quando a serração foi queimada, e com um pico em 1985 quando homens armados queimaram as casas, bateram nas pessoas e levaram as suas roupas); o encerramento da Companhia do Buzi em 1994 (quando todos os trabalhadores foram despedidos e alguns receberam compensação enquanto outros não); o ciclone em 2000 (quando a cheia destruiu as machambas e matou as cabras, e a USAID doou 1.500 MT a cada

¹⁴Pouca ênfase foi dada à resistência ou à obediência da população local perante todas estas forças externas que modelaram o desenvolvimento de Nova Sofala – excepto referências constantes a uma “pedra sagrada” localizada próximo da antiga (agora quase desaparecida) cidade e à importância dos espíritos dos seus líderes tradicionais (*régulos*) que estão todos sepultados num cemitério muito visível e centralmente localizado ao longo da estrada principal que atravessa Nova Sofala.

¹⁵ A excepção eram as pessoas que transportavam os seus patrões Portugueses (*machileiros*), a quem os Portugueses davam roupas para cobrirem a cintura.

¹⁶ Este foi o ano do acordo de paz, e o grupo sublinhou que “tanto fazia que as pessoas fossem da Frelimo como da Renamo”.

agregado familiar mas apenas deu às mulheres e não aos homens); o eclipse solar em 2001 (quando algumas pessoas ficaram cegas por não obedecerem às instruções da rádio para não olharem directamente para o sol, e “as galinhas foram para o galinheiro”); e finalmente em 2007 quando o Programa Mundial de Alimentação introduziu o Programa Comida pelo Trabalho (e a comunidade construiu estradas, escolas e residências em troca de óleo, feijões e farinha).

As histórias contadas pelos idosos da Vila do Buzi e Bândua confirmam no geral a noção de que a história é feita mais *para* as pessoas do que *pelas* pessoas: as forças políticas externas (colonialismo, capitalismo, guerra, socialismo e neo-liberalismo) bem como forças [super] naturais externas (cheias, secas, eclipses, doenças) moldaram as suas comunidades e vidas familiares – e, argumentaremos no Capítulo 4, ainda têm implicações nas suas percepções culturais e nas relações sociais de pobreza e bem estar. O que não explicam, evidentemente, são as desigualdades internas nestas comunidades rural-urbanas, às quais voltaremos mais à frente.

3.2 Administração do Distrito

Abordando a Vila do Buzi pela estrada da Beira, a paisagem é muito plana com terrenos baldios a perder de vista interrompidos apenas pelo Rio Buzi que entrecruza o panorama. Conduzindo pela vila, torna-se evidente o seu passado colonial bem como o presente contemporâneo: na ponta norte da rua principal que atravessa a Vila está a Administração do Distrito, imponentemente localizada num edifício de 1945 grande e bem mantido e rodeado por um pequeno parque. Seguindo pela rua principal para sul estão as casas coloniais do Administrador do Distrito e do Secretário Permanente, uma estação de combustível, edifícios mais pequenos onde moram os directores distritais de vários ministérios, o notário público, a polícia e um hospital – antes de a Vila se tornar mais congestionada com um hotel e uma pensão, dois restaurantes, um mercado público grande e bem mantido, pequenas lojas, um banco com uma máquina ATM, uma livraria, uma grande casa colonial com quartos para alugar, e a estação de rádio comunitária (‘Rádio Buzi’). Pelo meio vêem-se pessoas a vender toda a casta de mercadorias em barracas rudimentares e em esteiras no chão. As estradas que cruzam a estrada principal levam-nos aos muitos bairros do Buzi.¹⁷ Ao atingir o fim da rua principal na parte sul da Vila, o rio divide de facto a Vila em duas partes: no outro lado (que agora apenas pode ser atravessado em troncos cavados ou *canoas* e pequenos barcos ou *chatas*)¹⁸ o passado histórico é mais evidente: velhas fábricas enormes tornam evidente uma decadência dramática, e as pessoas vivem numa aparente miséria em casas velhas e alojamentos para solteiros construídos para os trabalhadores fabris, que claramente já viram melhores dias.

Introduzimos esta secção sobre a administração do Distrito, com esta elaborada (e admitidamente pessoal e não científica) descrição da Vila do Buzi, para sublinhar o aspecto político: embora a Vila pareça preencher a maior parte, se não todos os requisitos para ser um município e eleger o seu próprio governo municipal com relativa autonomia política e económica, permanece ainda um Distrito sob firme controlo do governo e da Frelimo não obstante a Renamo ter obtido nas eleições uma clara maioria de votos. Actualmente, os órgãos locais do distrito não são ‘autárquicos’ mas sim parte de um sistema de ‘estado unitário’, e assim os seus líderes (governadores, administradores, chefes tradicionais) estão legalmente sujeitos a responder aos seus superiores hierárquicos (Com. pess., Aslak Orre, CMI).

¹⁷ Mesmo nisso a Vila parece ‘actualizada’: mesmo no meio do maior bairro, Massane, está uma nova pensão com suítes luxuosas, uma piscina e ligação à internet, construída por e pertencente a um antigo residente que gere uma cadeia de hotéis na África do Sul.

¹⁸ Para levar um carro para o outro lado do rio, é necessário conduzir durante meia hora via Guara-Guara; atravessar o rio num ferry-boat ou *batelão* puxado por um cabo e depois guiar outra meia hora.

Dito isto, as implicações desta situação no caso do Buzi não são evidentes. A população local lamentou muitas vezes que o governo ‘punisse’ o Buzi inibindo o desenvolvimento, geralmente referindo como prova o encerramento contínuo das empresas fabris do Buzi e o fraco sistema de comunicação por estrada que “estrangula o desenvolvimento económico” – como frisou um líder comunitário. Representantes da Administração do Distrito por sua vez chegaram a dizer que o Buzi “ainda não está preparado para isso [i.e. para ser um município]”, mas também insistiram que a força da Renamo na área talvez faça até com que o governo coloque esforços e recursos extra para convencer a população de que trabalhou *para* eles e não *contra* eles.¹⁹

A Administração do Distrito (ou Governo do Distrito como é agora chamado) é dirigida por um Administrador do Distrito. Tem um *Gabinete do Administrador, Administração e Secretaria*, nos quais trabalham 84 pessoas, com uma nova Chefe de Secretaria vinda de uma posição de gestão na escola secundária. De todo o pessoal, 14 são profissionais com níveis de educação básicos ou intermédios e 70 são pessoal de apoio. Há ao todo 11 trabalhadoras, incluindo a Chefe de Secretaria. O escritório parece bem equipado e organizado, com computadores e acesso às estratégias do distrito, planos e relatórios sobre a execução e resultados (‘balanço’) do Plano Económico e Social Distrital (PESOD) (GdDdB 2006, 2007, 2008).

O Buzi tem escritórios das seguintes Direcções Distritais: Agricultura e Desenvolvimento Rural; Educação; Cultura, Juventude e Desportos; Mulher e Acção Social; e Serviço de Informação e Segurança do Estado, SISE.

O Buzi tem também as seguintes Delegações Distritais: Registos e Notariado; Indústria, Comércio e Turismo; Marítima; Electricidade de Moçambique (EDM-EP); Telecomunicações de Moçambique (TDM-EP); Correios de Moçambique; e Posto da Administração do Parque Imobiliário do Estado (APIE).

Por último, o Buzi tem ainda as seguintes instituições públicas: Comando Distrital da Polícia da República de Moçambique; Tribunal Judicial Distrital; e Procuradoria Distrital da República.

O organismo principal que coordena o trabalho de todas estas instituições ao nível do distrito é o Governo Distrital (anteriormente conhecido como Conselho Executivo). O seu papel é supervisionar a implementação das políticas do estado nas áreas relevantes. É dirigido pelo Administrador Distrital, e engloba os chefes de todas as instituições públicas do Buzi. Abaixo do nível da administração distrital centralizada, o distrito do Buzi é composto por três Postos Administrativos (Buzi-Sede, Estaquinha e Sofala) e sete localidades (Buzi-Sede, Bândua, Grudja, Estaquinha-Sede, Chissinguana, Nova Sofala e Ampara) (ver a Tabela 5). Cada posto administrativo é dirigido por um *Chefe de Posto* nomeado pelo governo, enquanto as localidades são dirigidas por um *Chefe de Localidade*. Embora estes tenham financiamento limitado para iniciativas de desenvolvimento, são no entanto cruciais como a ‘face’ do governo perante a população.²⁰

Ao mesmo tempo, a presença actual do estado varia entre as diferentes partes do distrito. As pessoas da Vila são claramente favorecidas como evidenciado, por exemplo, pela distribuição de fundos

¹⁹ Talvez que a implicação mais notável da situação política do Buzi seja a presença muito visível da Frelimo (na forma de bandeiras, T-shirts, bonés, pequenos símbolos nos e à volta dos edifícios públicos, etc.), e a quase total ausência de quaisquer manifestações *públicas* de apoio à Renamo numa área onde o apoio individual é comum.

²⁰ É nossa impressão que a qualidade e eficiência dos administradores varia consideravelmente. Numa das localidades o administrador não parecia de todo estar a par das coisas (e efectivamente orientado pelo líder tradicional), enquanto numa outra o administrador (com um passado como líder sindical e recrutado de uma empresa privada) estava muito envolvido nos assuntos comunitários e tinha uma estratégia clara para o seu trabalho como representante do governo.

para os idosos e incapacitados pela Direcção Distrital da Acção Social.²¹ E a localidade de Ampara é de muito difícil acesso, tanto a partir da Vila como de Nova Sofala onde se situa o chefe do Posto Administrativo. Ampara foi a principal fortaleza da Renamo durante a guerra 'civil', e não foi verdadeiramente integrada no distrito antes do fim dos anos 1990.²²

Há uma estreita cooperação entre as estruturas administrativas formais e os líderes tradicionais e comunitários (Tabela 7), e o conteúdo desta cooperação influencia fortemente o que a administração distrital pode realizar (ver a Tabela 9). A cooperação é formalizada pela Lei das Autoridades Tradicionais (Decreto 15/2000) e na Reforma do Sector Público (Decreto 30/2001). O governo do distrito vê a cooperação com as autoridades tradicionais como um meio de comunicar eficazmente com as populações locais e de cobrar impostos. Os líderes tradicionais, pela sua parte, têm interesse pessoal na formalização da sua posição dado que são remunerados, mas vêem também o perigo de serem co-optados e perderem influência nas suas comunidades.²³ No total há 14 *régulos*, 127 *chefes de povoação* e 613 *sagutas* no distrito do Buzi. Os *régulos* têm também funções cerimoniais relacionadas com a inauguração de construções públicas e outras infra-estruturas, e funções tradicionais relacionadas com disputas comunitárias e divindades.

Tabela 9. Estrutura da Autoridade Tradicional no Distrito do Buzi

Inglês	Português / Ndau	Número
Chief *	Régulo / kosi	14
Neighbourhood Secretary *	Secretário de Bairro	11
Headman **	Chefe de Povoação / wachefe	129
Sub-Headman ***	Saguta	613

Fonte: Governo do Distrito do Buzi 2008. * Funcionário Público do 1º Escalão. ** Funcionário Público do 2º Escalão. ***Funcionário Público do 3º Escalão. Quanto maior o escalão, maior a remuneração recebida do governo.

Os *sagutas* estão mais directamente envolvidos com a população no dia a dia. Em Nova Sofala, por exemplo, os *sagutas* são chamados para tarefas como mediação, apoio a pessoas em situação particularmente difícil, registo dos recém-chegados e 'baptismo' de novos barcos de pesca (ver abaixo). É-lhes também confiada a tarefa de cobrança de impostos e são supostos receberem uma percentagem do que cobram, mas ainda argumentam que é uma tarefa difícil porque muitas pessoas realmente não têm dinheiro para pagar ou lamentam-se de que "não recebem nada em troca" do estado e do governo que cobra os impostos. Como aparece na Tabela 10 abaixo, que mostra o número de comunidades ou *povoações* em Nova Sofala, cada *saguta* é responsável por uma população entre 1.788 e 230 pessoas.

²¹ Números preliminares de 2008 que nos foram dados pelo representante do distrito mostravam que 95% dos que estavam na lista para receberem dinheiro eram da Vila. Encontrámos pessoas de outras localidades que se tinham registado para receber apoio, mas que se queixavam que era impossível obter dinheiro.

²² O anterior chefe da Direcção Distrital de Educação contou-nos como tinha chegado a Ampara com um carro, numa área remota de Ampara com muito poucas escolas a funcionar em 2002, com as crianças a fugirem ou perguntando quão grande se tornaria o carro 'quando crescesse'...

²³ Isto é reconhecido pelas autoridades do distrito, que guardam deliberadamente distância quando os *régulos*, *wachefes* e *sagutas* são seleccionados. Formalmente a selecção é feita pela própria população, mas as pessoas relataram-nos que os líderes tradicionais que sejam considerados difíceis pelo governo podem ser marginalizados não obtendo reconhecimento formal.

Tabela 10: *Comunidades (Povoações) na Localidade de Nova Sofala*

Comunidade / Povoação	Número de Agregados Familiares	Número de Pessoas
Massanzane	302	1.581
Bura-Sede	327	1.532
Nova-Bura	151	714
Nhalupse	135	540
Barada	218	1.030
Manica	263	1.228
Mussanga	134	679
Chipavo	394	1.788
Chiconjo	337	1.632
Djinga	48	230
Bué	98	496
Danga	128	571
Mutamba	165	817
Total	2.700	12.838

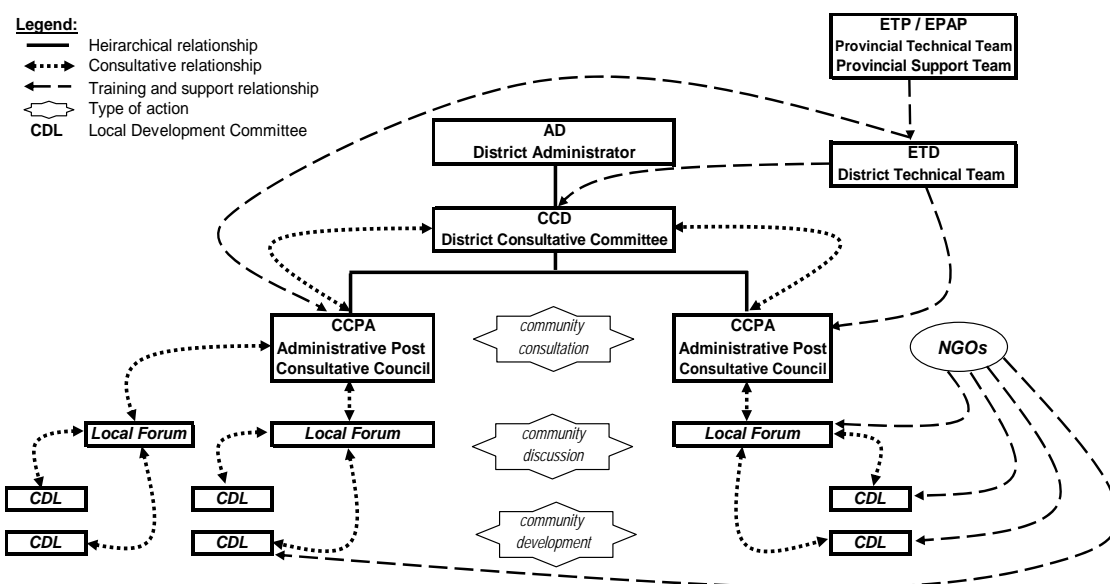
Fonte: O Chefe do Posto Administrativo

Também a Vila do Buzi está sob a jurisdição tradicional de um *régulo* (*Regulado Jovo*). Contudo, nas comunidades urbanas as estruturas tradicionais são grandemente substituídas por estruturas do estado/do partido.²⁴ A Vila consiste em três bairros: Massane, Macurungo e Companhia do Buzi. Os Secretários dos Bairros são oficialmente eleitos, mas com um envolvimento de facto da Administração do Distrito no processo. E os *sagutas* são 'substituídos' por chefes de dez casas, isto também na ordem e terminologia urbana normais da Frelimo. A influência dos Secretários provém grandemente do seu contacto com a Administração do Distrito, e alguns deles ali despendem grande parte dos seus dias de trabalho.

A comunicação entre o governo e os líderes tradicionais faz-se numa base bilateral, e através das Instituições para a Participação e Consulta Comunitária (IPCCs) das quais o Conselho Consultivo do Distrito (CCD) é a mais importante (RdM 2005).²⁵ Para além dos representantes da administração do estado e das autoridades tradicionais, o CCD inclui representantes da sociedade civil, igrejas, sector privado e 'pessoas de particular estima'. No Buzi, o CCD tem um total de 58 membros, dos quais 30% são mulheres. O PARPA II refere-se às IPCCs como um instrumento essencial para a implementação e monitoria do PARPA II, e os principais fóruns onde os governos e comunidades locais avaliarão a 'qualidade, utilidade, acessibilidade e sustentabilidade' das intervenções de desenvolvimento constantes do PARPA II. O sistema das IPCCs consiste em três braços (o Conselho Consultivo do Distrito, o Conselho Consultivo do Posto Administrativo e os Comités de Desenvolvimento Local). A Figura 4 abaixo descreve o sistema das IPCC tal como é desenvolvido no Buzi e na maioria dos distritos .

²⁴ Uma indicação disto é que os *régulos* e os *Secretários de Bairro* estão ao mesmo nível/salário (1^o escalão) na escala salarial pública.

²⁵ A legislação não é consequente nas suas referências ao sistema dos conselhos, referindo-os algumas vezes como conselhos consultivos, outras como conselhos locais e outras vezes ainda usando o nome completo de *Instituições de Participação e Consulta Comunitária* (Com. pess. Aslak Orre, CMI).

Figura 4: *Estrutura da Participação e Consulta Comunitária no Buzi*

Fonte: Por cortesia de Aslak Orre, Chr. Michelsen Institute

O papel e a importância do Conselho Consultivo recebeu um impulso com a introdução a partir de 2006/7, do fundo de 7.000.000 de Meticais para os distritos realizarem as suas próprias intervenções de desenvolvimento. Não só é um montante substancial de dinheiro para distritos como o Buzi, mas também é o único dinheiro ‘fresco’ que um distrito pode usar em tarefas que considere prioritárias. No Buzi, 2007 foi o primeiro ano de implementação total, envolvendo os três níveis abaixo mencionados. Como se vê na Tabela 11, a maior parte do dinheiro foi usada na geração de emprego e em projectos de desenvolvimento agrícola, indo o remanescente para programas de geração de receitas e de criação de gado. Houve um número total de 76 projectos individuais.²⁶

Tabela 11: *Utilização do Esquema dos “7 Milhões de MT” no Distrito do Buzi em 2007.*

Nome do Projecto	Número de Projectos	Valor alocado
Geração de receitas	10	675.725,00
Desenvolvimento agrícola	26	2.218.746,40
Criação de gado	8	789.746,40
Geração de emprego	27	4.356.328,60
Total	76	8.040.000,00

Fonte: GdDdB (2008)

É nossa impressão que o distrito seguiu os procedimentos formais e aderiu às intenções da alocação, embora pareça ter mudado de projectos de infra-estrutura, via projectos de criação de emprego e de geração de receita, para um actual enfoque oficial de atingir os mais pobres (Aslak Orre, com. pessoal). Todavia, há algumas questões chave que precisarão ser resolvidas para que os fundos sejam usados tão construtivamente quanto possível. Antes de mais, o fluxo de informação sobre os

²⁶ De facto os ‘Sete Milhões de MT’ aumentaram agora para Dez Milhões de MT (ou 375.000 USD), mas muitas pessoas ainda se lhe referem mencionando o valor original.

7 Milhões e a sua possível importância para as comunidades locais parecem enfraquecer à medida que se passa da Vila para os postos administrativos. Isto é natural numa área onde a comunicação é difícil, mas parece importante um uso mais activo do estado e das autoridades tradicionais aos níveis dos postos administrativos e localidades.

Em segundo lugar, tem havido confusão em todos os níveis e instituições envolvidos sobre se o dinheiro concedido é um donativo, um empréstimo ou qualquer coisa intermédia. Isto tem contribuído para uma baixa taxa de reembolso, e a Administração do Distrito tem estado sob pressão das autoridades centrais para reenfatar que o dinheiro *tem de* ser devolvido. Se o não for, de acordo com um empregado do distrito, o distrito terá de cobrir o défice. Uma possível implicação deste aspecto é que a Administração do Distrito e o CCD 'jogarão pela certa' alocando os fundos a pessoas que já tenham provado ser 'empresários'.

Há também desafios relacionados com o processo de candidatura e tomada de decisões. O mais preocupante é a aparentemente crescente percepção de que o dinheiro é usado para apoiar os membros leais ao partido Frelimo e outros de algum modo ligados às autoridades do estado (não temos evidência que isso realmente aconteça, mas a percepção é, em si própria, um problema). Além disso, nos primeiros dois anos muitas pessoas se envolveram no desenvolvimento de projectos ao nível local, entregaram-nas aos CCPAs, mas nunca receberam qualquer resposta. Isto criou frustração, e pode ser em parte a causa das acusações de favoritismo. Parece melhor limitar o número de candidaturas ao nível local e assim forçar as comunidades a estabelecerem elas próprias as prioridades – de preferência dando prioridade a projectos com o máximo de benefícios para a comunidade e potencial de emprego.

Por último, uma queixa importante tem sido o acesso limitado dos membros do CCD à Equipa Técnica do Distrito (ETD), que torna difícil aos membros avaliarem as propostas em termos da sua viabilidade económica e técnica, o que deixa novamente muita da iniciativa à Administração do Distrito e aos seus próprios técnicos. Apesar de tudo isto, os 'Sete Milhões de MT' foram importantes, já que vitalizaram a política, a participação e parte da economia no Buzi.

3.3 A Economia do Distrito

A economia do Distrito do Buzi é de certa forma mais dominada pelo que *podia* ter sido do que pelo que *é*: a história da Companhia do Buzi tem um impacto tremendo na percepção do Buzi como uma região agro-industrial com um grande potencial – tanto por parte da Administração do Distrito como das pessoas em geral, que ainda vêem a Companhia como a solução dos seus problemas económicos.

Tendo sido a tábua de salvação do Distrito, pelas oportunidades de emprego e importância para a economia local, a companhia apenas mantém actualmente uma pequena fábrica que produz álcool a partir da sua própria produção de 500 hectares de cana de açúcar (8-10.000 litros por dia) e emprega apenas 95 pessoas. Todavia, a companhia, que foi vendida a novos proprietários Portugueses em 2004, ainda possui uns declarados 50.000 hectares de terra fértil; 11.870m² de espaço fabril; 2.258m² de espaço administrativo; 10.610m² de espaço de armazenamento; 82.110m² de espaço habitacional; 6.353m² de espaço de oficinas de reparações; e 17.610 km de canais de irrigação (MAE 2005).

Segundo a administração do distrito há planos concretos para reabrir uma fábrica de açúcar e disseram-nos que chegaram algumas delegações para avaliar as perspectivas de produção agrícola (GdDdB 2008) – mas aos nossos olhos inexperientes as fábricas parecem estar 'para além de qualquer salvação'. Pode, evidentemente, haver um interesse e rentabilidade renovados, resultando

por exemplo da actual 'crise alimentar global', mas parece importante que o futuro da Companhia seja clarificado.

Os planos actuais para produção de gás no Posto Administrativo de Sofala ('Bloco do Buzi') estão no processo de obterem um papel e estatuto similares ao da Companhia do Buzi: como mencionado acima a primeira perfuração é recordada como tendo tido lugar nos anos 1950, e os jornais nacionais falaram sobre actividades reatadas em Outubro de 2008 (*Diário de Moçambique* de 1 de Novembro de 2008). Não obstante, nem a administração do Distrito nem a população local e directamente afectada parecem saber o que se passa e quais as implicações e perspectivas para o distrito e para elas próprias.

A verdadeira espinha dorsal económica do distrito é a agricultura de pequena escala, pesca, indústrias e comércio de pequena escala, parte dos quais revigorados pela proximidade do Buzi à Beira. A produção agrícola varia entre as diferentes partes do distrito, com as áreas do litoral tendo solos arenosos e mais baixo potencial e o interior o mais alto – particularmente nas áreas próximas do rio com potencial para irrigação. Zonas diferentes têm também tradições diferentes de colheitas específicas, sendo a mono-cultura de arroz, o milho e a batata doce os alimentos principais.

De uma área agrícola potencial de 322.200 hectares, apenas aproximadamente 21.000 são actualmente usados (Com. pess. do Chefe da Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural). O distrito tem 27.000 unidades agrícolas, com uma dimensão média de 1,3 hectares. 45% das unidades têm menos de um hectare. A pequena produção é o resultado combinado de solos fracos (apenas um pequeno número de famílias está em posição de explorar a terra fértil ao longo do Rio Buzi); precipitação baixa e irregular; o domínio contínuo dos meios tradicionais de produção (e a concomitante falta de tracção animal ou mecanizada); e a relutância das pessoas em investir em produção excedente, devido ao perigo constante de calamidades naturais. Os produtos mais importantes na época de 2006/07 foram (Tabela 12):

Tabela 12. *Produção Agrícola na Época de 2006/07 no Distrito do Buzi*

Produto	Hectares em Produção	Produção ('000 kg)	Preço médio por quilo (MT)
Milho	15.442	12.608	4,60
Arroz	16.364	16.364	10,0
Mapira	7.820	5.474	-
Mandioca	2.065	12.390	6,0
Batata Doce	3.927	8.356	6,0
Hortícolas	748	3.965	20,0
Gergelim	763	1.526	14,0
Feijão Nhemba	3.329	802	4,0
Amendoim	1.312	709	8,0

Fonte: Governo do Distrito do Buzi (2008)

Há aproximadamente 8.000 cabeças de gado no distrito (abaixo das 30.000 existentes no fim dos anos 1980), das quais 55% são propriedade de um total de 18 empresas do sector privado e 45% pertencem ao sector familiar. De acordo com o chefe da Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural, os principais obstáculos ao aumento da produção são a falta do capital necessário entre a população local, a frequência das cheias, a presença da mosca tsé-tsé e a falta de instalações (tanques de imersão, cercados, etc.) necessárias para atrair investidores privados externos. Galinhas, patos, cabras e porcos são praticamente todos de propriedade e para consumo do sector familiar e dos agregados familiares individuais.

A pesca é uma fonte subestimada de emprego, rendimento e consumo, no Buzi como em outras partes de Moçambique. Dados do INE mostram que o peixe é a fonte mais importante de proteína animal para a parte mais pobre da população (INE 2004), e a pesca em pequena escala funciona em tempos de verdadeira necessidade como um importante amortecedor para as pessoas, no interior e ao longo da costa. Dados do Ministério das Pescas mostram que é de 800 o número total de pescadores no Distrito do Buzi, mas este número exclui a pesca em rios e lagos do interior e o grande número de homens, mulheres e crianças que apenas pescam durante pequenas partes do ano, quando são acessíveis as pequenas espécies que podem ser apanhadas na praia. A pesca no Buzi está organizada à volta de um total de 38 centros de pesca, 370 barcos de pesca e 4.230 pescadores registados (todos homens). Um vasto número de homens e mulheres está também envolvido na comercialização de peixe, tanto no distrito do Buzi como na Beira.

Excepto no caso da Companhia do Buzi, não há no distrito pontos de venda industriais ou comerciais em grande escala. Um indivíduo (descendente de Africanos-Alemães) opera em grande escala nas áreas de silvicultura e criação de gado, mas ambas se localizam em outros distritos. Contudo, os pontos de venda no próprio distrito não reflectem verdadeiramente o nível das actividades comerciais. Como veremos a Beira é o ponto externo de referência mais importante para as pessoas do distrito, e é particularmente importante para a população do litoral que tem acesso mais fácil e mais barato (mas também mais perigoso..) à Beira por barco. A relação mais frequente e organizada é feita pelos *patrões* que vendem o seu peixe na Praia Nova através de um sistema de comercialização complicado, mas veremos que outros também exploram as opções económicas na Beira mantendo aqui membros das suas famílias numa base semi-permanente ou comercializando as suas mercadorias na cidade. Em 2007 estavam registados no Buzi os seguintes pontos de venda industriais e comerciais (Tabela 13):

Tabela 13. *Pontos de Venda Industriais e Comerciais*

Actividade	Número
Indústria do álcool	1
Carpintaria	50
Serrações	4
Latoaria	7
Moageiras	101
Estâncias Turísticas	2
Similares	5
Lojas	20
Cantinas	51
Barracas	189
Bancas	129
Tendas	46

Fonte: Governo do Distrito do Buzi (2008)

3.4 Educação e Saúde

A educação e a saúde estão entre as mais importantes áreas de intervenção por parte do governo e dos doadores segundo o actual paradigma de desenvolvimento. No Buzi, dados de 2003 mostram que aproximadamente 75% da população era analfabeta, e que apenas aproximadamente 25% dos seus habitantes com idade acima dos seis anos frequentavam ou tinham frequentado a escola. O número total de escolas era de 68, o número total de estudantes masculinos de 28.077 e o número

total de estudantes femininos era de 11.115 ou 39% dos estudantes masculinos (MAE 2005). A informação actualizada do Distrito (Tabela 14) implica um acentuado aumento do número de escolas, o que mostra a forte ênfase dada ao sector educacional e à construção de escolas. Não obstante, há ainda muitas crianças que de todo não vão à escola, “porque a escola fica muito longe e os pais querem os filhos em casa para trabalharem” (com. pess. do Director Distrital de Educação). Em áreas patrilineares como o Buzi há uma tendência de mandar os rapazes à escola em vez das raparigas, dado que estas se vão embora quando casam. Os dados do distrito ainda revelam um número de estudantes masculinos consideravelmente mais alto do que femininos, mas a brecha está a fechar-se.

Tabela 14. *Instalações Educacionais e Número de Estudantes*

Nível Escolar	Número de Escolas	Número de estudantes masculinos	Número de estudantes femininos	Percentagem de estudantes femininos em relação aos masculinos
EP1	67	29.247	13.225	45,2
EP2	14	4.967	2.008	40,4
ESG1	2	2.875	969	33,7
ESG2	1	581	112	19,2
Total	80	37.670	16.313	43,3

Fonte: Governo do Distrito do Buzi (2008)

Estão excluídos destes dados dois tipos de educação. Um é um sistema razoavelmente extenso de alfabetização de adultos, que atingia um total de 8.133 pessoas em 2007 (DdB 2008). Há cursos de alfabetização básica (com um número consideravelmente mais elevado de participantes mulheres do que homens),²⁷ bem como cursos para educadores. O outro é o ensino oferecido pelas duas missões no distrito (Estaquinha e Barada). Os estudantes locais podem frequentar estas escolas com propinas subsidiadas, e isto é também oferecido ao nível da escola secundária. Em Barada, representantes da missão contaram-nos que bastantes locais foram graduados pela escola mas tiveram que deixar o distrito dado não haver opções para estudos mais avançados ou fontes de emprego.

Os dados de 2003 mostram que há no distrito uma unidade sanitária por cada 14.000 habitantes; uma cama por cada 1.600 habitantes e um técnico profissional para 3.140 residentes (MAE 2005). Na generalidade em Moçambique, o sector de saúde deu mais ênfase à qualidade do que à quantidade (Hanlon 2008), o que parece ser confirmado pela informação actualizada da administração do Distrito. Há actualmente no distrito um Hospital Rural (na Vila do Buzi), 12 Centros de Saúde (Tipo II) e 20 Postos de Saúde. A população do distrito é susceptível a algumas doenças endémicas graves (Tabela 15). A queda acentuada da incidência de novos casos de HIV-SIDA registados é difícil de explicar, embora o Administrador do Distrito afirmasse numa entrevista que o HIV-SIDA no distrito tinha descido “de 26% para 23%”. Voltaremos mais tarde ao assunto, mas uma possível explicação é que o HIV-SIDA se tornou tão comum que as pessoas não vão aos postos de saúde mas comportam-se como se fosse uma doença ‘normal’.

²⁷ Embora os homens se queixem que estão demasiado ocupados para tomar parte em cursos como estes, o Director de Educação argumenta que os homens têm mais vergonha da sua incapacidade de ler e escrever do que as mulheres.

Tabela 15. *Casos Registrados de Doenças Graves em 2006 e 2007*

Doença	Casos em 2006	Casos em 2007	% de Mudança
DTS *	6537	6.857	0,9
SIDA	847	233	- 72,5
Malária	43.306	49.592	7,1
Diarreia	6.497	7.155	10,1
Lepra	19	8	-57,9
Tuberculose	237	212	-10,5

Fonte: Governo do Distrito do Buzi (2008) * Doenças Sexualmente Transmissíveis (outras que não a SIDA)

3.5 Resumo

A Administração do Distrito está bem consciente dos seus desafios e formulou a seguinte visão no seu 'Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Distrito do Buzi 2005-2010' (Governo do Distrito do Buzi 2006):

“Até 2010, a renda familiar e as condições de vida da população do Distrito melhoram, como reflexo da melhoria de acessibilidade das vias de comunicação, aumento de postos de emprego assalariado, utilização de tecnologias de produção agro-pecuária, expansão e melhoria do acesso aos serviços de abastecimento de água potável, educação e saúde pública, infra-estruturas de comunicação abrangentes e reduzido risco de calamidades”

É nossa impressão geral que a Administração do Distrito trabalha sistematicamente para realizar o acima expresso, e está consciente da importância de cooperar com as autoridades tradicionais para aliviar a tensão política de uma administração Frelimo numa área grandemente Renamo. Ao mesmo tempo, os recursos que o distrito tem ao seu dispor são muito limitados em termos humanos e materiais, apesar das anunciadas políticas do governo de alocar mais recursos aos distritos e colocá-los em posição de desenvolverem os sectores produtivo e social e combaterem a pobreza (ver as Tabelas 16 e 17).²⁸ Um cenário importante para a administração e para os líderes comunitários é o possível papel da Companhia do Buzi, tanto na criação de emprego como na geração de rendimento para o distrito, e parece vital clarificar o realismo deste cenário logo que possível.

Tabela 16. *Receita do Distrito do Buzi em 2007*

Instituição	Receita (MT)
Secretaria Distrital	639.649,32
S.D.A Económicas	3.453,00
S.D.E.J. Tecnologia	156.215,00
S.D.S.M.A.S.	31.217,50
Registos e Notariado	3.385,00
Total	864.429,32

Fonte: Governo do Distrito do Buzi (2008)

²⁸ Os fundos para a educação e saúde, que são as maiores despesas, fazem formalmente parte do orçamento do distrito mas todas as decisões relevantes são ainda tomadas aos níveis provincial e central.

Tabela 17. *Despesas Correntes do Distrito do Buzi 2007*

Instituição	Salário	Bens e Serviços
Administração Distrital	2.545.695	1.574.039,52
Serv. Actividades Económicas	567.486,39	223.975,18
Serv. Educação, Juventude e Tecnologia	15.694.931,56	1.523.812,50
Serv. Saúde M.E. Acção Social	1.202.844,50	1.299.893,08
Total	20.010.956,00	4.625.720,28

Fonte: Governo do Distrito do Buzi (2008)

4. Determinantes Sócio-económicas da Pobreza

Este capítulo centrar-se-á no agregado familiar como uma unidade sócio-económica, o que é importante para a nossa compreensão da distribuição e das características da pobreza e bem estar material no Buzi. O Inquérito Nacional aos Agregados Familiares e Despesa (INE 2004, ver também DNPO 2005), no qual se baseia a definição da linha de pobreza em Moçambique, identificou as determinantes chave de pobreza em Moçambique como: i) altos níveis de dependência no interior do agregado familiar; ii) baixo nível de educação dentro do agregado familiar; iii) baixa diversificação das actividades de geração de rendimento e do rendimento dentro do agregado familiar; iv) baixo retorno da agricultura e v) o sexo do chefe do agregado familiar. Os dados apresentados abaixo baseiam-se numa pesquisa realizada para este estudo (ver o Anexo 2), adaptados para melhor reflectir o contexto geográfico e as realidades rurais-urbanas no terreno desse particular distrito.

4.1 Composição e Dependências do Agregado Familiar

Coerentemente com os dois estudos anteriores desta série, consideramos o agregado familiar como sendo "uma ou mais pessoas – não necessariamente relacionadas por parentesco e que não vivem necessariamente debaixo do mesmo tecto – que partilham e usam os mesmos recursos". Esta não é a mesma definição usada pelo INE para o Censo e o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares, os quais definem o agregado familiar como “pessoas que vivem debaixo do mesmo tecto e comem da mesma panela” (INE 2004 e prestes a ser publicado em 2010). Como vemos, a definição escolhida para este estudo permite a compreensão da percepção das pessoas em relação à unidade de agregado familiar como tendo membros ‘internos’ e ‘externos’ com os últimos ‘comendo da mesma panela’ mas não ‘vivendo debaixo do mesmo tecto’.

Composição do Agregado Familiar

A amostra para esta pesquisa incluiu 120 agregados familiares, igualmente distribuídos por quatro áreas de estudo diferentes. 77% dos agregados familiares inquiridos eram chefiados por um homem e 23% por uma mulher. De acordo com o Inquérito Nacional aos Agregados Familiares (INE 2004) a percentagem de agregados familiares chefiados por mulheres em Sofala era de 11% em 2002/3. A diferença da percentagem não pode ser explicada pela diferença entre a definição *de jure* usada pelo INE e a nossa definição *de facto*, já que a maior parte dos agregados familiares chefiados por mulheres é constituído por viúvas e divorciadas e a percentagem de mulheres solteiras e casadas que chefiam agregados familiares é insignificante (ver a Tabela 18). A explicação mais plausível é que a mortalidade entre os homens aumentou nos últimos 5 anos. Sofala atingiu 25% de prevalência do HIV/SIDA, o que é considerado como o ponto a partir do qual a prevalência diminui e a mortalidade aumenta (MISAU 2008). A tendência de mortalidade para as mulheres é menos visível nas estatísticas da chefia do agregado familiar, dado que os homens que ficam viúvos tendem a voltar a casar-se. A alta mortalidade resultante do HIV/SIDA é também indicada pela elevada proporção de agregados familiares no nosso estudo (31%) com membros que se tornaram parte do agregado familiar em resultado do falecimento de quem era anteriormente responsável pela sua manutenção.

Ainda de acordo com a nossa pesquisa, na amostra a maioria dos agregados familiares chefiados por homens ou são casados (63%) ou vivem numa união consensual (32%). Os agregados familiares chefiados por mulheres, por outro lado, são na maior parte chefiados por viúvas (79%). O número relativamente pequeno de mulheres solteiras e separadas que chefiam um agregado familiar parece

sugerir que essas mulheres não existem ou foram reabsorvidas pelas suas famílias. Todavia, deve-se ter em atenção, como uma possível fonte de erro, que as mulheres têm formas particulares de definir o seu estado civil: como o único estado socialmente aceitável para uma mulher que viva só é a viuvez, elas tentam evitar serem consideradas 'solteiras' o que, particularmente para as mulheres jovens, é frequentemente associado a frivolidade ou prostituição. Podem também pretender que têm maridos que chefiam os seus agregados familiares, mesmo quando os homens deixaram de viver com elas ou morreram.

Tabela 18. Estado Civil por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Estado Civil	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Solteiro(a)	1	1,1	1	3,6	2	1,7
Casado(a)	58	63,0	1	3,6	59	49,2
União consensual	29	31,5	0	0	29	24,2
Separado(a)/divorciado(a)	1	1,1	4	14,3	5	4,2
Viúvo(a)	3	3,3	22	78,6	25	20,8
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

O forte poder patriarcal – através do qual os homens (pais, maridos ou irmãos) são responsáveis pelo bem estar dos membros da família e exercem autoridade, particularmente sobre as mulheres e os membros mais novos da família – pode também ser deduzido a partir da percentagem de relações polígamas: cerca de 25% dos casais casados disseram que faziam parte de um arranjo polígamo. Mesmo nestas circunstâncias as mulheres diziam que eram chefes dos agregados familiares, apesar do facto de 75% das esposas polígamas viverem em casas separadas.

Uma proporção muito pequena dos chefes de agregados familiares tem menos de 35 anos de idade (Tabela 19), o que indica que leva algum tempo antes de as pessoas mais novas tomarem a responsabilidade de chefiar o agregado familiar. Uma razão pode ser que as pessoas jovens preferem viver uma vida 'mais livre de cuidados' sem responsabilidades, mas outra pode ser que as pessoas mais jovens simplesmente não têm os recursos necessários para por exemplo pagar o preço da noiva ou *lobolo*. As mulheres chefes de agregados familiares são em média mais velhas do que as suas contrapartes masculinas, o que está de acordo com o facto de serem geralmente chefiados por viúvas. É notável que 50% das chefes não saibam a sua própria idade, o que é uma indicação do nível mais baixo de educação que têm as mulheres que chefiam agregados familiares. Apenas 3% dos chefes não foram de facto capazes de dizer a sua idade.

Tabela 19. Idade do Chefe do Agregado Familiar por Sexo

Membros do Agregado Familiar	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
25 anos ou menos	1	1,1	1	3,6	2	1,7
26 - 35	13	14,1	1	3,6	14	11,7
36 - 45	19	20,7	3	10,7	22	18,3
46 - 55	18	19,6	4	14,3	22	18,3
Mais de 55	22	23,9	5	17,9	27	22,5
Não sabe	19	20,7	14	50,0	33	27,5
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

O número médio de membros por agregado familiar é de 7 (Tabela 20), o que é consideravelmente mais do que a média de 5,6 mostrada para a província de Sofala no Inquérito Nacional aos Agregados Familiares e um reflexo da nossa definição *de facto* (INE 2004). Os agregados familiares chefiados por homens têm em média mais membros do que os chefiados por mulheres. Para além da esposa, os agregados familiares chefiados por homens tendem a albergar parentes que perderam o seu esposo e ganha-pão – ou órfãos. A diferença no número de membros do agregado familiar tem duas implicações importantes: uma é que as mulheres têm menos membros em quem confiar para a produção e rendimento, como será discutido abaixo em relação ao rácio de dependência e à principal ocupação. E a segunda é que uma proporção mais pequena de dependentes produtivos significa que eles ainda podem ter uma carga considerável de membros não produtivos do agregado familiar representando um pesado fardo para os seus magros recursos.

Tabela 20. *Número de Membros do Agregado Familiar por Sexo*

Membros do Agregado Familiar	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
1-2	4	4,3	5	17,9	9	7,5
3-4	12	13,0	10	35,7	22	18,3
5-6	22	23,9	7	25,0	29	24,2
7 ou +	54	58,7	6	21,4	60	50,0
Total	92	100,0	28	100,0	9	7,5

A Tabela 21 mostra a proporção das diferentes categorias de membros do agregado familiar nos agregados familiares chefiados respectivamente por homens e por mulheres. Os agregados familiares chefiados por homens que inquirimos no Buzi têm um rácio de dependência mais pequeno – ou seja, membros com menos de 16 anos e com mais de 65 anos – do que os chefiados por mulheres. Os últimos têm tipicamente uma percentagem mais elevada de netos, irmãos e pais ao seu cuidado do que os agregados familiares chefiados por homens. Os dependentes jovens são potenciais ganha-pão que podem um dia contribuir para o rendimento do agregado, mas os dependentes mais velhos geralmente já não são capazes de contribuir para a panela comum do agregado familiar. Além disso, os agregados chefiados por mulheres são sem excepção chefiados por solteiras (implicando que nenhuma unidade de agregado familiar casada ou em co-habitação considera a mulher como chefe do agregado). Os dois factores combinados implicam que a capacidade de produção nos agregados chefiados por mulheres é mais fraca do que nos chefiados por homens.

Tabela 21. *Categorias dos Membros do Agregado Familiar por Sexo do Chefe do Agregado*

Membros do Agregado Familiar	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Esposo (a)	87	94,0	0	0,0	87	72,5
Crianças	82	89,1	20	71,4	102	85,0
Netos (as)	30	32,6	11	39,3	41	34,2
Sobrinhos (as)	18	19,6	2	7,1	20	16,7
Irmãos (ãs)	6	6,5	2	7,1	8	6,7
Pais	5	5,4	3	10,7	8	6,7
Outros parentes	13	14,0	4	14,3	17	14,2
Não parentes	6	6,5	1	3,6	7	5,8

Características do Chefe do Agregado Familiar

Não obstante o facto de a maioria dos agregados familiares no Buzi se situar naquilo a que chamámos a 'interface rural-urbana', a principal ocupação dos chefes de agregados familiares no distrito continua a ser a agricultura (Tabela 22). Um total de 57% de chefes masculinos e 89% de chefes femininos de agregados familiares está envolvido nesta actividade, o que quer dizer que os agregados chefiados por mulheres estão mais dependentes da agricultura do que as suas contrapartes masculinas. Os chefes masculinos de agregados familiares estão mais ocupados em emprego formal no sector privado ou público, que geralmente garante um rendimento mais seguro e melhor. As oportunidades de emprego no distrito reduziram grandemente desde que a Companhia do Buzi suspendeu as operações nos meados dos anos 1990, e 64% dos chefes masculinos na nossa pesquisa tinham sido anteriormente empregados da companhia. Mesmo assim, as empresas privadas são ainda a maior fonte de emprego formal no distrito.

Tabela 22. *Ocupação Principal do Chefe do Agregado Familiar por Sexo*

Ocupação	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Agricultor	52	56,5	25	89,3	77	64,2
Empregado privado	16	17,4	0	,0	16	13,3
Empregado p/conta própria	9	9,8	0	,0	9	7,5
Pescador	5	5,4	1	3,6	6	5,0
Funcionário público	5	5,4	0	,0	5	4,2
Desempregado	2	2,2	1	3,6	3	2,5
Outra	2	2,2	1	3,6	3	2,5
Reformado	1	1,1	0	,0	1	,8
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

Perto de 60% das chefes não têm instrução, contra apenas 14% dos chefes (Tabela 23). As chefes com instrução raramente completaram mais do que a educação primária elementar (5ª classe), o que geralmente significa que elas são funcionalmente iletradas. A maioria dos chefes, todavia, completou o nível primário ou mais. A principal razão desta discrepância é que as mulheres casam cedo, e os pais opuseram-se à sua educação por lhes parecer um investimento inútil dado que elas casarão e vão-se embora. Alguns pais argumentam também que as raparigas que vão à escola tornam-se prostitutas. De facto, o sexo pré-marital e a gravidez de adolescentes na escola são bastante frequentes. Quando ficam grávidas, espera-se que as raparigas casem com o pai da criança ou fiquem em casa a cuidar dela nos casos em que o pai não assume a sua responsabilidade – o que é bastante frequente. Como, todavia, mostram os dados globais sobre a frequência escolar do distrito no seu todo, apresentados no Capítulo 3, a diferença está a reduzir-se embora lentamente.

Tabela 23. *Nível de Educação do Chefe do Agregado Familiar por Sexo*

Nível de Educação	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Nenhum	13	14,1	16	57,1	29	24,2
Educação de adultos	7	7,6	3	10,7	10	8,3
EPI (5ª classe)	49	53,3	6	21,4	55	45,8
EP2 (7ª classe)	12	13,0	2	7,1	14	11,7
Sec. (10ª classe)	8	8,7	1	3,6	9	7,5
Pré-universitário	3	3,3	0	,0	3	2,5
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

Mobilidade e Migração

A urbanização, o emprego no sector formal e práticas locais privilegiam a migração masculina. Perto de 30% dos agregados familiares têm membros que residem fora do agregado. Nos agregados familiares chefiados por homens 30% dos membros que residem fora do agregado são os próprios chefes, ausentes como trabalhadores migrantes em Moçambique ou no estrangeiro. As crianças estão também frequentemente ausentes, principalmente devido aos estudos em centros urbanos ou numa das duas escolas das missões no distrito. Nos agregados familiares chefiados por mulheres, os membros ausentes do agregado são com mais frequência as filhas e as suas crianças – verificando-se o nosso anterior argumento da inclusão de mães solteiras como partes do seu agregado familiar de origem. As chefes dos agregados familiares parecem deste modo estar a investir na educação das suas crianças, enquanto os chefes masculinos recebem dividendos delas. As filhas com crianças tendem também a aumentar os custos mais do que aquilo com que contribuem para o rendimento do agregado familiar, com as características do prevalecente mercado de trabalho com base no género (ver acima).

Apesar da considerável mobilidade, o distrito do Buzi é bem homogéneo em termos etno-linguísticos. 93% dos agregados familiares têm o Xindau como sua primeira língua. Os restantes agregados falam Português ou Sena, que é a principal língua falada na cidade da Beira. De acordo com o nosso estudo a maioria dos chefes (52%) vive actualmente na mesma aldeia onde nasceram, enquanto 54% das chefes nasceram numa aldeia diferente. Em relação às preferências históricas e culturais para residência virilocal (i.e., quando um casal se estabeleça na aldeia do marido), a proporção de agregados familiares a viverem na aldeia do chefe do agregado é relativamente pequena, e provavelmente um reflexo das geralmente altas taxas de migração na área (Tabela 24).

Tabela 24. *Lugar de Nascimento do Chefe do Agregado Familiar*

Lugar de Nascimento	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Na mesma aldeia	48	52,2	13	46,4	61	50,8
Noutra aldeia	35	38,0	14	50,0	49	40,8
Noutro distrito	8	8,7	1	3,6	9	7,5
Noutra província	1	1,1	0	,0	1	,8
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

Aproximadamente 25% dos chefes de agregados familiares mudaram-se para onde vivem actualmente em resultado da guerra, com a proporção a ser mais elevada entre as chefes do que entre os chefes masculinos de agregados familiares (Tabela 25). O trabalho migrante é a segunda razão mais importante para a migração, com a proporção a ser mais alta entre os agregados chefiados por homens do que por mulheres. O casamento é globalmente apenas a terceira razão mais importante, mas é a razão principal para as chefes de agregados familiares. As práticas de casamento patrifocal ditam que o casal se estabeleça na área de residência do marido, e as mulheres são propositadamente escolhidas fora da comunidade: as mulheres do agregado familiar do candidato a noivo vão em expedições de reconhecimento, à procura de noras apropriadas. As mulheres jovens e saudáveis, com capacidades comprovadas de tomarem conta dos campos e do lar são as preferidas. Os procedimentos de noivado que se seguem depois de escolhida a mulher permitem ao casal viver junto antes de todo o *lobolo* (riqueza da noiva) ter sido pago, também com o fim de assegurar que a mulher é fértil.

Tabela 25. Razão Principal para a Mobilidade do Chefe do Agregado Familiar

Razão	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Guerra	9	20,5	6	40,0	15	25,4
Trabalho	12	27,3	1	6,7	13	22,0
Casamento	1	2,3	8	53,3	9	15,3
Terra melhor	6	13,6	0	,0	6	10,2
Cheias	4	9,1	0	,0	4	6,8
Questões familiares	3	6,8	0	,0	3	5,1
Divórcio dos pais	2	4,5	0	,0	2	3,4
Outra	6	13,6	0	,0	6	10,2
Não sabe	1	2,3	0	,0	1	1,7
Total	44	100,0	15	100,0	59	100,0

Relações de Poder Intra – Agregado Familiar

As relações de poder relacionadas com a tomada de decisões dentro do agregado familiar reflectem também a estrutura patriarcal no Buzi anteriormente mencionada. A tomada de decisões no que respeita a rendimento e despesa é a maior parte das vezes tomada pelo chefe do agregado familiar (Tabela 26). As chefes tomam decisões por si próprias, dado que geralmente não há um homem adulto no seu agregado familiar, e os seus próprios familiares masculinos tendem a viver longe dado o padrão de residência prevalecente. Somente em 26% dos casos a decisão é tomada em conjunto pelo casal, e em menos de 10% pela esposa do chefe. Este último caso acontece com mais frequência em agregados familiares em que o chefe está ausente.

Tabela 26. Tomada de Decisões sobre Rendimento e Despesas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Quem Toma a Decisão	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Chefe do Agregado Fam.	57	62,0	24	85,7	81	67,5
Casal	24	26,1	0	,0	24	20,0
Esposa (o) do(a) Chefe	9	9,8	0	,0	9	7,5
Homem adulto	1	1,1	2	7,1	3	2,5
Mulher adulta	1	1,1	2	7,1	3	2,5
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

Crenças e Filiações

A religião é muito importante para a maioria dos agregados familiares, não apenas por razões espirituais mas também porque as redes sociais e o apoio são muitas vezes encontrados dentro das igrejas (ver a Tabela 27). Mesmo assim, 8% dos agregados familiares (principalmente chefiados por homens) afirmaram que não frequentam nenhuma igreja. A maior percentagem de agregados familiares é Católica, em parte devido à presença no distrito de duas grandes e influentes missões Católicas. A segunda maior igreja é a Zion, que está entre as Igrejas Africanas Revivalistas actualmente mais populares em Moçambique. A religião Islâmica e a Igreja da Assembleia de Deus são também influentes na área, particularmente ao longo da costa e entre os agregados familiares chefiados por mulheres.

Tabela 27. *Filiações Religiosas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Religião	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Católica	24	26,1	10	35,7	34	28,3
Zion	10	10,9	3	10,7	13	10,8
Islâmica	6	6,5	4	14,3	10	8,3
Assembleia de Deus	5	5,4	3	10,7	8	6,7
Sendeluca	7	7,6	0	,0	7	5,8
Reformada	4	4,3	0	,0	4	3,3
Evangélica	2	2,2	0	,0	2	1,7
Nenhuma	9	9,8	1	3,6	10	8,3
Outra Cristã	24	26,1	7	25,0	31	25,8
Outra	1	1,1	0	,0	1	,8
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

Relativamente poucos agregados familiares têm membros que pertençam a associações no Distrito do Buzi. As mulheres participam com mais frequência em associações do que os homens, mas ao mesmo tempo é menos provável que os membros dos agregados familiares chefiados por mulheres sejam membros de uma associação, do que os membros de agregados familiares chefiados por homens. As associações mais comuns estão relacionadas com a agricultura ou com a igreja. A relação mais forte que as mulheres têm com as igrejas e associações pode servir como compensação do apoio que sentem faltar-lhes por parte dos seus próprios parentes que, mais uma vez, tendem a viver longe. Numa área que lhe é estranha, a melhor possibilidade de uma mulher sobreviver é assegurar alianças com os parentes do seu marido *bem como* criar as suas próprias alianças. Neste contexto as associações podem ser úteis, tanto para um certo grau de independência económica como para relações sociais próprias.

4.2 Rendimento e Despesa

Esta secção apresentará as diferentes fontes de rendimento e capacidade geral de despesa do agregado familiar. As fontes de rendimento no Buzi são variadas, abrangendo produtos agrícolas, venda de animais, emprego formal, comércio informal e venda de peixe. A despesa foi calculada para comida, produtos de limpeza, luz, água, roupas, educação, saúde e transportes.

Rendimentos

Quase todos os agregados familiares (97%) têm pequenas porções de terra agrícolas. Contudo, mais agregados familiares chefiados por homens possuem ferramentas de produção (charrua, machete, machado) do que os chefiados por mulheres. Apesar do facto de muitas famílias possuírem machambas, muito poucos agregados familiares (16%) vendem os seus produtos. A maioria dos agregados familiares (84%) que vendem produtos é chefiada por homens, e os chefiados por mulheres ganham menos com as suas vendas do que as suas contrapartes masculinas. Os agregados familiares que conseguiram vender alguns dos seus produtos durante a campanha anterior à pesquisa raramente faziam mais do que 500,00 MT (Tabela 29). A alta taxa de dependência é provavelmente a principal razão da incapacidade dos agregados familiares produzirem o suficiente para vender, mas os agregados familiares também se queixam que a produção é baixa devido à pobreza do solo, secas, cheias e ciclones.

Tabela 29. *Rendimento Anual da Produção Agrícola por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (MT)*

Rendimento (MT)	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
< 250	2	15,4	1	16,7	3	15,8
251 - 500	3	23,1	3	50,0	6	31,6
501 - 750	1	7,7	0	,0	1	5,3
751 - 1.000	2	15,4	1	16,7	3	15,8
1.001 - 1.500	1	7,7	1	16,7	2	10,5
1.501 - 2.500	3	23,1	0	,0	3	15,8
> 5.000	1	7,7	0	,0	1	5,3
Total	13	100,0	6	100,0	19	100,0

Os agregados familiares recorrem também à venda de animais para aumentar as suas receitas: enquanto 78% dos agregados familiares criam animais, 44% deles venderam pelo menos um animal no ano anterior ao da pesquisa (Tabela 30). Para muitas famílias, contudo, os animais são principalmente para consumo próprio e para servir de amortecedor em tempos de falta de comida ou outras privações. De facto, a razão mencionada mais comum para terem de vender animais foi o aumento das despesas com comida. Os agregados familiares chefiados por mulheres ganham geralmente menos com a venda de animais do que os chefiados por homens, o que reflecte em parte as diferenças nos tipos de animais que possuem.

Tabela 30. *Rendimento Anual da Venda de Animais por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (MT)*

Rendimento (MT)	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
< 250	12	34,3	4	66,7	16	39,0
251 - 500	8	22,9	0	,0	8	19,5
501 - 750	7	20,0	0	,0	7	17,1
751 - 1.000	2	5,7	0	,0	2	4,9
1.001 - 1.500	2	5,7	1	16,7	3	7,3
1.501 - 2.500	1	2,9	1	16,7	2	4,9
2.501 - 5.000	2	5,7	0	,0	2	4,9
> 5.000	1	2,9	0	,0	1	2,4
Total	35	100,0	6	100,0	41	100,0

Apenas 17% dos agregados familiares estão registados como fazendo das pescas uma actividade, mas como veremos no Capítulo 5 esta percentagem está provavelmente subestimada, já que em particular as mulheres que pescam na praia não se consideram como fazendo parte do sector. 60% dos que se envolvem em actividades de pesca obtêm receitas consideráveis (Tabela 31). Como registado na nossa pesquisa, a actividade é exclusivamente praticada pelos agregados familiares chefiados por homens. As receitas diárias variam consideravelmente, mas podem atingir até 500,00 MT por dia de pesca.²⁹ Para além da receita *per se*, o envolvimento no sector dá acesso a proteínas de alto valor na forma de peixe para consumo. Isto significa que os agregados familiares chefiados por homens envolvidos no sector não só obtêm uma vantagem financeira sobre os chefiados por mulheres, como também uma vantagem em termos de nutrição e saúde.

²⁹ A pesca é sazonal, e durante as épocas a taxa de actividade dependerá do tempo e das condições do mar. A receita registada é por dia de pesca real, sendo difícil estabelecer receitas mensais ou anuais. Como veremos no Capítulo 5, a receita depende também da posição que uma pessoa tem no barco.

Tabela 31. *Rendimento Diário das Pescas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (MT)*

Rendimento (MT)	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
< 25	1	8,3	0	,0	1	8,3
26 - 50	2	16,7	0	,0	2	16,7
76 - 100	3	25,0	0	,0	3	25,0
101- 150	1	8,3	0	,0	1	8,3
151- 250	3	25,0	0	,0	3	25,0
251 - 500	2	16,7	0	,0	2	16,7
Total	12	100,0	0	,0	12	100,0

O rendimento monetário é principalmente adquirido em actividades não agrícolas (Tabela 32), nas quais se envolvem 73% dos agregados familiares. Também aqui os agregados familiares chefiados por homens ganham mais com as fontes de rendimento alternativas do que os chefiados por mulheres. A composição do agregado familiar pode ser um factor: tendo mais membros e membros mais jovens, bem como membros migrantes a contribuir para o rendimento do agregado familiar, aumenta o montante total que o agregado pode acumular. 22% dos agregados familiares estão envolvidos no 'ganho-ganho', que é uma actividade em que as pessoas trabalham em machambas de outras pessoas e tende a ser mal paga. Os agregados familiares chefiados por mulheres, com qualificações mais baixas e acesso mais limitado a outras formas de emprego, envolvem-se mais frequentemente nesta actividade do que os chefiados por homens – para quem trabalhar desta forma nas terras de outros comporta um estigma mais negativo.

A segunda actividade alternativa mais comum de ganho de receita, envolvendo 12% dos agregados familiares, é a produção e venda de bebidas. Esta é uma actividade exclusivamente feminina, e realizada principalmente por agregados familiares chefiados por mulheres. A venda na rua é uma fonte de rendimento para menos de 10% dos agregados familiares, sendo mais frequente em agregados chefiados por homens. O mesmo acontece com as receitas de uma barraca, que é uma fonte de rendimento para 6% dos agregados familiares. De todas as actividades, as vendas nas barracas e na rua parecem ser as actividades que proporcionam o melhor rendimento – ambas novamente, realizadas principalmente por homens e agregados familiares chefiados por homens.

Tabela 32. *Rendimento Mensal de Actividades não Agrícolas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (MT)*

Rendimento (MT)	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
< 250	14	20,6	6	33,3	20	23,3
251 - 500	17	25,0	5	27,8	22	25,6
501 - 750	9	13,2	2	11,1	11	12,8
751 - 1.000	8	11,8	2	11,1	10	11,6
1.001 - 1.500	9	13,2	0	,0	9	10,5
1.501 - 2.500	7	10,3	2	11,1	9	10,5
2.501 - 5.000	3	4,4	1	5,6	4	4,7
> 5.000	1	1,5	0	,0	1	1,2
Total	68	100,0	18	100,0	86	100,0

30% dos agregados familiares têm membros com acesso a rendimento originado por receitas do sector formal e outras receitas regulares (Tabela 33). Muito poucos agregados familiares chefiados por mulheres têm membros com emprego formal e os que os têm não ganham (com uma excepção) mais do que 750,00 MT por mês. Mais de metade dos agregados familiares chefiados por homens com membros com emprego formal ganha acima de 1.500,00 MT. As razões para esta diferença são provavelmente uma combinação de mercado de trabalho formal centrado no homem, níveis de educação mais baixos nos agregados familiares chefiados por mulheres e a composição e estrutura etária nos dois tipos de unidades familiares (ver acima).

Tabela 33. Rendimento Mensal Proveniente do Emprego Formal (MT)

Rendimento (MT)	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
251 - 500	6	18,8	0	,0	6	16,7
501 - 750	1	3,1	3	75,0	4	11,1
1.001 - 1.500	6	18,	0	,0	6	16,7
1.501 - 2.500	10	31,2	0	,0	10	27,8
2.501 - 5.000	6	18,8	0	,0	6	16,7
> 5.000	2	6,2	1	25,0	3	8,3
Não sabe	1	3,1	0	,0	1	2,8
Total	32	100,0	4	100,0	36	100,0

15% dos agregados familiares não têm nenhum rendimento. Além disso, alguns agregados familiares têm rendimentos totais muito baixos, de menos de 250 MT por mês, o que os torna efectivamente dependentes do apoio externo. Para estes as remessas podem ser vitais, representando uma fonte de rendimento para aproximadamente 23% dos agregados familiares no Buzi. (Tabela 34). Os agregados familiares chefiados por mulheres têm o dobro da possibilidade de receber remessas do que os chefiados por homens. Mesmo assim, o montante recebido pelos agregados familiares chefiados por mulheres é mais baixo. Geralmente as remessas provêm de familiares. Embora quase todos os beneficiados pelas ONGs sejam agregados familiares chefiados por homens, alguns agregados chefiados por mulheres recebem por parte do Estado um apoio de 100 MT na forma de apoio social.

Tabela 34. Remessas Recebidas Mensalmente por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Recebe Remessas	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Sim	17	18,5	10	35,7	27	22,5
Não	75	81,5	18	64,3	93	77,5
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

Despesas

Como pode ser visto abaixo na Tabela 35, 66% dos agregados familiares gastaram menos de 500,00 MT nas duas semanas anteriores ao estudo e um pouco acima de 13% gastaram mais de 1.000 MT. Os agregados familiares chefiados por mulheres gastaram em média menos do que os chefiados por homens. Além disso, 7% dos agregados não tinham registado quaisquer despesas, e a maioria destes era chefiada por mulheres. A despesa é uma boa indicação do bem estar do agregado familiar, dado que os bens básicos como comida, vestuário e artigos de higiene, bem como serviços sociais relacionados com educação e saúde, custam dinheiro. Ao mesmo tempo, uma despesa de mais de

1.000 MT em duas semanas (ou 2.000 MT por mês) é relativamente elevada no contexto nacional e aponta para o aumento das desigualdades no Buzi, ao qual voltaremos adiante.

Tabela 35. *Despesa do Agregado Familiar nas Duas Últimas Semanas por Sexo do Chefe do Agregado Familiar (MT)*

Despesas (MT)	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
< 250	27	30,3	11	47,8	38	33,9
251- 500	28	31,5	8	34,8	36	32,1
501 - 750	11	12,4	1	4,3	12	10,7
751 - 1.000	9	10,1	2	8,7	11	9,8
1.001 - 1.500	8	9,0	1	4,3	9	8,0
1.501 - 2.500	4	4,5	0	,0	4	3,6
2.501 - 5.000	2	2,2	0	,0	2	1,8
Total	89	100,0	23	100,0	112	100,0

Parte dos constrangimentos relacionados com a despesa têm a ver com os aumentos gerais dos preços no ano anterior à pesquisa, mesmo para os bens básicos. Os agregados familiares queixaram-se sobretudo dos aumentos dos preços do milho (65% dos agregados), arroz (36% dos agregados), açúcar (16% dos agregados) e petróleo (14% dos agregados). Em média os preços aumentaram 59%. Os aumentos mais altos registaram-se no açúcar (69%), seguido do arroz (62%), e o milho e petróleo viram ambos um aumento médio de 57%.

Todos os indicadores financeiros mostram claramente que os agregados familiares chefiados por mulheres estão entre os mais pobres e mais vulneráveis no Buzi. Isto está de acordo com a noção de que a face da pobreza é crescentemente feminina (ver também Tvedten et al. 2008). Os dados apresentados abaixo sobre bens económicos e outros contribuem para a noção de um fosso económico no distrito entre os agregados familiares chefiados por homens e os chefiados por mulheres.

4.3 Bens Económicos e Sociais

Esta secção ocupar-se-á da propriedade e outros bens materiais; da qualidade das habitações e direitos de herança; educação e o seu impacto no bem estar do agregado familiar; e, por último, dos indicadores chave de saúde como mortalidade infantil e doença crónica. Juntos, estes bens dizem alguma coisa sobre a posição económica contemporânea de agregados familiares individuais bem como sobre a sua vulnerabilidade e perspectivas de futura mobilidade social ascendente.

Propriedade, Habitação e Bens

Os agregados familiares chefiados por homens herdaram geralmente a terra que possuem, enquanto os agregados familiares chefiados por mulheres tiveram de uma forma geral de adquirir a sua própria terra. Em relação à habitação, tanto uns como outros tiveram geralmente de a construir eles próprios. Constata-se que, à morte do chefe do agregado familiar, os filhos podem reclamar a propriedade do pai de acordo com o sistema patrilinear prevalecente. Uma mulher que não tenha um filho para a proteger tem provavelmente de desocupar a propriedade e de por si própria encontrar uma alternativa quando fica viúva. A qualidade das habitações, um outro bem chave, é também melhor nos agregados familiares chefiados por homens do que nos chefiados por mulheres. Mais

homens chefiando agregados têm casas de construção sólida (paredes de cimento e telhados de zinco) e tendem também a ter mais divisões no interior da habitação.

Também no que se refere a bens mais pequenos, os agregados familiares chefiados por homens têm mais itens do que os chefiados por mulheres, com exceção de pratos e talheres (Tabela 36). Durante o processo do *lobolo*, os homens presenteiam as mulheres com estes itens como forma de significar que serão os seus provedores daí para a frente. Muito menos agregados familiares chefiados por mulheres possuem bicicletas e nenhum deles possui motocicletas ou equipamento de pesca – que são potencialmente itens para geração de rendimento. Todavia, um número relativamente grande de agregados familiares chefiados por mulheres possui rádios ou telemóveis (embora a proporção seja mais pequena do que nos chefiados por homens). Podem pertencer às crianças, mas mesmo assim implica que os agregados familiares chefiados por mulheres no Buzi estão mais envolvidos na comunicação com ‘o mundo lá fora’ do que sugerem outros dados (ver Tvedten et al. 2008).

Tabela 36. Propriedade de Bens por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Bens	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Pratos	88	95,7	27	96,4	115	95,8
Talheres	80	87,0	25	89,3	105	87,5
Cadeiras	65	70,7	16	57,1	81	67,5
Rádio	61	66,3	14	50,0	75	62,5
Bicicleta	60	65,2	8	28,6	68	56,7
Cama (não esteira)	29	31,5	6	21,4	35	29,2
Telemóvel	22	23,9	5	17,9	27	22,5
Aparelhagem estereofónica	21	22,8	2	7,1	23	19,2
TV	11	12,0	1	3,6	12	10,0
Sofá	10	10,9	2	7,1	12	10,0
Vídeo / DVD	9	9,8	1	3,6	10	8,3
Rede de pesca	9	9,8	0	,0	9	7,5
Motocicleta	4	4,3	0	,0	4	3,3
Barco	2	2,2	0	,0	2	1,7

Educação

Com base nos dados do INE (2004; ver também DNPO 2005), a educação é vista como uma das principais determinantes da pobreza e bem estar em Moçambique: os agregados familiares com níveis de educação mais elevados têm uma melhor possibilidade de obter emprego formal e de assegurar um rendimento razoável, e é mais provável que mandem as suas crianças à escola. Há uma diferença considerável no nível de educação e alfabetização entre agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres (Tabela 37). Contudo, os nossos dados indicam que os agregados familiares chefiados por mulheres são tão propensos a mandar as suas crianças à escola como os chefiados por homens desde que tenham meios para isso – como indicado pela igual proporção de cada categoria que tem um ou mais membros do agregado familiar com educação do nível EP ou acima.

Tabela 37. *Nível de Educação mais Elevado no Agregado Familiar por Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Nível de Educação	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Nenhum	5	5,4	5	17,9	10	8,3
Educação de adultos	3	3,3	1	3,6	4	3,3
EP1 (5ª Classe)	18	19,6	6	21,4	24	20,0
EP2 (7ª Classe)	30	32,6	7	25,0	37	30,8
Sec. (10ª Classe)	21	22,8	5	17,9	26	21,7
Pré-universitário	14	15,2	4	14,3	18	15,0
Universitário	1	1,1	0	,0	1	,8
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

Dito isto, a não frequência escolar é ainda um problema sério. 75% dos agregados familiares estudados têm crianças em idade escolar, e 50% deles têm crianças em idade escolar que não frequentam a escola. Os rapazes ainda são favorecidos em termos de educação: há 17% de rapazes em idade escolar que não vão à escola, contra o dobro da percentagem (34%) para as raparigas. A razão principal apresentada para manter os rapazes fora da escola é a idade. As escolas ficam muitas vezes longe das casas, e os pais não se sentem bem ao deixarem crianças de 6 anos percorrerem longas distâncias sem serem acompanhadas. A razão principal para não deixar as raparigas irem à escola é também a idade, mas no caso destas os agregados familiares apresentaram diversas outras razões que indiciam falta de interesse em que as raparigas frequentem a escola, incluindo falta de vontade de estudar, matrícula tardia e falta de meios para pagar o equipamento escolar.

Os agregados familiares chefiados por mulheres discriminam negativamente a educação das raparigas mais do que os chefiados por homens. A razão principal é que, num contexto de incerteza e incapacidade para proporcionar condições iguais a todos os dependentes, as mulheres preferem investir naqueles cujo resultado pode beneficiar mais as suas condições de vida. De acordo com os costumes locais, uma mulher sem educação ainda é elegível para o casamento, e portanto para alguma medida de segurança. Além disso, enquanto jovem ela pode ajudar em casa realizando tarefas como cuidar dos irmãos mais novos, cozinhar, limpar e lavar. Um rapaz sem educação, por outro lado, tem poucas possibilidades de obter um emprego que lhe garanta dinheiro suficiente para pagar a cerimónia do *lobolo* e casar. O casamento é importante porque é visto como garantia do bem estar do agregado familiar. A mãe espera que o filho se ocupe dela, seja como um empregado ou trabalhador migrante, seja encontrando uma mulher que ajude o agregado familiar da sua mãe.

Isto não significa que os agregados familiares chefiados por homens não façam o mesmo tipo de considerações no que respeita à educação das suas crianças. Também nos agregados familiares chefiados por homens, os rapazes são considerados como amortecedores quando chega o tempo em que os pais são demasiado velhos para cuidar de si próprios. Mas esses agregados têm geralmente diversas fontes de rendimento e apoio em que podem confiar, e são por isso menos vulneráveis, o que permite que os agregados familiares sejam capazes de investir em mais crianças ao mesmo tempo – ou pelo menos discriminem menos.

Saúde

73% dos agregados familiares tinham um membro doente nas duas semanas anteriores à nossa pesquisa. A maioria destes (87%) disse que tinha visitado uma unidade sanitária como primeira opção para lidar com a doença, sendo os agregados familiares chefiados por mulheres mais propensos a tomar esta atitude do que os chefiados por homens. Contudo, é muito provável que as visitas aos curandeiros tradicionais sejam sub-relatadas: muitas pessoas entendem-nas como uma

tradição 'retrógrada' que não querem partilhar com estranhos, embora tenham sido feitas referências a feitiçaria e magia. É também possível que o não relatado tenha a ver com uma percepção de 'doença' como doença 'convencional' e não as que pertencem à esfera do desconhecido envolvendo meios tradicionais de cura.

Além disso, 30% dos agregados familiares disseram que tinham membros com doenças crónicas ou incuráveis, o que pode incluir, mas não necessariamente, o HIV/SIDA. Os membros familiares com doenças crónicas afectam a capacidade de produzir e contribuir para o rendimento do agregado familiar, e representam um fardo pesado para os escassos recursos. Não havia diferença na incidência da doença crónica entre agregados familiares chefiados por homens e chefiados por mulheres, embora em alguns chefiados por mulheres a doença crónica esteja associada com a idade avançada.

A mortalidade infantil é também elevada: 30% dos agregados familiares tinham perdido pelo menos um rapaz antes dos cinco anos, e 24% tinham perdido pelo menos uma rapariga. Registámos também uma ocorrência mais alta de mortalidade infantil nos agregados familiares chefiados por homens do que nos chefiados por mulheres. Uma razão pode estar relacionada com casamentos prematuros e gravidezes precoces – com mães jovens ainda não familiarizadas com as questões básicas dos cuidados a ter com as crianças e afastadas da sua rede de parentesco feminino. Nos agregados familiares chefiados por mulheres, as mães jovens podem estar mais directamente em contacto com parentes femininos chegados que as podem ajudar. Em todo o caso, as gravidezes precoces parecem estar a aumentar no Buzi.

As razões apresentadas para a mortalidade infantil na primeira infância sugerem que a saúde das raparigas é tão negligenciada como a sua educação. Os rapazes tinham causas para o seu falecimento mais claramente diagnosticadas do que as raparigas, e a percentagem de mortes devidas a razões desconhecidas ou indefinidas era também mais alta entre as raparigas do que entre os rapazes (Tabela 38).

Tabela 38. *Percepção das Causas da Mortalidade Infantil por Género e Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Causas	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Rapazes						
Malária	5	17,2	1	14,3	6	16,7
Dor de estômago	4	13,8	1	14,3	5	13,9
Morte súbita	3	10,3	1	14,3	4	11,1
Diarreia	3	10,3	1	14,3	4	11,1
Febre	2	6,9	1	14,3	3	8,3
Sarampo	2	6,9	1	14,3	3	8,3
Não sabe	3	10,3	1	14,3	4	11,1
Outras	7	25,3	0	,0	7	19,5
Total	29	100,0	7	100,0	36	100,0
Raparigas						
Febre	6	25,0	1	20,0	7	24,1
Dor de estômago	2	8,3	2	40,0	4	13,8
Sarampo	3	12,5	0	,0	3	10,3
Não sabe	3	12,5	1	20,0	4	13,8
Outras	10	41,7	1	20,0	11	38,0
Total	24	100,0	5	100,0	29	100,0

4.4 Local e Espaço

Como argumentado no Capítulo 2 deste relatório, a pobreza e a desigualdade são grandemente localizadas em Moçambique – e o Buzi não é excepção. Também aí, os lugares onde se situam os agregados familiares fazem diferença no que respeita às oportunidades, económicas e outras, que estão disponíveis para as pessoas. Além disso, como veremos no próximo capítulo, cada localidade individual inclui também os seus próprios processos de inclusão e exclusão social. Os dados abaixo apresentam alguns dos principais indicadores de bem estar económico e social discutidos acima, com particular ênfase na localidade.

Indicadores Económicos

Globalmente, muito poucos agregados familiares (20%) no Buzi vendem produtos agrícolas das suas *machambas* (Tabela 39). Há mais agregados familiares a vender em Bândua do que em qualquer das outras áreas estudadas, o que está relacionado com uma combinação de falta de acesso a fontes de rendimento formais e terra agrícola fértil. Bândua é também a área com o mais baixo nível de despesa e os indicadores sociais mais desfavoráveis. Nova Sofala está na outra ponta da escala: apesar do facto de nenhum dos agregados familiares inquiridos vender produtos agrícolas devido aos solos pobres e arenosos da área, os indicadores sociais e económicos globais são os melhores entre as quatro áreas, dada a sua proximidade (por barco) da Beira enquanto grande cidade e o acesso a diversas outras fontes de rendimento.

Tabela 39. *Agregados Familiares que Vendem Produtos Agrícolas por Localidade*

Vende produtos agrícolas	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Sim	12	40,0	5	19,2	6	20,0	0	,0	23	19,8
Não	18	60,0	21	80,8	24	80,0	30	100,0	93	80,2
Total	30	100,0	26	100,0	30	100,0	30	100,0	116	100,0

É bastante interessante que Bândua tenha o maior número de agregados familiares com membros envolvidos na pesca (Tabela 40). Alguns pescam em lagos e rios, e outros na costa numa base sazonal e em tempos de dificuldade. Como veremos mais adiante, em Nova Sofala apenas as pessoas que estão envolvidas na pesca numa base permanente ou 'profissional', se consideram a si próprias como pescadores, o que é indicado pelo facto de todos os envolvidos na pesca em Nova Sofala também venderem o peixe.

Tabela 40. *Agregados Familiares que Vendem Peixe por Localidade*

Vendem peixe	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Sim	2	28,	3	100,0	1	25,0	6	100,0	12	60,0
Não	5	71,4	0	,0	3	75,0	0	,0	8	40,0
Total	7	100,0	3	100,0	4	100,0	6	100,0	20	100,0

Estaquinha e Nova Sofala são as áreas com a mais alta proporção de agregados familiares que possuem animais (Tabela 41). Todavia, apenas na Vila do Buzi e em Nova Sofala há agregados familiares com gado – indicando novamente que estas duas áreas são mais desenvolvidas e com o

poder de compra mais elevado. A baixa incidência em Bândua de agregados familiares com animais, com excepção de galinhas e cabras que são principalmente usadas para consumo próprio, reflecte o fraco poder de compra nessa área. A baixa incidência de animais na Vila tem a ver com o facto de a área ser mais urbanizada, e rodeada por terra em pousio pertencente à Companhia do Buzi (ver o Capítulo 5).

Tabela 41. Agregados Familiares que Possuem Animais por Localidade

Animais possuídos	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Galinhas	23	76,7	7	23,3	28	93,3	25	83,3	83	69,2
Patos	5	16,7	5	16,7	7	23,3	13	43,3	30	25,0
Cabras	13	43,3	3	10,0	21	70,0	14	46,7	51	42,5
Porcos	1	3,3	0	0,0	4	13,3	1	3,3	6	5,0
Vacas	0	0,0	1	3,3	0	0,0	5	16,7	6	5,0
Gal. do mato	1	3,3	0	0,0	4	13,3	1	3,3	6	5,0
Outros	2	6,7	0	0,0	3	10,0	5	16,7	10	8,3

A Vila do Búzi e Estaquinha são as áreas com mais agregados familiares com emprego formal (Tabela 42). A Vila do Búzi é a 'capital' do distrito, e todas as instituições do governo ali estão localizadas. É também onde se situam o hospital principal e a escola secundária. Estaquinha tem uma Missão Católica, incluindo um Internato e um Centro de Saúde. Tem também uma serração e uma fábrica de cal da Companhia do Buzi, mantendo esta última ainda alguns trabalhadores que cuidam principalmente da manutenção. A remuneração do emprego formal é mais alta na capital do distrito, o que tende a atrair os empregados melhor qualificados.

Tabela 42. Agregados Familiares com Rendimento Formal por Localidade

Rendimento	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
251 - 500	3	42,9	1	7,7	0	,0	2	50,0	6	16,7
501 - 750	1	14,3	2	15,4	1	8,3	0	,0	4	11,1
1.001 - 1.500	1	14,3	0	,0	5	41,7	0	,0	6	16,7
1.501 - 2.500	1	14,3	6	46,2	3	25,0	0	,0	10	27,8
2.501 - 5.000	0	,0	3	23,1	2	16,7	1	25,0	6	16,7
> 5.000	1	14,3	1	7,7	0	,0	1	25,0	3	8,3
Não sabe	0	,0	0	,0	1	8,3	0	,0	1	2,8
Total	7	100,	13	100,	12	100,	4	100,	36	100,

Todas as áreas estudadas têm uma alta percentagem de agregados familiares envolvidos em actividades alternativas de geração de rendimento, embora a proporção seja um pouco mais baixa na Vila do Buzi (Tabela 43). É provável que isto seja o resultado de um poder de compra mais alto e de melhores opções na Vila do Buzi para se concentrarem num número limitado de actividades. Bândua é a área onde a maioria dos agregados familiares se envolvem em actividades de geração de rendimento – reflectindo uma situação de baixo poder de compra e uma necessidade de distribuir o risco através do envolvimento em diferentes actividades. Mesmo assim, os ganhos são mais baixos do que nas outras áreas. Nova Sofala é a área onde os ganhos são mais elevados, sublinhando novamente não apenas que as oportunidades de rendimento são melhores mas também que o poder de compra é ali mais alto.

Tabela 43. Agregados Familiares que têm Fontes Alternativas de Rendimento por Localidade (MT)

Rendimento (MT)	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
< 250	9	33,3	4	30,8	4	17,4	3	13,0	20	23,3
251 - 500	7	25,9	2	15,4	8	34,8	5	21,7	22	25,6
501 - 750	2	7,	1	7,7	2	8,7	6	26,1	11	12,8
751 - 1.000	5	18,5	2	15,4	0	,0	3	13,0	10	11,6
1.001 - 1.500	2	7,4	1	7,7	5	21,7	1	4,3	9	10,5
1.501 - 2.500	1	3,7	3	23,1	2	8,7	3	13,0	9	10,5
2.501 - 5.000	0	,0	0	,0	2	8,7	2	8,7	4	4,7
> 5.000	1	3,	0	,0	0	,0	0	,0	1	1,2
Total	27	100,	13	100,	23	100,	23	100,	86	100,

Bândua era a área com o maior número de agregados familiares sem despesas (20%), implicando claramente pobreza ou destituição (Tabela 44). É também a área onde a despesa é mais baixa para os agregados familiares que fizeram gastos nas duas semanas anteriores à nossa pesquisa. Na outra ponta da escala, a Vila do Buzi é a área onde os agregados familiares gastam mais. Contudo, também a Vila tem agregados familiares sem despesas registadas – indicando desigualdade na Vila como centro urbano, ao que voltaremos mais à frente. As razões mais imediatas para isto é o empobrecimento que teve lugar depois do encerramento das fábricas em meados dos anos 1990, do qual muitas pessoas não foram capazes de recuperar.

Tabela 44. Despesa em Dinheiro por Localidade (MT)

Despesa (MT)	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
< 250	9	37,5	9	32,1	10	33,3	10	33,3	38	33,9
251- 500	9	37,5	5	17,9	12	40,0	10	33,3	36	32,1
501 - 750	3	12,5	4	14,3	1	3,3	4	13,3	12	10,7
751 - 1.000	2	8,3	4	14,3	4	13,3	1	3,3	11	9,8
1.001 - 1.500	1	4,2	3	10,7	2	6,7	3	10,0	9	8,0
1.501 - 2.500	0	,0	2	7,1	1	3,3	1	3,3	4	3,6
2.501 - 5.000	0	,0	1	3,6	0	,0	1	3,3	2	1,8
Total	24	100,	28	100,	30	100,	30	100,	112	100,

Indicadores Sociais

A situação económica num lugar afectará os indicadores sociais, e as condições sociais afectarão por seu turno a situação económica. De acordo com isto, Bândua, que tinha as características económicas mais pobres, é também a localidade com os indicadores sociais mais pobres incluindo educação (Tabela 45). E a Vila do Búzi e Nova Sofala são as áreas com os níveis mais altos de educação. É provável que a Vila tenha atraído pessoas de toda a parte com maior educação, mas em Nova Sofala (com poucas, se algumas, fontes de emprego formal) o elevado nível de educação é provavelmente o resultado combinado dos esforços feitos pela Missão local e da proximidade da Beira.

Tabela 45. *Nível de Educação dos Chefes de Agregados Familiares por Localidade*

Nível de Educação	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Nenhum	4	13,3	0	,0	1	3,3	5	16,7	10	8,3
Educação de adultos	2	6,7	1	3,3	0	,0	1	3,3	4	3,3
EP1 (5ª Classe)	8	26,7	5	16,7	11	36,7	0	,0	24	20,0
EP2 (7ª Classe)	9	30,0	6	20,0	8	26,7	14	46,7	37	30,8
Sec. (10ª Classe)	4	13,3	11	36,7	4	13,3	7	23,3	26	21,7
Pré-universitário	3	10,0	7	23,3	6	20,0	2	6,7	18	15,0
Universitário	0	,0	0	,0	0	,0	1	3,3	1	,8
Total	30	100,	30	100,0	30	100,0	30	100,0	120	100,0

No que respeita à saúde, Estaquinha e Nova Sofala são as duas áreas com mais pessoas doentes nas duas semanas anteriores à pesquisa, enquanto Bândua e a Vila do Búzi são as áreas com mais agregados familiares com membros sofrendo de doenças crónicas (Tabela 46). Apesar da sua situação económica relativamente privilegiada, Estaquinha e Nova Sofala não são tão privilegiadas no que toca ao acesso a unidades sanitárias. Embora mera especulação, pode também ser que Bândua e a Vila sejam mais susceptíveis ao HIV/SIDA enquanto ‘uma doença sem cura’, como áreas de muito movimento populacional relacionado respectivamente com a fixação pós-cheias e o urbanismo.

Tabela 46. *Proporção de Agregados Familiares com Membros da Família Doentes por Localidade*

Membros doentes	Bândua		Vila do Búzi		Estaquinha		Nova Sofala		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
Não	12	40,0	13	43,3	11	36,7	8	26,7	44	36,7
Sim	18	60,0	17	56,7	19	63,3	22	73,3	76	63,3
Total	30	100,0	30	100,0	30	100,0	30	100,0	120	100,0

A mortalidade infantil, como indicador chave do agregado familiar e do bem estar das crianças, é mais baixa na Vila do Búzi logo seguida por Nova Sofala. Os rapazes em Estaquinha e as raparigas em Bândua têm a taxa mais elevada de mortalidade infantil. A explicação para a baixa taxa de mortalidade na Vila do Búzi pode ser dada pela combinação do bem estar económico e da proximidade do hospital. Em Nova Sofala, a combinação do bem estar económico e uma dieta rica em proteínas de peixe é provavelmente a razão da baixa taxa de mortalidade infantil.

4.5 Percepções e Expectativas de Bem Estar

É geralmente assumido que quanto maior o acesso dos agregados familiares aos serviços públicos, menor será a sua vulnerabilidade. De toda a evidência apresentada até aqui, fica claro que os agregados familiares chefiados por mulheres são geralmente mais vulneráveis do que os chefiados por homens. No Buzi, os agregados familiares chefiados por mulheres recorrem mais aos registos e notariado; à polícia, ao sistema judiciário formal e informal e aos serviços sociais do que os agregados familiares chefiados por homens – o que de facto é indicativo da sua vulnerabilidade.

Os agregados familiares chefiados por homens acedem à administração formal do distrito numa maior extensão do que os chefiados por mulheres, o que também acontece em relação aos serviços agrícolas. Considerando que os agregados familiares chefiados por homens são também mais frequentemente apoiados por ONGs do que os chefiados por mulheres, parece que os primeiros têm

melhor acesso às instituições que os podem ajudar a melhorar a sua situação – em vez de às instituições que estão ali para ajudar a resolver problemas imediatos.

Tabela 47. *Uso dos Serviços Públicos por Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Serviços Públicos	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Admin.Distrit. / Posto Admin.	75	87,2	13	56,5	88	75
Registos e Notariado	58	67,4	16	69,6	74	58
Polícia	43	50,0	12	52,2	55	43
Serviços Agrícolas	33	38,4	8	34,8	41	33
Tribunal	6	7,0	6	26,1	12	6
Serviços Sociais	5	5,8	4	17,0	9	5
Total	86	93,5	23	82,1	109	86

Muito poucos agregados familiares chefiados por mulheres (18%) pagam impostos, quando comparados com 60% dos chefiados por homens (Tabela 48). A diversidade de impostos pagos pelos agregados familiares chefiados por homens é também maior do que dos chefiados por mulheres. A razão mais óbvia para esta diferença é que os agregados familiares chefiados por homens têm mais rendimentos e bens passíveis de taxação, mas pode também reflectir uma relutância da parte dos cobradores locais de impostos em exigir impostos principalmente dos agregados familiares chefiados por mulheres pobres e velhas.

Tabela 48. *Impostos Pagos por Sexo do Chefe do Agregado Familiar*

Imposto	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Pessoal	42	76,4	2	40,0	44	73,3
Bicicleta	35	63,6	4	80,0	39	65,0
Comercial	12	21,8	0	,0	12	20,0
Outro	4	7,3	0	,0	4	6,7

Os agregados familiares evitam geralmente mencionar problemas, sejam dentro ou fora do agregado, com 35% afirmando que não têm nenhum problema (Tabela 49). A harmonia dentro do agregado familiar e entre vizinhos é considerada um aspecto importante do bem estar, e necessária para evitar conflitos, acusações de feitiçaria ou outras sanções sociais. Muitos agregados familiares chefiados por homens consideravam o roubo e os distúrbios causados por bebedeira parte dos problemas comunitários, enquanto os agregados familiares chefiados por mulheres achavam, mais frequentemente do que os chefiados por homens, ser o adultério o principal problema. O adultério preocupa mais as mulheres do que os homens porque o rompimento de um casamento que frequentemente se segue é mais prejudicial para as mulheres do que para os homens – que mais facilmente podem voltar a casar e não se arriscam a perder propriedade, casas, bens e crianças como acontece com as mulheres.

Tabela 49. Principais Problemas Identificados por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Problema Principal	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Nenhum	35	38,0	7	25,0	42	35,0
Roubo	25	27,2	5	17,9	30	25,0
Distúrbios por bebedeira	10	10,9	6	21,4	16	13,3
Feitiçaria	8	8,7	2	7,1	10	8,3
Adultério	5	5,4	4	14,3	9	7,5
Conflitos terra / animais	4	4,3	2	7,1	6	5,0
Outro	4	5,4	2	7,1	6	5,0
Total	92	100,0	28	100,0	120	100,0

As instituições geralmente mais usadas para mediar conflitos na comunidade são as autoridades tradicionais locais, seguidas pela polícia (Tabela 50). Como já mencionado, os agregados familiares chefiados por mulheres contactam os tribunais com mais frequência do que os chefiados por homens. É interessante que os líderes locais sejam usados tão frequentemente pelas chefes de agregados familiares como pelos chefes de agregados familiares, o que pode reflectir uma atitude menos patriarcal entre os líderes tradicionais do que é frequentemente assumido. O uso limitado de membros individuais da família para mediar conflitos está provavelmente relacionado com o estarem eles próprios frequentemente envolvidos no conflito. No caso dos agregados familiares chefiados por mulheres, eles frequentemente nem sequer terão familiares chegados na comunidade. A importância do estado neste contexto é uma questão de definição: os líderes locais e os tribunais comunitários podem ser considerados representantes do estado, visto que a sua autoridade é investida pela comunidade mas as directivas são-lhes dadas pelo estado.

Tabela 50. Instituições Usadas para Resolver Problemas da Comunidade por Sexo do Chefe do Agregado Familiar

Instituições	AFCH		AFCM		Total	
	#	%	#	%	#	%
Líder local	32	56,1	12	57,1	44	56,4
Polícia	13	22,8	6	28,6	19	24,4
Régulo	8	14,0	1	4,8	9	11,5
Tribunal comunitário	3	5,3	2	9,5	5	6,4
Representante familiar	1	1,8	0	,0	1	1,3
Total	57	100,0	21	100,0	78	100,0

Por último, a maior parte dos agregados familiares na nossa pesquisa considera que a vida melhorou nos últimos 5 anos – tanto para os agregados familiares como para as comunidades (Tabela 51). As razões mais frequentemente mencionadas para as melhorias dentro dos agregados familiares estavam relacionadas com o rendimento e a harmonia da unidade familiar. As razões principais declaradas para a percepção de uma deterioração das condições no agregado familiar foram as dificuldades na produção (agrícola), o desemprego e o aumento dos custos.

Tal como para a comunidade, as melhorias são principalmente entendidas como estando relacionadas com a melhoria da habitação e infra-estruturas e serviços sociais, como escolas e unidades sanitárias. Foi também mencionado o aumento do nível geral de instrução e harmonia entre os vizinhos. Os factores de deterioração mais importantes foram o aumento da criminalidade e do custo de vida.

Tabela 51. *Mudanças Assinaladas por Agregados Familiares e Comunidades nos Últimos Cinco Anos*

Percepções	Agregados Familiares		Comunidades	
	#	%	#	%
Melhorou	97	80,8	103	85,8
Está na mesma	17	14,2	9	7,5
Deteriorou-se	6	5,0	8	6,7
Total	120	100,0	120	100,0

5. Percepções e Relações Sociais da Pobreza

Tendo identificado no capítulo anterior a distribuição e características de pobreza e bem estar no Buzi, focaremos agora a dinâmica da pobreza – ou as forças externas e processos locais que contribuem para tornar algumas pessoas pobres, outras em melhor situação e algumas vulneráveis a mudanças na sua condição sócio-económica. De facto, o Buzi parece particularmente relevante para análise de como essas forças externas e esses processos locais funcionam em conjunto para definir pobreza e bem estar: por um lado o distrito tem sido susceptível a forças naturais como cheias e ciclones; forças económicas como o encerramento de fábricas e aumentos de preço; e às forças políticas representadas pelas atitudes do governo relacionadas com a oposição política. Por outro lado há processos locais importantes de exclusão e inclusão social, reforçados pela posição do distrito na interface urbana-rural, entre aquilo a que chamamos forças da ‘tradição’ e da ‘modernidade’.³⁰

Na introdução a este estudo explicámos o nosso enquadramento analítico geral da estrutura e intervenção (Bourdieu 1990; Ortner 2006), dizendo que as forças políticas, económicas e culturais têm um efeito determinante sobre a vida das pessoas em locais como o Buzi – e que as pessoas se relacionam com estas forças o melhor que podem, a partir da sua posição na estrutura social, através da sua ‘intervenção’. Os pobres, argumentámos, têm uma gama mais apertada de opções e estratégias alternativas dado o seu capital económico, político e humano mais limitado. Deste modo, os pobres são também particularmente vulneráveis a mudanças contextuais (ver e.g. Devereux 2001): podem encontrar formas de sobrevivência na sua vida diária, por exemplo reduzindo o consumo e destinando tempo para a produção de subsistência, mas acharão difícil mobilizar recursos económicos e relações sociais que os ajudem a suportar choques súbitos e crises – deixando algumas pessoas em estados frágeis de pobreza e vulnerabilidade e outras em estado de destituição.

5.1 Macro-Determinantes da Vulnerabilidade

Talvez que o exemplo mais significativo da vulnerabilidade no Buzi seja o resultado da cheia em 2000, que directa ou indirectamente afectou toda a população. Para algumas das pessoas que entrevistámos, a cheia teve implicações devastadoras não apenas por ter destruído as suas casas, *machambas* e meios de subsistência, mas também por lhes ter instilado um sentido de vulnerabilidade e de medo que mais os entrincheirou na pobreza e destituição. O encerramento das fábricas do Buzi teve efeitos similares sobre pessoas que durante anos recebiam salários regulares e tinham uma forte posição na sua comunidade, e que não conseguiram reorientar-se para uma vida de trabalho agrícola duro e de baixo retorno. Muitas das pessoas que vivem actualmente em péssimas condições nos anteriores alojamentos para solteiros dentro das instalações fabris no ‘outro lado’ da Vila desistiram efectivamente de fazer mais pelas suas vidas. E por último, o recente aumento dos preços de bens e serviços básicos simplesmente constrangeu muita gente à produção de subsistência e compeliu-a a pensar principalmente em si própria e na sua família imediata. Isto marginalizou mais os mais pobres, que anteriormente contavam com a ajuda da família, vizinhos e amigos.

³⁰ Como enfatizado nos relatórios anteriores, as noções de ‘tradição’ e ‘modernidade’ não devem ser vistas como dicotomias mas sim como aspectos de uma e mesma realidade: ‘tradição’ e ‘modernidade’, como cultura e prática, são ambas constantemente reinventadas e usadas estrategicamente por indivíduos e agregados familiares.

Porém, encontrámos também pessoas em melhor situação que dela tiraram o melhor partido usando o seu capital e redes sociais. O aparente aumento da ocorrência de cheias e ciclones³¹ contribuiu para um novo tipo de organização social, no qual os agregados familiares e os seus membros individuais migram numa base oscilante entre as áreas agrícolas de baixa altitude ao longo do Rio Buzi e da costa e as áreas seguras nas partes de maior altitude do distrito como Bândua. O aumento dos preços também abriu novos espaços para algumas pessoas, como os patrões de barcos de pesca em Nova Sofala que viram um súbito aumento do seu rendimento no último par de anos – explorando preços quase triplicados do peixe na Beira, transportando pequenas mercadorias nos seus barcos, e revendendo-as a vendedores ambulantes individuais que as levam nas suas bicicletas para a Vila do Buzi. E no topo da escala sócio-económica, algumas pessoas com meios e os necessários contactos conseguiram usar os choques externos para adquirir capital para iniciarem novos negócios através do sistema dos 7 milhões de MT, enquanto outras conseguiram adquirir as melhores casas nos campos de reassentamento construídos após as cheias em Bândua e Guara-Guara respectivamente.³²

Como veremos abaixo, a noção de três grupos sociais, compreendendo os cronicamente pobres, pessoas em melhor situação ou 'ricas' e pessoas transitoriamente pobres e vulneráveis a mudanças na sua posição sócio-económica, está reflectida nas categorizações de pobreza e bem estar das próprias pessoas. A relevância deste aspecto para os esforços de Moçambique para reduzir a sua pobreza e desigualdade está em que cada grupo requer tipos diferentes de políticas e intervenções: os em melhor situação serão capazes de explorar da melhor maneira para eles próprios os desenvolvimentos políticos e económicos que estão a ter lugar em Moçambique e possivelmente criar oportunidades de emprego para outros. É muito natural que os mais pobres e mais marginalizados necessitem de intervenções com objectivos definidos na forma de medidas de protecção social. E a maioria das pessoas em distritos como o Buzi que, como 'pobres', se encontram em posições vulneráveis, dependerá de políticas de redução da pobreza cuidadosamente desenhadas para remover os constrangimentos estruturais da mobilidade social ascendente.

5.2 Percepções de Pobreza e Desigualdade

Características das Comunidades

Introduziremos a nossa discussão sobre as percepções locais de pobreza e bem estar nas comunidades em estudo por meio de uma questão que tem surgido muitas vezes nos nossos estudos: a noção espalhada de que as coisas eram 'melhores antes' do que são agora. Isto não é certamente um fenómeno incomum: as pessoas têm uma memória selectiva e lembram-se do que se querem lembrar. Não obstante, há uma noção prevalente de que as condições, no que respeita a calamidades naturais, acesso ao emprego e custo de vida, se deterioraram (ver a Caixa x). Isto não quer dizer que as pessoas não se lembrem das dificuldades do tempo colonial, que não apreciem as liberdades associadas à independência e não reconheçam os avanços na educação e saúde, mas para as pessoas pobres o acesso imediato às necessidades básicas como comida, vestuário e abrigo será e deve ser prioritário.

³¹ De acordo com o Gabinete Distrital das Calamidades, as cheias e os ciclones estão a ocorrer a intervalos mais regulares do que antes, com picos recentes. A sua capacidade de prever quando a água sobe nas partes mais altas do Rio Buzi e os ciclones se aproximam vindos do Canal de Madagascar melhorou – mas ainda não há um sistema eficaz de advertir a população, particularmente nas áreas mais remotas.

³² Guara-Guara cresceu até se tornar a terceira maior comunidade do distrito do Buzi, como resultado directo da cheia de 2000, e está localizada a apenas 5 km da Vila do Buzi mas num terreno maior. Fala-se que Guara-Guara se tornará o novo centro administrativo do distrito do Buzi dada a vulnerabilidade da Vila a cheias maiores.

Caixa 52: Características da Comunidade Antes e Agora (Estaquinha)

<i>Características Anteriores</i>	<i>Características Actuais</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Havia machambas onde as pessoas vendiam algodão e ganhavam dinheiro • Havia uma serração, fábrica de cal e plantações de cana de açúcar • Havia lojas • O custo de vida era baixo • Havia dinheiro suficiente para depositar no banco do Buzi • Havia boas relações com os comerciantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Há pouca chuva, cheias e ciclones [que tornam difícil produzir] • Os comerciantes determinam o preço dos produtos e criam especulação • As pessoas donas de bancas fazem magia e o nosso dinheiro desaparece misteriosamente • O custo de vida é alto

Desenhando mapas das suas comunidades individuais (ver o Capítulo 1), as pessoas da Vila, Bândua, Estaquinha e Nova Sofala mostraram o que pensam ser as instituições e os indivíduos mais importantes nas suas comunidades. O nível dos detalhes no desenho e a natureza das explicações que os acompanham diferem, mas revelam diferenças significativas e interessantes – sublinhando mais uma vez as desigualdades locais encontradas em Moçambique.

Na Vila, as pessoas começaram por desenhar um mapa cuidadoso do ‘outro lado do rio’, com as antigas fábricas que costumavam ser importantes em termos de emprego e rendimento mas que estão agora praticamente paralisadas. No actual centro populacional da própria Vila, foi dada ênfase à rua principal com a administração, o velho hotel, o mercado, o banco, a esquadra de polícia e o hospital – tudo componentes de uma noção de ‘urbanismo’ e ‘modernidade’. Os bairros circundantes, onde as pessoas vivem e muitas lutam para equilibrar as despesas com as receitas, não foram incluídos com o mesmo nível de detalhe. As oportunidades de emprego e um estilo de vida urbano foram assim enfatizados como fundamentais na noção que as pessoas têm da sua comunidade. Em Bândua, o mapa foi desenhado muito sistematicamente, focando o mercado e a habitação formal que resultou do reassentamento depois das cheias de 2000 – o que talvez seja melhor interpretado como uma expressão da percepção de desigualdade entre por um lado o centro de Bândua, com o mercado revigorado e os novos recém-chegados e, por outro lado, as tradicionais comunidades agrícolas pobres à volta do centro. Em Estaquinha o mapa parecia retratar uma ‘nostalgia’ da tradição e do passado, realçando lagos, rios, régulos e restos da Companhia do Buzi.

Em Nova Sofala, um mapa muito elaborado enfatizava os centros de comércio e de pesca ao longo da costa, realçando a importância da pesca e da proximidade da Beira para a sua comunidade. Desenharam também antigas instituições, realçando as profundas raízes históricas de Nova Sofala – incluindo a velha ‘fortaleza’ do início do período colonial, que é uma fonte de orgulho; o cemitério para uma extensa linhagem de régulos, que é considerado sagrado; e a missão, que tem sido importante para o seu destino como Católicos e para a educação. O grande número de machambas confinando com a concentração da população ao longo da estrada principal que atravessa Nova Sofala não foi desenhado – o que foi explicado com a referência aos solos pobres e à agricultura como economicamente menos importantes do que a pesca e o comércio.

Passando para as percepções de pobreza e bem estar nas quatro comunidades em estudo, realçamos no início como elas dão impressões muito diferentes no que respeita à dinâmica, pobreza e desigualdade na comunidade. A Vila e Nova Sofala deram um sentimento de serem vigorosas, com um trânsito constante de pessoas que parecem estar na rota para as suas machambas ou zonas de pesca, locais de trabalho formal, actividades económicas informais ou para sua casa depois de um

dia atarefado. Argumentaremos que uma razão para isto é que ambas as comunidades têm características 'urbanas' importantes – embora de formas diferentes.³³

A Vila é urbana *per se*, com a densidade de população e a necessidade da procura de emprego e rendimento em contextos urbanos explicando parcialmente a dinâmica aparente. De facto, a Vila do Buzi dá uma impressão de ser invulgarmente vibrante. Mesmo o mercado municipal, onde as pessoas têm de pagar taxas para exibirem as suas mercadorias e que em outros distritos está normalmente quase vazio, está cheio de comerciantes oferecendo tudo, desde telemóveis baratos até camarão seco. Uma grande casa perto dali guarda mercadorias e tem acomodação barata, um pequeno escritório para internet e fotocópias, e pessoas que vão e vêm comentando sobre ou contribuindo para a popular 'Radio Buzi' (ver abaixo). E no fim da movimentada rua principal do lado do rio, o tráfego para 'o outro lado' de pessoas que estiveram a trabalhar ou que tiveram outras incumbências na cidade é constante e vivo – com outras pessoas a irem ao seu encontro quando chegam à margem oposta do rio para lhes venderem as suas mercadorias.

Todavia, penetrando mais profundamente nos bairros da Vila, a pobreza e a desigualdade tornam-se visíveis. Há claras distinções entre as áreas mais altas, onde vive a maior parte dos habitantes originais e os em melhor situação, e as áreas mais baixas que estão constantemente susceptíveis a cheias e onde tendem a viver os migrantes pobres e mais recentes. Nestes últimos locais encontrámos também muito mais pessoas em casa durante o dia, dependendo de dádivas e ajuda dos outros na comunidade, o que é uma indicação de pobreza e perda de esperança e de que as pessoas desistiram de encontrar emprego ou outras formas de rendimento que são tão vitais em contextos urbanos.

Já Nova Sofala está longe de ser 'urbana', mas há um movimento constante de pessoas indo ou vindo da Beira, com barcos a partirem de um dos seis 'portos' da vila. As pessoas saem de Nova Sofala com artefactos, produtos agrícolas, coco e peixe e regressam com óleo de cozinha, sabão, fósforos, vestuário, cartões com crédito de telemóveis (vendidos em Nova Sofala acrescidos de um valor extra.....) e outros bens, vendidos na comunidade ou a intermediários com bicicletas que fazem venda ambulante das mercadorias nas comunidades do interior. A 'abundância' é visível no grande número de bancas de venda para uma população tão pequena, no número de casas feitas de blocos de cimento e com telhados de zinco, nos geradores que quebram o silêncio da noite, etc.

Também neste caso, todavia, um olhar mais de perto revela bolsas de pobreza e bem estar. As 'sub-comunidades' mais notáveis são talvez os acampamentos de pescadores: grupos de 25-50 homens que vivem semi-permanentemente em acampamentos na praia, onde o acesso por mulheres é estritamente controlado e a nenhuma mulher é permitido ficar de um dia para o outro porque isso significa pouca sorte e perigo.³⁴ Entre estes homens, há uma clara divisão entre os têm e os não têm: os *Patrões* ou donos de barcos e de redes fazem muito dinheiro com o seu valioso pescado, através de um intrincado sistema de grossistas (*generais*) e intermediários na Praia Nova na Beira. A tripulação (*marinheiros*), por outro lado, trabalha arduamente e praticamente sem folgas por salários abaixo dos 250 MT por mês.³⁵

Bândua e Estaquinha são comunidades mais 'rurais', tendo a primeira sido rural até ao recente afluxo de vítimas da cheia enquanto a última se tornou rural após o encerramento da Companhia do

³³ Uma indicação adicional da 'dinâmica' superior destes dois lugares é que eles têm a 'grande maioria' dos 68 grupos de poupança no distrito (com. pess. do Administrador do Distrito).

³⁴ As mulheres pescam em estações específicas, a partir da praia e com pequenas redes de lançar, mas nenhuma mulher em Nova Sofala esteve alguma vez dentro de um barco ou canoa de pesca.

³⁵ Interessante é o facto de, enquanto os *marinheiros* na costa de Sofala e para o sul desta usufruem todos de salários mensais fixos, as suas contrapartes ao longo da costa norte trabalham todas a troco de porções diárias do peixe capturado – o que pode dar mais dinheiro mas acrescenta um aspecto de imprevisibilidade em tempos de pesca fraca.

Buzi e a quase total falta de novas oportunidades de emprego. A dinâmica destas duas comunidades parece diferente da da Vila e de Nova Sofala. Em Bândua as pessoas cultivam principalmente para a sua subsistência, e baseiam o seu rendimento na venda de produtos básicos como arroz, açúcar, pilhas e sabão, entre outros. E em Estaquinha a comunidade, bem como os agregados familiares individuais, ainda lutam para se conformarem com o encerramento da *Companhia* e a falta de oportunidades de emprego.

Ao explicar o porquê das comunidades serem como são, também as pessoas no Buzi fazem uma distinção entre 'condições estruturais' externas e as características das pessoas nas comunidades. De acordo com a Tabela x, o actual estado de pobreza e bem estar é principalmente explicado referindo as calamidades naturais, a falta de oportunidades de emprego e os preços elevados e em crescendo da comida e dos bens. Nos casos de Bândua, Estaquinha e Nova Sofala foi também enfatizada a falta de infra-estruturas físicas, como estradas, água potável e electricidade, bem como infra-estruturas sociais na forma de escolas e unidades sanitárias. Na Vila, as pessoas realçaram o que *têm* em vez do que *não têm*: foi dado realce às escolas, ao hospital, ao congelador na morgue, água, um banco, uma rádio comunitária, um matadouro, 'chapas' para a Beira, e boas condições para telemóveis – o que reflecte a infra-estrutura superior e a percepção do nível de 'modernidade' e bem estar na capital do distrito.

As percepções das questões sociais mais importantes, que fazem das suas comunidades o que elas são, foram grandemente similares nos quatro locais, com um enfoque na 'pobreza', roubo, distúrbios causados pela bebedeira, feitiçaria e adultério. Aos conflitos à volta da terra, invasão de animais, queimadas selvagens que destroem as culturas e outras questões relacionadas com as desiguais relações de poder e as desigualdades, não foi dado o mesmo peso: em particular, as vastas áreas de terra da *Companhia do Buzi* forçam as pessoas a estabelecer as suas *machambas* longe das habitações, e os casos de invasão e queimadas selvagens podem destruir culturas inteiras e quase nunca conduziram a uma compensação por parte da *Companhia*, de acordo com os nossos informadores. Da mesma forma, a ênfase limitada posta nestas questões pelos líderes comunitários e outros habitantes diz qualquer coisa acerca do respeito e apreensão que rodeiam a companhia e o seu futuro.

Tabela 53. *Percepções das Determinantes Principais das Características Comunitárias*

Condições Estruturais	Condições Sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Falta de chuva, cheias e ciclones • Falta de emprego • Altos preços dos produtos • Más estradas [para a Vila e Beira] • Falta de electricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Roubo • Distúrbios causados pela bebedeira • Feitiçaria • Adultério • Conflitos por causa de terra

Tendo enfatizado como as quatro comunidades diferem em termos de dinâmica, pobreza e bem estar, terminaremos esta secção apresentando a 'Rádio Buzi' local – que parece instilar nas pessoas um sentido de comunidade *entre* postos administrativos individuais, bairros e aldeias.³⁶ A rádio é de longe a fonte mais comum de informação para as pessoas do distrito, onde a taxa de analfabetismo é alta e o acesso aos jornais é praticamente inexistente. A Rádio Buzi parece ser particularmente boa a produzir programas que captam a atenção de uma vasta secção da população. De acordo com o

³⁶ A Rádio Buzi arrancou em 1998 com o apoio económico da Cooperação de Desenvolvimento Austríaca. Desde 2005 recebe apoio de outras fontes, incluindo o UNICEF e a FORCOM – mas não o suficiente para trabalhar da forma que pretende, particularmente nas áreas rurais. A rádio tem quatro pessoas na folha de salários e mais 20 voluntários.

director da rádio, cobre 75% do distrito – embora admita que alguns dos jovens e instruídos pareçam preferir os programas de rádio ‘mais sofisticados’ da Beira....

A Rádio Buzi transmite programas 10 horas por dia, sendo aproximadamente metade em Ndau e metade em Português. Os programas são uma mistura de anúncios públicos, notícias nacionais e internacionais, programas educacionais (incluindo a ‘Hora dos Machambeiros’), música, entretenimento e serviços religiosos. É também usada para enviar mensagens a familiares e amigos sobre nascimentos, casamentos, funerais e outros acontecimentos privados.³⁷ A rádio, argumentaremos, tem um potencial de informação, educação e entretenimento ainda sub-utilizado, que é fundamental para o desenvolvimento e redução da pobreza e que devia ser apoiado mais activamente.³⁸ Aumentar a audição por parte das mulheres deve em particular ser objecto de realce, já que actualmente a sua taxa de audição é muito mais baixa do que a dos homens (Tvedten et al. 2008).

Características e Categorias de Agregados Familiares Pobres

Em Murrupula e Maputo (Tvedten et al. 2006, Paulo et al. 2007), as pessoas definiam os agregados familiares pobres na base de uma combinação de pobreza material e características sociais do agregado e dos seus membros. Este foi também o caso do Buzi: os agregados familiares pobres eram vistos como aqueles que não tinham comida, habitação adequada e dinheiro e que não têm família para os apoiar, nem relações com empregadores reais ou potenciais e ninguém na cidade que os possa ajudar em tempos de necessidade. No Buzi, foi dada ênfase adicional às condições ambientais ou naturais que afectam os agregados familiares pobres com particular força. As características fornecidas mais comuns estão listadas na Tabela x, com a vulnerabilidade às cheias a ser realçada na Vila, à chuva em Bândua e aos ciclones em Nova Sofala.

Tabela 54. *Características dos Agregados Familiares Pobres*

Características Materiais	Características Sociais	Características Ambientais
Sem comida	Sem emprego	Vulnerável às cheias
Sem casa	Sem apoio da família	Vulnerável à [falta de]chuva
Sem dinheiro	Ninguém na cidade	Vulnerável aos ciclones

As pessoas nas quatro comunidades em estudo têm percepções notavelmente semelhantes sobre as categorias de agregados familiares pobres e em melhor situação. Os termos usados para as categorias dos pobres assentaram basicamente em três tipos (Tabela x): agregados familiares que são tão pobres que necessitam de ajuda e apoio externos para sobreviver (os ‘pobres destituídos’); agregados familiares que trabalham arduamente e fazem o seu melhor, mas não conseguem melhorar as suas vidas (os ‘cronicamente pobres’); e agregados familiares que são pobres devido a infortúnios e pouca sorte, mas que estão em posição de melhorar a sua situação se o seu destino e a sua sorte mudarem (os ‘transitoriamente pobres’).

As categorias dos agregados familiares em melhor situação mostram também uma notável congruência: há alguns agregados familiares em melhor situação que são parte de famílias alargadas que ‘sempre’ estiveram em melhor situação (os ‘permanentemente ricos’). Há alguns agregados familiares que se tornaram em melhor situação através do seu próprio trabalho duro (os

³⁷ O principal problema enfrentado pelo pequeno mas entusiástico e jovem pessoal é que os problemas financeiros limitam o ponto até ao qual eles podem produzir programas no terreno, o que dá aos programas um pendor centralizado (i.e. Vila).

³⁸ O Programa de Pesca Artesanal do Banco de Sofala (PPABAS), que está activo na costa desde o norte de Nampula até ao sul de Sofala (incluindo Nova Sofala), usou a rádio durante muito tempo para informar os pescadores sobre preços de mercado, etc., com sucesso considerável.

'mercidamente ricos'). E há alguns agregados familiares que se tornaram em melhor situação por sorte ou oportunidade e que gostam de fazer alarde da sua riqueza (os 'novos ricos').

Tabela 55. *Categorias de Agregados Familiares Pobres e Em Melhor Situação*

Categoria	Nome em Ndau
OS POBRES	
Pobres destituídos	umbwa
Cronicamente pobres	mulombo
Transitoriamente pobres	kombo
OS EM MELHOR SITUAÇÃO	
Permanentemente ricos	muthende
Novos ricos	kuganha
Mercedamente ricos	mucupuki

5.3 Relações Sociais da Pobreza

Tendo identificado as percepções das pessoas e a sua categorização dos pobres e dos em melhor situação, através do exercício de classificação da riqueza, foram investigadas as actuais relações sociais em que os agregados familiares e indivíduos estão envolvidos, através de uma combinação de entrevistas aprofundadas, diagramas de Venn e estudos de caso alargados com agregados familiares das diferentes categorias de pobreza e bem estar definidas acima (ver o Capítulo 1).

'Tradição' e Género

Como argumentado na introdução a este capítulo, as pessoas no Buzi são susceptíveis às forças económicas e políticas externas e a forças económicas que têm um forte impacto nas suas vidas diárias, mas também são influenciadas pelas práticas sócio-culturais históricas e contemporâneas ou 'tradição'. Antes de mais o Buzi é tradicional e fortemente patrilinear. Isto tem um impacto em questões como os padrões de residência (com a prática comum sendo *virilocal*, ou seja, a esposa vem fixar-se na aldeia do marido e deixa assim a sua própria família); o sistema de sucessão e herança (que dá os principais direitos à família do marido e às crianças, à custa da esposa e da família dela); e a posição geralmente forte dos homens nos agregados familiares (que em princípio lhes dá por direito todas as decisões importantes e lhes concede direitos alargados sobre a sua mulher, filhos e propriedade).

Uma velha *mulumbo*³⁹ declarou que tinha tido uma boa vida com o seu marido, que trabalhou para a Companhia do Buzi, e com os seus quatro filhos. Mas desde que o seu marido primeiro perdeu o seu trabalho em 1997 e a seguir faleceu três anos mais tarde, a sua situação deteriorou-se dramaticamente.⁴⁰ A família do seu marido veio tomar posse da sua habitação e de quase todos os seus outros bens, e quando a entrevistámos ela vivia num abrigo improvisado juntamente com uma filha solteira e os dois filhos desta. Ela tem apenas um pequeno lote de terreno próximo da sua habitação e equilibrava a receita com as despesas vendendo tomates que por sua vez comprava a um agricultor da comunidade. Vinda originalmente de um distrito vizinho, ela não tinha por perto parentes chegados que a ajudassem e, como ela disse, 'às mulheres velhas como eu não é dada muita atenção pelas autoridades tradicionais'. Tentou obter apoio da Acção Social, mas queixou-se

³⁹ Escolhemos 'designar' os agregados familiares e pessoas entrevistados pelo nome da categoria sócio-económica em que se enquadam. Ainda por causa do anonimato, localizámos também os agregados familiares num cenário diferente daquele em que realmente vivem.

⁴⁰ Tradicionalmente as viúvas eram mantidas por e casavam com o irmão mais novo do falecido (não podia ser o mais velho, disseram-nos, dado que esse tinha a posição de um 'pai'), mas isto parece já não acontecer muito.

que isso era impossível sem o apoio do *wachefu* e do *saguta*. Se as coisas se tornassem realmente más para as crianças, ela podia pedir dinheiro emprestado a outras pessoas que vendiam no mercado, mas 'é difícil porque elas também são pobres e querem o seu dinheiro de volta imediatamente'. Ela gostava de se mudar para a sua própria família, mas de acordo com a tradição ela tem de ir a um *curandeiro* para ele perguntar ao espírito do seu falecido marido se ela se pode mudar. A cerimónia custa dinheiro que ela não tem, e ela sente-se forçada a permanecer onde está embora lhe doa ver sofrer a sua filha e os seus dois netos.

Embora a estrutura básica da adaptação patrilinear tradicional no Buzi esteja ainda grandemente intacta, também houve mudanças importantes. Algumas destas estão relacionadas com os processos de empobrecimento, particularmente a seguir ao encerramento da Companhia do Buzi: houve um desenvolvimento dos casamentos *muito* prematuros de raparigas jovens, o que as coloca numa posição vulnerável, explicado pela necessidade de os agregados familiares pobres terem menos bocas para alimentar e pela importância do dote ou *lobolo* para o rendimento e segurança económica. "Isto [i.e. as raparigas jovens casarem nos seus primeiros anos da adolescência] nunca aconteceu antes", de acordo com um homem mais velho com quem conversámos. O grande número de mulheres mais velhas e pobres que são viúvas ou divorciadas é também uma expressão de pobreza material: elas tendem a ser excluídas da família do seu marido quando ele morre (i.e. se ela não casar com o irmão mais novo do marido como permite a tradição), e a família alargada, vizinhos e amigos simplesmente não têm meios para apoiar parentes improdutivos ou membros da comunidade. Também este é um novo fenómeno, num cenário em que as pessoas mais velhas eram tradicionalmente respeitadas e cuidadas, de acordo com um *saguta*. E, por último, o que é considerado um problema crescente de violência doméstica é também atribuído à pobreza: a violência é principalmente exercida pelos homens, que perdem a base económica da sua posição no agregado familiar através do desemprego ou do fraco retorno agrícola e a 'compensam' marcando pela força a sua posição de chefes da sua mulher e da família.

Há também mudanças nas estruturas sócio-culturais tradicionais do Buzi, baseadas no aumento das desigualdades: muitas pessoas no Buzi ficaram em melhor situação e estão expostas a outras formas de organização das suas vidas, incluindo através de contactos com a Vila, Beira e outros centros urbanos (há ainda pessoas no Buzi que trabalham no Zimbabwe ou na África do Sul). Uma implicação deste aspecto é uma ênfase crescente no casamento formal como uma instituição, na forma de festividades elaboradas e uma inflação no tamanho do *lobolo*. As pessoas contaram-nos que o *lobolo* pode ser actualmente tão alto como entre 10.000 e 15.000 Meticais, com expectativas acrescidas de vestuário para o casal e a sua família mais chegada e a oportunidade de festas elaboradas. Isto pode também ser visto como uma forma de a noiva e a sua família terem a certeza que o marido e a sua família têm acesso a recursos para cuidar convenientemente da sua filha.

Em paralelo com a formalização da 'família perfeita' numa tradição Ocidental e Cristã temos um desenvolvimento rumo a um número crescente de agregados familiares chefiados *de jure* ou *de facto* por mulheres. Como realçado noutra lugar (Tvedten et al. 2008), os números disponíveis para Moçambique e Sofala indicam que a parte dominante dos agregados familiares chefiados por mulheres é constituída por divorciadas ou viúvas. Embora não haja dúvida que a proporção de mulheres mais velhas e solteiras é alta no Buzi, as pessoas no distrito usam uma noção de divórcio e vivez bastante livre para incluir também casos em que o homem simplesmente desapareceu da cena doméstica. Uma 'zona cinzenta' importante nas estatísticas disponíveis é o grande número de mães solteiras que voltam para casa da família original nos casos em que o pai da criança não assume a responsabilidade. Verificámos que em Sofala e no Buzi muitas raparigas jovens engravidaram, e muitas estão com grandes problemas devido ao estigma de serem mães não casadas e à dificuldade de as mulheres jovens conseguirem trabalho e rendimento. Pessoas contaram-nos que em Sofala e no Buzi os pais nunca 'abandonarão' as suas filhas que estejam em dificuldades deste tipo. As mães jovens que permanecem com os seus pais, por seu lado, expressam que estão

sob uma dupla pressão: espera-se que sejam 'filhas' e ajam como foram ensinadas, bem como 'mães' que devem contribuir para as despesas de manutenção delas próprias, dos seus filhos e dos seus pais.

Reflectindo em parte a forte cultura patrilinear, Sofala (incluindo o Buzi) tem sido tradicionalmente uma das áreas em Moçambique com mais alta prevalência de casamentos polígamos (Armando 2002, ver também MISAU 2005).⁴¹ A proporção de homens no Buzi tem sido historicamente baixa, dado que muitos saíram para a África do Sul, Zimbabwe ou Beira para trabalhar numa base semi-permanente, perderam as suas vidas na guerra ou mais recentemente com o HIV-SIDA – originando um excedente considerável de mulheres no distrito. Na nossa pesquisa não registámos muitos casamentos polígamos (ver o Capítulo 4),⁴² mas os nossos estudos de caso indicam que uma quantidade de pessoas vivem nesse tipo de uniões maritais. Alguns dos agregados familiares polígamos pobres dizem que mantêm estas unidades por 'razões práticas' (sem com isso pôrem de parte amor e afeição...), com as esposas vivendo e trabalhando em comunidades ou domicílios diferentes e o agregado familiar a fazer o seu melhor ante uma situação económica difícil. Mas também encontrámos agregados familiares em melhor situação e polígamos, onde o marido era o principal ganha-pão, apoiava bastante as suas esposas e ainda assim entendia que ter várias esposas era um sinal de riqueza e prestígio.

Uma outra mudança na estrutura sócio-cultural do Buzi é o número crescente de raparigas que vai à escola, num contexto em que isto não era comum. Tradicionalmente, investir na educação das raparigas não era visto como fazendo sentido para muitos pais que sabiam que as suas filhas ir-se-iam embora quando casassem (ver o Capítulo 3). O chefe da Zona Educacional (ZIP) em Nova Sofala contou-nos como tinha trabalhado arduamente para convencer os pais de que a educação ajudará as suas filhas a encontrar bons empregos; que elas compreenderão melhor a necessidade de cuidar bem dos seus filhos – e que as raparigas com educação começam a atrair *lobolos* de valor mais elevado. Embora isto tenha dado resultados na forma de um acentuado aumento da frequência escolar, as raparigas ainda são discriminadas negativamente no mercado de trabalho e conhecemos algumas mulheres jovens e instruídas que não encontraram emprego e tinham de trabalhar na economia informal como as suas irmãs com muito menos instrução.

A mudança das relações de género no Buzi é talvez melhor ilustrada no caso de uma *mucupuki* que gere diversas barracas, pequenas cantinas e uma pequena pensão na Vila. Ela cresceu numa área rural numa família pobre com os pais, cinco irmãos e duas irmãs. Os pais não tinham possibilidades de a mandar à escola, como fizeram com os seus irmãos, e quando as coisas se tornaram muito difíceis ela mudou-se para a Vila e arranjou emprego como empregada de limpeza e mais tarde como recepcionista em um dos maiores locais de alojamento da cidade. Tendo trabalhado aqui durante muitos anos e poupado mensalmente pequenas somas de dinheiro, começou a investir em barracas e em breve deixou o seu emprego para se dedicar mais directamente aos seus negócios.⁴³ Pouco a pouco conseguiu construir um edifício de tijolo suficientemente grande para nele incluir também um pequeno 'restaurante' e quartos de aluguer. Ela queixou-se que o seu maior problema é com os homens, em quem não se pode confiar, fogem com dinheiro logo que têm uma oportunidade e são preguiçosos. De facto, com excepção do filho de uma das suas irmãs, ela apenas emprega mulheres nos seus estabelecimentos comerciais e diz que se vira apenas para as mulheres quando precisa de ajuda ou apoio.

⁴¹ Definimos casamentos polígamos como unidades que são formalizadas tradicionalmente ou na mesquita, e não relações entre um homem e as suas 'amantes' que têm muito menos compromisso em termos de expectativas de apoio económico.

⁴² Uma razão pode ser que há uma crescente percepção de que a poligamia é 'antiquada' ou não faz parte do 'moderno' e por isso as pessoas tentarão 'escondê-la'.

⁴³ Ela também nos contou que teve problemas por apoiar a Frelimo na que era então uma área dominada pela Renamo.

'Modernidade' e Desigualdade

Encontrando-se na interface entre o rural e o urbano, o mercado e o dinheiro são parte das relações sociais das pessoas em muito maior grau do que encontrámos em Murrupula (Tvedten et al. 2006). De acordo com isto, tanto o rendimento médio como a despesa média são mais altos no Buzi do que em Murrupula – embora mais baixos do que em Maputo (Paulo et al. 2007). Uma implicação deste aspecto é que as mudanças no rendimento e nos preços têm um forte efeito imediato na maioria dos agregados familiares e relações sociais.

Os agregados familiares em melhor situação estão em posições de tomar parte activa no mercado de bens e serviços. Muitos agregados familiares na Vila, por exemplo, contratam empregados domésticos e trabalhadores para as suas *machambas*, libertando assim tempo para eles próprios em emprego não agrícola ou no comércio. O aumento dos preços pode tornar mais dispendioso para eles a compra de bens essenciais ou serviços, mas isto será muitas vezes compensado pelo aumento dos retornos do trabalho que executam ou dos bens que vendem. Para as pessoas pobres que gastam o seu tempo na *machamba* e raramente são capazes de vender o suficiente para aceder aos bens e serviços mais básicos, o aumento dos preços dos bens e serviços essenciais pode ter efeitos devastadores e compeli-los a reduzir o consumo. Para os *patrões* em Nova Sofala, por exemplo, o recente aumento do preço da gasolina para os seus barcos a motor foi mais do que compensado pelo aumento do preço do peixe na *Praia Nova* na Beira. Para a maioria dos pescadores e pescadoras em pequena escala, que usam o oceano como um apoio em tempos difíceis, todavia, a afluência em massa para a beira-mar com as suas pequenas redes de arremesso produz fracos retornos: têm problemas para dar seguimento em casa e nas *machambas*; deparam com preços muito baixos para o seu pescado quando o mercado local fica saturado; e argumentam que os seus esforços não são compensados pelo pouco dinheiro que ganham e que 'é comido' pelos aumentos de preço dos bens que têm de comprar.

Enquanto os agregados familiares em melhor situação, com emprego formal ou no comércio, se podem concentrar em maximizar os retornos de um ou alguns sectores, os agregados familiares pobres sabem que a sua melhor opção para reduzir riscos é diversificar as suas fontes de emprego e rendimento. Contudo, muito poucos têm o capital ou o crédito necessário para o 'bilhete de entrada': praticamente toda a empresa produtiva (carpintaria, alvenaria, padaria, alfaiataria, produção de comida, etc.) necessita de acesso a dinheiro para comprar ferramentas ou outros factores de investimento. O bilhete de entrada no pequeno comércio é geralmente menor, mas mesmo o mais pequeno investimento em tomates, cebolas ou outros produtos comestíveis para venda é, para muitos agregados familiares, demasiado difícil de conseguir. O acesso ao crédito para iniciar pequenas empresas e para diversificar da produção agrícola torna-se assim vital mas, novamente, os mais pobres estão numa posição de desvantagem: falta-lhes geralmente segurança e garantia adicional; têm um conjunto mais limitado de relações a quem possam pedir emprestado; e ficam numa frágil posição se o investimento inicial não for recuperado.

Um *mulumbo* de Bândua disse-nos que tinha uma esposa e três filhos pequenos, e tinha desistido de arranjar um emprego embora tivesse terminado a 12ª Classe. Conseguiu que o seu pai lhe emprestasse 900 MT para comprar uma bicicleta Chinesa barata e quando o encontrámos em Nova Sofala tinha gasto cinco horas transportando para a costa materiais de construção para um amigo a troco de uma pequena compensação. Tinha gasto um dia inteiro para convencer um comerciante local a comprar-lhe o material por aquele que ele disse ser o preço que o seu amigo tinha estipulado, mas tinha acabado por obter menos e provavelmente perdido a sua parte. Gastou o dia seguinte a tentar comprar peixe a uma peixeira local com contactos nos campos de pesca, e acabou por comprar um saco com 50 kg. de *quinha* (pequeno camarão seco) pelo qual se queixou de ter pago demasiado. No dia a seguir ao nosso encontro ele voltaria de bicicleta para Bândua com o peixe, que ele esperava que um comerciante de peixe do mercado de Bândua lhe comprasse a um preço

que lhe proporcionasse um pequeno ganho. Gastaria assim cinco dias longe da sua família e da *machamba*; pagaria pela comida e alojamento ('excepto uma noite em que fiquei com uma namorada' como ele disse), e calculava que teria um lucro de talvez 50 Meticais. Para uma pessoa sem alternativas esta pode ser uma 'boa semana' mas, se alguma coisa acontecesse com a bicicleta ou obtivesse um preço baixo pela mercadoria em que tinha investido, encontrar-se-ia sem nada excepto a dívida para com o seu pai. O *mulumbo* não via mais ninguém a quem pudesse dirigir-se no caso de ter de recomeçar tudo novamente.

Os recentes desenvolvimentos no Buzi abriram novas oportunidades para aqueles em posição de explorar. O banco local 'Millennium BIM' e os 'Sete Milhões de Meticais' melhoraram o acesso ao capital; o telemóvel facilitou a comunicação das pessoas nas áreas centrais que são cobertas pela rede existente; o transporte para a Beira nos *chapas* fez progressos com melhores estradas e tornou-se mais frequente; a electricidade (embora ainda só esteja disponível permanentemente na Vila) significa que os produtos comestíveis e outros bens podem ser melhor preservados; e passámos por algumas 'mini-empresas' que teria sido difícil iniciar sem aqueles melhoramentos na infra-estrutura. Num só *quarteirão* de um dos *bairros* da Vila, há um pequeno motel com facilidades que vão desde internet a uma piscina (construída por um anterior residente na área que agora vive e trabalha na África do Sul); uma oficina mecânica (com um homem a construir pequenos 'tractores' servindo-se de motores a diesel originalmente destinados à irrigação); diversas padarias (entre as quais uma que vende pão também para fora da Vila); uma pequena 'fábrica' de bebida tradicional (que a dona alargou após ter electricidade e poder trabalhar toda a noite); duas alfaiatarias (das quais uma tem uma máquina de costura eléctrica e não só faz reparações como também faz roupas novas); uma escola Muçulmana revitalizada (onde o proprietário pode agora ensinar à noite depois do trabalho, graças ao acesso à electricidade); e uma loja-carpintaria que aumentou a sua produção de camas, cadeiras e mesas dobráveis e que usa ferramentas eléctricas.

Um *kuganha* na Vila fez fortuna rapidamente através de uma combinação de trabalho duro e sorte. Mudou-se de uma zona rural do distrito para a Vila no fim dos anos 1990, deixou cedo a escola (dizendo primeiro que os seus pais não queriam que fosse à escola, mas admitindo depois que foi sua a decisão de abandonar), e começou por trabalhar como 'ajudante' numa das muitas canoas que transportam mercadorias e pessoas no Rio Buzi. Uma vez a canoa voltou-se e mercadorias que valiam 'uma data de dinheiro' caíram borda fora e foram consideradas perdidas. Todavia, ele voltou ao local, conseguiu recolher algumas delas, e afirma que as mercadorias foram o seu ponto de partida como comerciante de sucesso. No desenvolvimento do seu negócio serviu-se de um grande conjunto de contactos e relações: inicialmente utilizou os seus próprios familiares para trabalhar nas bancas que abriu ('eles são os únicos em quem posso realmente confiar'); depois alargou a sua rede às áreas rurais 'assegurando-me de que tinha bons contactos com os *régulos* e *sagutas*' (casou também com três mulheres em três lugares diferentes, mas argumentou energicamente que isso não tinha nada a ver com o seu negócio); e no último par de anos expandiu o seu negócio consideravelmente: primeiro através de um empréstimo dos 'Sete Milhões de Meticais' para comprar uma carrinha, com a qual ele próprio coloca as mercadorias na Beira em vez de confiar em transportadores que não inspiram confiança e depois (em 2008) através de outro empréstimo dos 'Sete Milhões de Meticais' para abrir uma *machamba* para produzir 'algumas das coisas que eu agora tenho de ir buscar à Beira'.

Os casos acima apoiam aquilo que parece ser uma percepção geral da crescente desigualdade no distrito do Buzi, embora isto seja geralmente não muito claramente expresso. A desigualdade é visível para uma pessoa de fora na forma do tipo de habitação (sendo uma casa de tijolo e tecto de zinco uma das expressões mais claras de bem estar); no modo de vestir (sendo os bons sapatos o indicador mais importante de bem estar); nos modos de transporte (sendo uma motocicleta o objecto final para a maioria, encontrando-se as bicicletas numa posição intermédia, e dependendo a maioria de andar a pé ou de conseguir uma boleia); e na posse ou não de telemóvel (embora muitos possam

não ter crédito a maior parte do tempo....). Quando, no exercício de classificação de riqueza (ver o Capítulo 1), se pergunta às pessoas porque é que algumas são pobres e outras ricas, a percepção mais comum parece ser que o mundo está feito dessa forma ou que isso é a 'vontade de Deus'.⁴⁴ Muito poucas pessoas se referem abertamente a processos políticos, à 'injustiça' ou a outros processos feitos pelo homem. Isto não é necessariamente o resultado da falta de compreensão: no Buzi, como em Murrupula e no Maputo, as pessoas fazem, por um lado, uma clara ligação entre sucesso e bem estar e, por outro, entre feitiçaria ou outros poderes sobrenaturais – o que faz da crítica aos agregados familiares em melhor situação e à aparentemente crescente desigualdade um exercício de risco.

No Buzi, o *muthende* mais conhecido é um homem de ascendência Europeia por parte do pai e de ascendência Ndaue pelo lado da mãe. O *muthende* casou com uma mulher de Estaquinha, tem seis filhos, e vive numa casa na parte central da vila com diversos outros familiares. Fazendo parte de uma família que permaneceu na área durante várias gerações, diz-se que o *muthende* é dono de 'centenas de cabeças' de gado; "muitos" moinhos de grão; 'grandes fazendas' (uma velha expressão Portuguesa para grandes quintas ou propriedades); e 'serrações' para cortar madeira das 'suas florestas'. De acordo com a sua esposa, o marido tem boas relações com a Administração Distrital; a Companhia do Buzi; os *régulos* nas áreas onde têm machambas e moinhos; os seus trabalhadores "e as pessoas na Beira onde temos um apartamento". Apesar dessa incrível riqueza num contexto local, nunca ouvimos uma palavra negativa acerca dele ou uma indicação de que a sua riqueza era entendida como 'injusta' em relação à grande maioria que, em comparação com ele, não tem 'nada'.⁴⁵

Na outra ponta da escala sócio-económica está um *umbwa* mais velho (ele próprio não sabia a sua idade, mas os vizinhos diziam que ele tinha 'pelo menos 50 anos'), que vive em péssimas condições no tão abandonado alojamento para solteiros anexo à Companhia do Buzi. O *Umbwa* contou-nos que nasceu em Estaquinha, numa grande família pobre com um pai que nunca arranjou emprego e 'estava sempre zangado'. Quando 'toda a gente' ia trabalhar para a fábrica, o seu pai ia trabalhar na *machamba*. O *Umbwa* nunca foi à escola, e começou a trabalhar na casa de um empregado na fábrica do Buzi executando tarefas domésticas. Contou-nos que só dificilmente recebia algum salário, mas era alimentado e bem tratado. Quando o seu *patrão* perdeu o seu emprego no princípio dos anos 1990, o *umbwa* teve de sair e gastou os dez anos seguintes fazendo trabalhos ocasionais (*ganho-ganho*) em *machambas* e como auxiliar nas canoas. Desde que perdeu força num braço e parte de uma perna em 2003, tem estado totalmente dependente da ajuda dos outros. Disse-nos que não tem contacto com a sua própria família, e os vizinhos no alojamento para solteiros 'tratam-me bem mas não têm nada para me dar'. Repetidas tentativas para obter auxílio da *Acção Social*, com a ajuda da *chefe de quarteirão* (uma das muito poucas mulheres com este posto, que depende grande parte dos seus dias tentando ajudar as pessoas como o *umbwa* sem ser a troca de compensação económica) foram finalmente recompensadas em Fevereiro de 2008. Contudo, a comida que ele comprou com o primeiro pagamento de 150 MT foi roubada enquanto ele dormia no seu quarto. Perguntado porque é que nunca se casou e constituiu família, o *umbwa* afirmou que 'as mulheres aqui não querem um homem que não é nada nem tem nada'.

Por último, parece haver um fosso geracional recente no Buzi, corporizando a tensão entre o 'tradicional' e o 'moderno': muitas pessoas mais velhas, incluindo um grande número de mulheres mais velhas que se tornam responsáveis pelos netos, sobrinhos e sobrinhas, queixam-se amargamente que os mais novos não as ajudam nem apoiam com o seu rendimento. Em particular,

⁴⁴ De um modo interessante, um homem idoso em Nova Sofala justificou isto referindo-se a uma mão, onde 'uns dedos são curtos e outros são compridos' – o que é a mesma metáfora usada noutros países como Angola e Namíbia (Tvedten 1997 and 2008).

⁴⁵ A única história indicando que ele era alguém à parte foi uma acerca do seu pai, que aparentemente tinha gasto o seu último ano a construir um avião para ir à Europa que apenas chegara ao outro lado do Rio Buzi...

muitas pessoas jovens não querem envolver-se na agricultura, que vêem como um trabalho duro com fracos retornos. As pessoas jovens estão elas próprias expostas a outras formas de vida que não o duro trabalho rural, através da escola, meios de comunicação, visitas a áreas urbanas, etc., e frequentemente têm aspirações que não podem satisfazer na sua comunidade local. O mais perto que muitos chegam de uma vida 'urbana' e 'moderna' é vender artefactos (cartões para recarga de telemóveis, CDs piratas, DVDs piratas, T-shirts, relógios falsificados, etc.) nas esquinas das ruas e nas *barracas*, sendo os lucros demasiado pequenos para os levar para qualquer lado. Mesmo as pessoas mais jovens com instrução facilmente acabam em tais situações, com um mercado de trabalho duro e competitivo.⁴⁶ Para obter emprego, muitos dos instruídos mais jovens deixam o Buzi para tentar a sua sorte em mercados de trabalho maiores como a Beira e Maputo. Estes jovens instruídos, desempregados e enraivecidos podem bem tornar-se a nova sub-classe urbana. Para muitos idosos das áreas rurais no Buzi, o medo é que a jovem geração ache difícil voltar à sua aldeia para viver da agricultura quando as responsabilidades da família os forcem um dia a fazê-lo.

Redes e Relações Chave

Vistos em conjunto, os nossos estudos de caso das diferentes categorias dos agregados familiares muito pobres, pobres e em melhor situação no Buzi revelam o mesmo padrão de relações sociais de pobreza e bem estar que vimos em Murrupula e Maputo.

A *família alargada* é o conjunto mais imediato de relações sociais para a maioria dos agregados familiares, sendo importante tanto na vida diária das pessoas como em tempos de particulares dificuldades. Há aqui duas excepções importantes: uma é o grande número de mulheres que vivem com a família do seu marido e não têm acesso directo à sua própria família alargada, o que pode ser crítico em tempos de separação, divórcio ou outros problemas domésticos e que frequentemente deixa estas mulheres em isolamento social. E a segunda é as pessoas que vêm de famílias *umbwa* cronicamente pobres, onde não há nada para satisfazer as relações em termos de comida, dinheiro ou outras necessidades básicas, o que força as pessoas a cuidarem delas próprias em primeiro lugar com a consequência de se marginalizarem lentamente mesmo dos seus próprios parentes.

Vimos também como os *vizinhos e amigos* podem desempenhar um papel crucial para muitos agregados familiares, permutando bens e serviços em relações recíprocas de longo prazo. Todavia, e novamente, os muito pobres enfrentam dificuldades específicas dado que muitas vezes não podem contribuir com a sua parte para relações que, para serem sustentáveis ao longo do tempo, têm de ser relações de reciprocidade. O urbanismo – mesmo em pequena escala como no Buzi – tende a criar novos espaços sociais onde a amizade e outras relações extra-familiares se tornam importantes. Há indicações de que as mulheres em particular exploram esta nova situação, entrando em relações de apoio mútuo com outras mulheres de uma forma que é difícil nas áreas rurais altamente patriarcais.

As *autoridades tradicionais* têm uma forte posição no Buzi mas, tal como em Murrupula e Maputo, desempenham um papel menor como fonte directa de apoio económico. A principal excepção é o seu papel como facilitadores em tempos de auxílio de emergência ou outros tipos de apoio externo, quando ajudam a identificar os mais necessitados. Contudo, o seu papel é importante para criar o espaço necessário para o desenvolvimento e mobilidade social: sem o apoio prático e sagrado das autoridades tradicionais, as empresas de pequena escala e outras iniciativas económicas não seriam bem sucedidas. Vimos também a forma particular como os *sagutas*, no nível mais baixo da organização tradicional, desempenham um papel vital na solução de conflitos nas comunidades e entre os membros da família e vizinhos.

⁴⁶ No Buzi, como na maioria de outras áreas similares em Moçambique, pôr um pé dentro da porta de um potencial empregador significa ter de subornar para ir ultrapassando os diversos obstáculos criados.

As *associações* são ainda raras nas comunidades que estudámos. Apesar do amplo consenso entre as pessoas que entrevistámos de que é melhor trabalhar em grupo do que numa base individual, apenas uma pequena parte dos agregados familiares está realmente envolvida em organizações ou associações comunitárias para produção, comércio, crédito, poupança ou outros fins. A razão principal parece ser a falta de confiança nos colegas membros da comunidade, falta de experiência de trabalho organizacional envolvendo dinheiro e outros recursos económicos, e uma concomitante tendência de essas organizações serem co-optadas por indivíduos com força na comunidade. As associações e sociedades de poupança estabelecidas como parte do Projecto de Pesca Artesanal do Banco de Sofala mostram que é possível criar unidades sólidas deste tipo, com apoio externo nas fases críticas do processo.

As *igrejas e mesquitas* desempenham um papel importante na vida da maioria das pessoas, tendo as últimas um papel mais directo em termos de apoio económico e material. No rescaldo da cheia foi dado algum apoio especificamente a agregados familiares Muçulmanos; os Muçulmanos da Beira irão até às áreas mais remotas do Buzi distribuir comida em tempos de desastres naturais; e espera-se que cada mesquita conserve uma pequena 'caixa de emergência' para apoiar famílias individuais em verdadeira necessidade. Todavia, mais uma vez, parece ser necessário manter relações, frequentando a igreja ou a mesquita a intervalos regulares e tomando parte activa na comunidade religiosa para ser elegível para receber apoio. Muitos dos mais pobres acham isto difícil, não apenas por razões práticas de transporte, vestuário apropriado, etc., mas também pela percepção da vergonha de se terem tornado destituídos.

As *organizações de auxílio* não são geralmente muito importantes na vida diária das pessoas, dado que são poucas e distantes e dirigem projectos limitados – em parte como resultado do actual paradigma de ajuda (ver o Capítulo 1). Todavia, as pessoas reconhecem a sua importância em tempos de crise, como depois da cheia em 2000 e de outros desastres naturais. Não temos informação sobre até que ponto o apoio atinge também os muito pobres, mas agregados familiares de todas as categorias sócio-económicas parecem terem estado envolvidos depois da cheia em esquemas de trabalho e apoio económico directo. O desafio principal nos projectos a longo prazo é atingir os muito pobres, que não podem trabalhar e que podem ser marginalizados e isolados dentro das comunidades. O impacto mais persistente da ajuda ao desenvolvimento no Buzi tem sido o Projecto do Banco de Sofala, que é um projecto de desenvolvimento rural integrado 'antiquado' que apoia actividades produtivas (pesca), comercialização (principalmente mas não apenas de peixe), escolas, postos de saúde, fontes de água, sociedades de crédito e associações comunitárias em Nova Sofala.

As relações com o *estado e o partido* têm sido até agora importantes principalmente para as pessoas garantirem educação, saúde, apoio à agricultura através da extensão agrícola e serviços relacionados e (mais recentemente) acesso ao auxílio através do Programa de Acção Social. Vimos como o acesso às unidades educacionais melhorou consideravelmente, e que também o sistema de saúde está a chegar às pessoas embora esteja ainda demasiado centralizado. Os informadores argumentam que ainda há problemas com o pagamento 'não oficial' nas escolas (para propinas de admissão e também para passar de classe), e que os serviços e medicamentos nos centros de saúde custam por vezes demasiado – mas não encontramos a mesma animosidade contra essas instituições do estado que encontramos em Murrupula. A relação potencialmente importante com o estado através dos serviços de extensão agrícola não surgiu nos nossos estudos de caso. Uma razão pode ser a cobertura limitada de tais serviços e a concentração *de facto* nas grandes unidades, mas isso pode também ser o resultado de um interesse limitado por parte dos agricultores de pequena escala que se vêm a si próprios como produtores de subsistência.

Com a presença crescente da Administração Distrital e a introdução dos 'Sete Milhões de Meticais', as relações com o estado tornaram-se potencialmente mais directamente importantes para a pobreza

e desigualdade: os agregados familiares e indivíduos que têm boas relações com o estado (personificadas através do administrador, os chefes dos postos administrativos, pessoas no conselho consultivo e outros funcionários do estado) têm uma melhor oportunidade de obterem acesso ao capital que é vital para a mobilidade social ascendente, do que os que as não têm. A nossa impressão dos estudos de caso e das entrevistas com pontos focais é que esse acesso varia entre os pobres, os menos pobres e os em melhor situação, o que pode bem contribuir para o aumento da desigualdade no Buzi.

Por último, os nossos estudos de caso demonstraram amplamente a importância das *relações rural-urbanas*. Os agregados familiares e indivíduos com acesso a pessoas em áreas urbanas tendem não apenas a ter fontes alternativas de emprego, acesso a melhores mercados e acesso a instituições melhores e mais altas de educação e saúde do que aqueles que o não têm, mas tendem também a ter uma visão diferente no que respeita à melhoria das condições para a sua família. Alguns destes agregados familiares têm relações económicas activas com as áreas urbanas (a Vila, Beira ou outras) através do emprego formal, comércio ou troca de produtos agrícolas por produtos 'urbanos'. Outros adoptam uma estratégia de 'agregados familiares separados', em que alguns membros da família permanecem nas áreas rurais e executam trabalho agrícola enquanto outros vivem nas áreas urbanas onde o mercado é maior tanto para os produtos agrícolas como para fontes alternativas de emprego e rendimento. Todavia, para estabelecer ligações rural-urbanas viáveis é preciso capital suficiente para manter várias habitações, para transporte, e para investir em bens tornando compensadores os investimentos iniciais. O que podemos ver de forma crescente no Buzi, bem como noutros locais similares, é que os mais pobres são os que não foram capazes de estabelecer e manter essas relações rural-urbanas.

6. Conclusões e Recomendações

6.1 Conclusões

Enquanto que os primeiros dois estudos desta série se centraram no norte rural (Murrupula) e no sul urbano (Maputo) de Moçambique, este estudo focou com particular atenção o distrito do Buzi na zona central do país, e as quatro comunidades que se encontram na interface rural-urbana.

- Como nos estudos anteriores, interessámo-nos particularmente pela importância relativa dos constrangimentos estruturais e da intervenção humana na monitoria da pobreza e bem estar – usando uma combinação de metodologias e dados quantitativos e qualitativos.
- Apresentámos o nosso estudo referindo dados nacionais que mostram que a desigualdade em Moçambique está altamente localizada, implicando que há no país processos locais importantes de marginalização e exclusão social que têm de ser tomados em consideração para o PARPA atingir os muito pobres.
- A província de Sofala caracteriza-se por ter visto um melhoramento acentuado da sua contagem de pobreza. O Buzi apresenta-se como um distrito dinâmico, com a Vila como centro político e económico e com centros populacionais mais pequenos em cada um dos postos administrativos.
- Ao mesmo tempo, as autoridades tradicionais têm uma forte posição particularmente fora da Vila. Isto criou uma dependência mútua entre o estado, que depende destas autoridades para a mobilização popular e cobrança de impostos, e os *régulos*, *wachefes* e *sagutas* que se encontram na folha de salários do governo.
- O desenvolvimento dinâmico do distrito parece ser o resultado combinado do desejo do governo de investir em áreas da oposição como o Buzi, e a própria história do distrito de resistência activa, agro-indústrias e relações com a Beira em particular.
- Num sistema político em que os distritos têm opções limitadas para tomar as suas próprias decisões e fazer investimentos, o sistema dos ‘Sete Milhões de Meticais’ revigorou a participação popular na vida política e económica mas também levou a uma percepção geral de favoritismo político.
- A educação viu um aumento do número de escolas e da frequência por rapazes e raparigas, o que é uma proeza importante. Todavia, muito poucos estão em posição de tirar benefícios da sua educação em termos de acesso ao emprego formal.
- Na saúde, a questão mais importante é o HIV-SIDA com uma prevalência de 23% no distrito no seu todo. A doença parece ter sido ‘normalizada’, o que é positivo para as vítimas que se tornaram menos isoladas socialmente mas problemático para prevenir que a doença se espalhe ainda mais.
- As quatro comunidades em estudo revelaram diferenças nas adaptações económicas e na organização sócio-cultural, grandemente baseadas em condições externas como o destino da Companhia do Buzi, as calamidades naturais recorrentes e a crescente importância das ligações rural-urbanas.
- Localmente, a organização sócio-cultural é influenciada pela tensão aparente entre uma adaptação patrilinear tradicional, níveis melhorados de educação e a ‘modernização’ resultante dos contactos com a Vila, a Beira e outras áreas urbanas.
- Isto parece ter posto em movimento processos de desigualdade crescente, em que os agregados familiares e indivíduos que conseguem relacionar-se com oportunidades de emprego formal e relações económicas com áreas urbanas tiveram experiência de mobilidade social ascendente,

enquanto que os que permanecem nas áreas rurais se encontram com uma gama mais limitada de meios de subsistência alternativos e retornos mais baixos do seu trabalho.

- Ao mesmo tempo, há processos de marginalização e exclusão social nas partes urbanas e rurais do distrito baseados na crescente importância do dinheiro nas relações sociais. Os idosos e as mães solteiras jovens sem apoio masculino estão em situações particularmente difíceis, enquanto os homens jovens que não tomam parte na agricultura e não arranjam emprego fora da saturada economia informal podem tornar-se uma nova 'geração perdida'.

6.2 Recomendações

Segundo a análise das forças de impacto realizada nas quatro comunidades em estudo (ver Capítulo 1), as pessoas têm percepções claras acerca dos principais desafios que as suas comunidades enfrentam e sobre o que precisa de ser feito para melhorar a situação das pessoas que nelas vivem. Fazemos a introdução desta secção apresentando os objectivos e principais desafios tal como nos foram apresentados numa das quatro comunidades (Tabela x). Como se vê os objectivos principais relacionam-se com o aumento da produção agrícola e do rendimento; mais oportunidades de emprego, particularmente para os jovens com instrução; medidas de protecção social para os mais pobres e mais marginalizados; e controlo de cheias e ciclones. Os principais constrangimentos para alcançar estes objectivos são vistos como externos às próprias comunidades locais, implicando que as pessoas vêem a necessidade de mudanças nos constrangimentos estruturais que enfrentam. Ao mesmo tempo, é sublinhado que 'as pessoas querem trabalhar' partindo do princípio que estes constrangimentos estruturais são removidos.

Tabela 56. *Percepções Locais de Desenvolvimentos Futuros e Seus Obstáculos no Buzi*

Objectivos de Desenvolvimento	Forças a Favor e Contra a Realização dos Objectivos
As pessoas devem aumentar o tamanho das suas machambas	As pessoas querem trabalhar, mas não aumentam as machambas por causa das cheias
As pessoas devem vender maior quantidade dos seus produtos	Os retornos são demasiado baixos, dado que os preços locais são desanimadores e os outros mercados ficam muito longe
As pessoas devem obrigar as suas crianças a estudar	Quando as pessoas não têm dinheiro, não mandam as suas crianças à escola. Também é difícil arranjar emprego
Deve haver mais emprego	As fábricas deviam reabrir. Não há investidores suficientes que venham para o Buzi
As viúvas velhas devem ser apoiadas	Talvez o governo não tenha conhecimento? Deve haver alguma falta de comunicação
As cheias devem ser controladas	O governo não está a fazer esforços suficientes para gerir e controlar as comportas [a montante]
Os ciclones devem ser acalmados	Actualmente Deus está muito longe, e não ouve as nossas orações

Com base nas opiniões expressas pela população no Buzi através das nossas metodologias participativas, e nas nossas próprias análises baseadas nos dados tanto quantitativos como qualitativos, as nossas recomendações preliminares são:

- Embora não tenhamos bases para avaliar a conclusão do INE (2004) de melhoramentos consideráveis na contagem da pobreza em Sofala, com base no nosso estudo no Buzi, os nossos dados parecem demonstrar um distrito e comunidades com uma dinâmica considerável e um alto nível de actividade económica.

- Para além da necessidade de redefinir e/ou clarificar as definições estatísticas do agregado familiar e da chefia (feminina) do agregado, referida em relatórios anteriores, este estudo mostrou a importância de encontrar melhores formas de captar as ligações rural-urbanas e a sua importância potencial para o alívio da pobreza.
- Embora percebendo a tensão política relacionada com Sofala e distritos como o Buzi enquanto áreas da oposição, há boas razões políticas e económicas para passar o Buzi a município e dar-lhe mais autonomia nos seus esforços de maior desenvolvimento e alívio da pobreza.
- O péssimo estado actual da Companhia do Buzi, anteriormente tão importante, funciona como um impedimento a maior desenvolvimento tanto da agro-indústria como de outros sectores, e o destino da companhia deve ser clarificado pelos seus proprietários e pelo governo tão breve quanto possível.
- A administração do distrito e as autoridades tradicionais do Buzi parecem de um modo geral terem encontrado formas de cooperar construtivamente, mas devem ser feitos mais esforços para separar melhor o aparelho estatal e o partido, de forma a evitar tensões futuras.
- O sistema dos 'Sete Milhões de Meticais' revitalizou a participação popular política e económica no Buzi através dos Conselhos Consultivos, mas a aparentemente crescente percepção de que o dinheiro vai principalmente para os filiados no partido e para os que estão em melhor situação tem de ser combatida assegurando uma distribuição transparente e justa dos fundos.
- A estação de rádio local (Rádio Buzi) tem um enorme potencial para uma eficaz disseminação da informação pública, esforços educacionais e comunicação dentro do distrito, e o seu futuro deve ser assegurado com fundos do governo e/ou das organizações de ajuda.
- No que se refere ao sucesso do Projecto de Desenvolvimento Integrado do Banco de Sofala no apoio a uma vasta gama de intervenções de desenvolvimento em Nova Sofala, o governo e também os doadores devem reavaliar o seu actual cepticismo quanto aos programas integrados de desenvolvimento rural.
- Ainda no que se refere à experiência positiva do Projecto do Banco de Sofala, devem ser feitos esforços renovados para apoiar a criação de associações na agricultura, entre os comerciantes de pequena escala e na forma de sociedades de poupança e de crédito – com um objectivo específico de empoderar as mulheres.
- A importância das relações com as áreas urbanas para o desenvolvimento económico (emprego e comércio) e a mobilidade social ascendente devem levar à intensificação dos esforços para melhorar a comunicação com a Vila e a Beira, por estrada, via marítima e fluvial (rios e mar) e as telecomunicações.
- Em particular, devem ser feitos esforços para apoiar a comercialização dos produtos agrícolas das áreas mais marginais do distrito (como Ampara), onde o poder de compra é tão baixo que inibe o aumento da produção. Devem ser consideradas alternativas locais e adaptadas aos anteriores 'conselhos de comercialização', publicamente apoiadas.
- Para os pobres e marginalizados que são compelidos a permanecer nas suas comunidades locais onde são pequenas as opções de emprego e rendimento, devem ser adoptadas intervenções orientadas para objectivos, pelo governo e pelas organizações de ajuda.
- Para os fisicamente capazes, os programas de comida (de preferência produzida e comprada localmente) pelo trabalho são uma boa forma de combinar desenvolvimento comunitário e geração de rendimento para os pobres. Para os idosos, os doentes e incapacitados, o sistema de apoio directo através do Fundo de Acção Social ou de outras fontes deve ser melhorado, descentralizando a tomada de decisões para o nível das localidades.

Annex 1: Terms of Reference Social Relations of Rural-Urban Poverty in Central Mozambique

Introduction. Research-based knowledge about poverty is recognised as crucial for Mozambique's poverty-reduction strategies as these are expressed in the Government's Five year Plan (2005-2009); the Poverty Reduction Strategy process (PARPA I and II); the annual Economic and Social Plan (PES) and other policy instruments. Much information already exists, through the 1997 and 2007 Household Censuses, comprehensive national household surveys (IAAF 1996/7 and 2002/3), and other more sector and topic-specific surveys. It is generally acknowledged that available quantitative data yield valuable information about the determinants, profile and mapping of poverty in the country (DNPO 2004; Isaksen et al. 2005).

At the same time, it is acknowledged that more research is needed to better understand the dynamics of poverty and the coping strategies of the poor (DNPO 2005; see also Isaksen et al. 2005). In line with this, there has been a call for more qualitative analyses, looking at the social organisation at the level of communities and households; at poor people's perception of their own situation and at their strategies to cope with their poverty and improve their lives (World Bank 2005c; see also G20 2004).

The realisation of the importance of combining quantitative and qualitative analysis is a central point of departure. Quantitative studies are often insufficient to answer questions of dynamics and processes of poverty (Kanbur 2001; see also Jerve et al. 2003). Qualitative studies on their part often fail to have an impact because they do not sufficiently relate to ongoing policy initiatives, and pay insufficient attention to sampling issues making it difficult to generalize conclusions (Carrier and Miller 1999; see also Uphoff 2001). To have value for policy-making, monitoring and evaluation of poverty, such studies must *inform* the quantitative data and thereby add to their utility for policy-makers.

Outline of the project. The following is an outline of the third study in a series of three studies on qualitative aspects of poverty in Mozambique. It will use existing quantitative data as point of departure, and focus on qualitative issues of social relations and cultural perceptions in a geographically confined area through anthropological "thick description". The first study focused on social relations of rural poverty in the District of Murrupula in northern Mozambique. The second study focussed on urban poverty in the Mozambican capital Maputo. And the current study will focus on what we will call 'small town poverty' in the district of Buzi in the central province of Sofala. All three project sites will be revisited after a period of three years to monitor and evaluate possible change following from the Government's poverty reduction policies.

Sofala has a history of political support to the opposition party Renamo, is predominantly Christian and patrilineal, and saw an improvement in the poverty headcount from 88.2 percent to 34.1 percent between 1996/97 and 2002/03 – even though the accuracy of these data is contested. The District of Buzi in particular is also characterised by an extreme vulnerability to floods and cyclones, affecting the livelihoods and coping strategies of the population. The district is located along the coast and has 160.000 inhabitants, with the district capital Buzi having approximately 35.000 inhabitants. The district has a long history of commercial agriculture and related small scale industries, but most of these have shut down the past decade leaving many inhabitants with a history of cash income without such means. Fisheries is an important alternative source of subsistence and income for the coastal population, with an accompanying tradition of oscillatory migration. Finally, there are prospects of increased economic activities related to the planned production of gas outside the district's coastline (Buzi Basin). In sum, the district represents an important comparative case to the predominantly rural district of Murrupula and the four urban bairros in Maputo that were the main focus of the second study.

Poverty will be broadly understood as lack of freedom to meet the daily needs of individuals and their dependants, and poverty reduction entails expanding those freedoms (Jerve et al. 2003). As such, poverty involves lack of income and assets to attain basic necessities (alleviated through a combination of increased *opportunities* and increased *capacity* to capitalize upon available opportunities); sense of voicelessness and powerlessness in relation to the institutions of society and the state (alleviated through increased

empowerment); and vulnerability to adverse shocks, linked with the ability to cope with them through social relationships and legal institutions (alleviated through increased *security*).

With reference to existing data to be identified in the initial phase of the project and an analysis of the Buzi district administration and its role in poverty alleviation, the study will seek to give a "thick description" of the communities under study. It will focus on the household as a decision-making unit, and a limited number of issues identified as important determinants of poverty in Mozambique in quantitative analyses:

- *Intra-household relationships*: In order to understand how households actually respond to their own poverty and interventions to alleviate it, it is important to understand how decisions are made. The point of departure is that poverty not only has to do with the material resources flowing into these units, but also with the way in which such resources are controlled, used and allocated. A particular focus will be on differences between male-headed and female-headed households.
- *Extra-household relationships*. Most of the poorest households are not viable as social and economic units. The extended family has traditionally been an important buffer or safety net in times of severe hardships. We know that such relations easily come under stress with poverty and insecurity. A particular focus will be on the relative importance of extended family relationships compared to community institutions (traditional and civil) as well as public institutions of the State for peoples' coping strategies.
- *Employment, income and expenditures*. Poor households in Mozambique are traditionally heavily dependent on agriculture. The study will assess the most important sources of employment and income for people in the Buzi district, and give additional attention to the implications of increased prices particularly on food for their coping strategies...
- *Education and health*. The quantitative studies on poverty in Mozambique find strong correlation between poverty and education. The study will seek to assess the perceptions of education among the poorest, and the main factors inhibiting people from sending their children to school. It will also focus on the implications of health and HIV-AIDS and the reoccurring natural disasters (floods) for peoples' coping strategies.
- *Other*. Options will be kept open for including additional key determinants of poverty defined by the population under study itself.

Methodology.

The study will be initiated by discussions with DNEAP/MPD to secure its relevance; acquisition of relevant quantitative data from INE; and identification of more localised socio-economic baseline-studies in Ministries, academic institutions and in the donor-community. Particular care will be taken to consult the District Administration.

The study will be carried out in four sub-districts (Administrative Posts), in order to analyse differences in social relations of poverty. The final decision on choice of study areas will be taken in cooperation with the Buzi district authorities.

The fieldwork period will be four (4) weeks. Central qualitative methods will be participant observation; focus-group interviews; extended case-studies; and various participatory research methods (incl. histograms, community mapping, force-field analysis, wealth ranking and venn-diagrams). The team will also carry out a questionnaire survey, focussing on the main issues identified for study.

Output:

1. A report, including i) a discussion of the role of qualitative poverty research in Mozambique; ii) an outline of demographic and socio-economic characteristics of poverty in the study area; iii) an analysis of social relations of poverty; iv) an analysis of the poor and employment, income and education; and v) conclusions and recommendations.
2. A Synopsis/Brief highlighting main arguments and conclusions, with illustrations.
3. A seminar at the Ministry of Planning and Development in Maputo, involving Government, donors as well as members of the research community.

In addition and as per contract, the team will i) write up a Synthesis Report highlighting common themes across the first cycle of three studies and policy recommendations and ii) (with practical support from DfID Mozambique) organise a stakeholder workshop where the Synthesis Report will be discussed.

Personnel

1. Dr. Inge Tvedten. Senior Researcher/Social Anthropologist. Chr. Michelsen Institute, Bergen, Norway.
2. Carmeliza Soares da Costa Rosário. Social Anthropologist. AustralCowi Lda. Maputo, Mozambique.
3. Margarida Paulo, Social Anthropologist. The Department of Anthropology at Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Mozambique.
4. Enumerators

Timing

15 October 2008 - 31 January 2009 (3 working months). Fieldwork will take place 4 weeks from approx. 15 October - 15 November 2008.

Annex 2: Questionário do Estudo

Nr. Questionário	_ _ _	Códigos
Entrevistador	_ _	
Nr. da entrevista	_ _	
Localidade	_____	
Cabo	_____	
Povoado	_____	
Distância da Sede		
Distrito	_ _ km	
Data	_ _ / _ _ / _ _	
Hora de Início	_ _ : _ _	

Bom dia (boa tarde), o meu nome é _____ e sou entrevistador para a Austral Consultoria e Projectos, Lda. Neste momento estamos a conduzir um estudo sobre a pobreza em Moçambique. Passaremos algum tempo na sua comunidade a conversar com várias pessoas. O Sr.(a) foi escolhido(a), entre outros(as) da comunidade para falar um pouco sobre o seu agregado familiar e a sua condição de vida. Todas informações aqui recolhidas são privadas e confidenciais e serão usados apenas para efeitos deste estudo, sem qualquer referência ao seu nome ou a qualquer outro membro da sua família.

1. Qual a relação do entrevistado com o agregado? _ _ <i>Se 01 passe para questão 4.</i>	01 Chefe do agregado 02 Esposa(o) 03 Outro adulto do agregado
2. Sexo do entrevistado _ _	01 Homem 02 Mulher
3. Qual a idade do entrevistado _ _	99 Não sabe
CARACTERIZAÇÃO DO CHEFE DO AGREGADO	
4. Nome do chefe do agregado familiar _____	
5. Qual o nome pelo qual o chefe do agregado é mais conhecido? _____	

6. Sexo do chefe do agregado __ __	01 Homem 02 Mulher
7. Qual é a idade do chefe do agregado? __ __	99 Não sabe
8. Qual é o estado civil do chefe do agregado? __ __	01 Solteiro 02 Casado igreja 03 Casado civil 04 Casado de facto 05 Separado 06 Viúvo
9. Qual é a principal ocupação do chefe do agregado? _____	
10. Qual é o nível de escolaridade do chefe do agregado? __ __	01 Nenhum 02 Alfabetizado 03 EP1 04 EP2/Elementar 05 Secund./Básico 06 Médio 07 Superior
DEFINIÇÃO DO AGREGADO	
11. Quantos membros tem o agregado familiar? (pessoas que comem da ou contribuem para a mesma panela, mesmo que não vivam na casa. Não esquecer de incluir as crianças e a pessoa entrevistada) __ __	
12. Qual a relação de parentesco que tem cada membro do agregado com o chefe do agregado? (quantas pessoas existem nas seguintes categorias) __ __ Chefe __ __ Esposa(o) __ __ Filhos __ __ Pais __ __ Irmãos __ __ Sobrinhos __ __ Netos __ __ Outros parentes __ __ Sem parentesco	
13. Destes membros do agregado quantos <u>não</u> vivem na casa? __ __ <i>Se 00 passe para questão 15.</i>	

<p>28. Indique a razão principal por desistente (não necessita repetir se a razão for a mesma entre diferentes desistentes do mesmo género)</p> <p> _____ Rapazes</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ Raparigas</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	
SAÚDE	
<p>29. Quantas pessoas do agregado ficaram doentes nas duas últimas semanas?</p> <p> _ _ </p>	
<p>30. Há algum membro do agregado que sofra de doença crónica ou prolongada?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 32.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>31. Quantas pessoas sofrem de alguma doença crónica ou prolongada no agregado? (responda por categoria)</p> <p> _ _ Crianças _ _ Jovens _ _ Adultos</p> <p>(0-12 anos) (12-18 anos)</p>	
<p>32. Onde costumam ir normalmente para serem tratados os membros do agregado em caso de doença?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Unidade sanitária local</p> <p>02 Unidade sanitária Nampula</p> <p>03 Enfermeiro</p> <p>04 Curandeiro</p> <p>05 Em casa</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>33. Algum membro do agregado <u>necessitou alguma vez de ser transferido</u> para uma unidade sanitária de nível mais alto e <u>não o pôde fazer</u>?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 35.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>34. Qual foi a principal razão para não ter conseguido ser transferido?</p> <p> _____ </p>	

<p>35. Quando um membro do agregado é internado, quem é que acompanha o doente? (leva comida e/ou fica a dormir com ele(a) na unidade sanitária)</p> <p>Se for criança (rapaz) __ __ _____ </p> <p>Se for criança (rapariga) __ __ _____ </p> <p>Se for adulto (homem) __ __ _____ </p> <p>Se for adulto (mulher) __ __ _____ </p>	<p>01 Chefe do agregado</p> <p>02 Esposa do chefe</p> <p>03 Um jovem</p> <p>04 Uma jovem</p> <p>05 Um adulto</p> <p>06 Uma adulta</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Não existe a categoria</p>
<p>36. Quantas crianças faleceram neste agregado antes de completar 5 anos?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 38.</i></p>	
<p>37. Quais as razões principais para essa(s) morte(s)?</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	
MOBILIDADE	
<p>38. Quantos membros do agregado sempre viveram neste local?</p> <p> __ __ </p>	98 Todos
<p>39. Algum membro do agregado esteve deslocado deste local durante a guerra?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 42.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>40. Em que ano se deslocou o primeiro membro do agregado?</p> <p> __ __ __ __ </p>	
<p>41. Em que ano regressou o último membro do agregado deslocado?</p> <p> __ __ __ __ </p>	
<p>42. O chefe do agregado sempre viveu neste local?</p> <p> __ __ </p> <p><i>Se 01 passe para questão 45.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>43. Onde vivia o chefe do agregado antes de se mudar para este local?</p> <p> _____ </p>	

<p>44. Para que lugares fora da localidade/cabo costumam ir com mais frequência os membros do agregado? (mencione até 3)</p> <p> _ _ _ (preencher apenas se nenhum membro do agregado costuma viajar)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 47.</i></p> <p>1. _____ </p> <p>2. _____ </p> <p>3. _____ </p>	<p>99 Nenhum</p>
<p>45. Quantas vezes costumam os membros do agregado viajar para fora da localidade/cabo?</p> <p>1. _ _ _ </p> <p>2. _ _ _ </p> <p>3. _ _ _ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p>
<p>46. Qual costumam ser as razões principais das viagens?</p> <p>1. _ _ _ _____ </p> <p>2. _ _ _ _____ </p> <p>3. _ _ _ _____ </p>	<p>01 Visitas familiares</p> <p>02 Negócios</p> <p>03 Compras</p> <p>04 Saúde</p> <p>05 Educação</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
BENS E PADRÕES DE CONSUMO	
<p>47. Que bens possui a família?</p> <p>Rádio _____ </p> <p>Aparelhagem/Rádio reproduztor _____ </p> <p>TV _____ </p> <p>Vídeo reproduztor _____ </p> <p>Bicicleta _____ </p> <p>Motorizada _____ </p> <p>Enxada _____ </p> <p>Catana _____ </p> <p>Machado _____ </p> <p>Outro _____ _____ </p> <p>Outro _____ _____ </p> <p>Outro _____ _____ </p>	<p>01 Possui</p> <p>02 Não possui</p>

<p>48. Quanto gastou na <u>semana passada</u> nos seguintes artigos:</p> <p>Produtos alimentares _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Produtos de limpeza _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Roupa/vestuário _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Produtos escolares _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Medicamentos/consultas _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Transporte _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p>													
<p>49. Quanto pagou o agregado de impostos, no <u>último ano</u>, nas seguintes categorias:</p> <p> _ _ _ (preencher apenas se não pagou impostos)</p> <p><i>Se 98 ou 99 passe para questão 50.</i></p> <p>Pessoal (para a totalidade do agregado) _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Bicicletas _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Comercial _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Agrícola _ _ _ _ · _ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ _ · _ _ _ _ </p>	<p>98 Não sabe</p> <p>99 Nenhum</p>												
<p>50. Que produtos trocou nas últimas duas semanas passada por outros?</p> <p> _ _ _ (preencher apenas se não trocou produtos)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 52.</i></p> <table border="0" style="width: 100%;"> <tr> <td style="width: 50%;">Produto entregue</td> <td style="width: 50%;">Produto recebido em troca</td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> <tr> <td> _____ </td> <td> _____ </td> </tr> </table>	Produto entregue	Produto recebido em troca	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	_____	<p>99 Nenhum</p>
Produto entregue	Produto recebido em troca												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
_____	_____												
<p>51. Qual é o local que mais usa para fazer a troca de produtos?</p> <p> _____ </p>													
ACTIVIDADES DE RENDIMENTO NÃO AGRÍCOLAS													
<p>52. Quantos membros do agregado têm emprego com salário regular ou beneficiam de reforma?</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 00 passe para questão 54.</i></p>													

<p>63. Que método de fertilização usa normalmente na(s) sua(s) machambas?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Rotação/pousio</p> <p>02 Adubos naturais</p> <p>03 Fertilizantes</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>64. Que mão de obra usa normalmente para cultivar os produtos na(s) sua(s) machamba(s)</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Membros do agregado</p> <p>02 Assalariados permanentes</p> <p>03 Contratados eventuais</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>65. Vendeu algum produto da última campanha? (soma do arrecadado pela totalidade dos produtos vendidos)</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 67.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>66. Quanto arrecadou na última campanha?</p> <p> _ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _ </p>	
<p>67. A família cria animais?</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 71.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>68. Quais os animais que o agregado cria?</p> <p>Galinhas _ _ _ </p> <p>Patos _ _ _ </p> <p>Cabritos _ _ _ </p> <p>Porcos _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ </p> <p>Outro _____ _ _ _ </p>	<p>01 Cria</p> <p>02 Não cria</p>
<p>69. Costuma vender animais?</p> <p> _ _ _ </p> <p><i>Se 02 passe para questão 71.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>70. Quanto rendeu a última venda?</p>	

_ _ _ _ · _ _ _ _ · _ _ _ _	
PROPRIEDADE E RELACÕES INTRA-FAMILIARES	
<p>71. Como foi adquirida a machamba principal do agregado?</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p><i>Se 01, 03 ou 06 passe para questão 74.</i></p>	<p>01 Não tem machamba</p> <p>02 Comprada</p> <p>03 Alugada</p> <p>04 herdada</p> <p>05 Doadada</p> <p>06 Cedida</p> <p>07 Abriu sozinho</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>72. A quem pertence a machamba principal do agregado?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Ao homem</p> <p>02 À mulher</p> <p>03 Aos dois</p> <p>04 À família do homem</p> <p>05 À família da mulher</p> <p>06 A todos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>73. Em caso de morte do proprietário quem herda a machamba?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 A(o) esposa(o)</p> <p>02 Todos filhos</p> <p>03 Só as filhas</p> <p>04 Só os filhos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>74. Como foi adquirida a casa onde o agregado vive?</p> <p> _ _ _ _____ </p> <p><i>Se 02 ou 05 passe para questão 77.</i></p>	<p>01 Comprada</p> <p>02 Alugada</p> <p>03 herdada</p> <p>04 Doadada</p> <p>05 Cedida</p> <p>06 Construiu sozinho</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

<p>75. A quem pertence a casa onde vive o agregado?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 Ao homem</p> <p>02 À mulher</p> <p>03 Aos dois</p> <p>04 À família do homem</p> <p>05 À família da mulher</p> <p>06 A todos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>76. Em caso de morte do proprietário quem herda a casa?</p> <p> _ _ _ _____ </p>	<p>01 A(o) esposa(o)</p> <p>02 Todos filhos</p> <p>03 Só as filhas</p> <p>04 Só os filhos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>77. Quem é responsável, no agregado por:</p> <p>Cultivar a machamba _ _ _ </p> <p>Construir a casa _ _ _ </p> <p>Cozinhar _ _ _ </p> <p>Apanhar lenha _ _ _ </p> <p>Carretar água _ _ _ </p> <p>Tomar conta da casa _ _ _ </p> <p>Tomar conta das crianças _ _ _ </p> <p>Fazer compras _ _ _ </p> <p>Cuidar dos doentes _ _ _ </p> <p>Educar as crianças _ _ _ </p> <p>Participar das reuniões comunitárias _ _ _ </p>	<p>01 As mulheres</p> <p>02 Os homens</p> <p>03 Os jovens</p> <p>04 As jovens</p> <p>05 Todos</p> <p>06 Ninguém</p>
<p>78. Quem decide como é gasto o dinheiro que a família rende de todas as actividades remuneradas e apoios externos?</p> <p> _ _ _ </p>	<p>01 Chefe de família</p> <p>02 Homem</p> <p>03 Mulher</p> <p>04 Ambos</p> <p>05 Todo agregado</p>

RELACÕES EXTRA-FAMILIARES	
<p>79. Qual foi o último problema/preocupação que o agregado teve que resolver e que teve que recorrer à intervenção de pessoas de fora do agregado para o resolver?</p> <p> _ _ (preencher apenas se não teve nenhum problema)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 81.</i></p> <p> _____ </p>	<p>99 Nenhum</p>
<p>80. A quem recorreram para resolver esse problema?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Polícia</p> <p>02 Representantes do Nihimo</p> <p>03 Familiares e amigos</p> <p>98 Outro (especifique)</p>
<p>81. Qual é a fonte de conflito mais comum na comunidade e que necessita de intervenção das autoridades para resolver?</p> <p> _ _ (preencher apenas se não existe nenhuma fonte de conflito)</p> <p><i>Se 99 passe para questão 83.</i></p> <p> _____ </p>	<p>01 Bebedeiras</p> <p>02 Adulterio</p> <p>03 Furtos</p> <p>04 Conflitos de terras</p> <p>05 Conflitos de água</p> <p>98 Outro (especifique)</p> <p>99 Nenhum</p>
<p>82. A quem recorrem, normalmente, os membros da comunidade para resolver esse problema?</p> <p> _ _ _____ </p>	<p>01 Chefe da aldeia/povoado</p> <p>02 Régulo</p> <p>03 Autoridade religiosa</p> <p>04 Polícia</p> <p>05 Tribunal comunitário</p> <p>98 Outro (especifique)</p>

<p>83. Quais são os serviços públicos que os membros do agregado usam?</p> <p>Escola __ __ </p> <p>Unidade sanitária __ __ </p> <p>Administração/Posto administrativo __ __ </p> <p>Agricultura __ __ </p> <p>Acção social __ __ </p> <p>Registos e Notariado __ __ </p> <p>DIC __ __ </p> <p>Polícia __ __ </p> <p>Tribunal __ __ </p> <p>Outro _____ __ __ </p>	<p>01 Usa</p> <p>02 Não usa</p> <p>03 Não existe na zona</p>
<p>84. Com que frequência usam esses serviços?</p> <p>Escola __ __ </p> <p>Unidade sanitária __ __ </p> <p>Administração/Posto administrativo __ __ </p> <p>Agricultura (extensionistas) __ __ </p> <p>Acção social __ __ </p> <p>Registos e Notariado __ __ </p> <p>DIC __ __ </p> <p>Polícia __ __ </p> <p>Tribunal __ __ </p> <p>Outro _____ __ __ </p>	<p>01 Pelo menos 1 vez por semana</p> <p>02 Pelo menos 1 vez por mês</p> <p>03 Pelo menos 1 vez por ano</p> <p>04 Menos de 1 vez por ano</p> <p>05 Nunca</p>
<p>85. Algum membro do agregado faz parte de alguma associação?</p> <p> __ __ Homens __ __ Mulheres</p> <p><i>Se ambos 02 passe para questão 87.</i></p>	<p>01 Sim</p> <p>02 Não</p>
<p>86. A que tipo de associação pertencem?</p> <p> _____ Homens</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p> <p> _____ Mulheres</p> <p> _____ </p> <p> _____ </p>	

<p>87. Comparando com a situação da família há 5 anos atrás, como avalia a situação da família hoje?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorou 02 Manteve-se 03 Piorou</p>
<p>88. Explique porquê</p> <p> _____</p>	
<p>89. Comparando com a situação da comunidade há 5 anos atrás, como avalia a situação da comunidade hoje?</p> <p> _ _ </p> <p><i>Se 04 passe para questão 91.</i></p>	<p>01 Melhorou 02 Manteve-se 03 Piorou 04 Não vivia na comunidade</p>
<p>90. Explique porquê</p> <p> _____</p>	
<p>91. Como espera que a situação da família esteja daqui a 5 anos?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorará 02 Manter-se-á 03 Piorará</p>
<p>92. Explique porquê</p> <p> _____</p>	
<p>93. Como espera que a situação da comunidade esteja daqui a 5 anos?</p> <p> _ _ </p>	<p>01 Melhorará 02 Manter-se-á 03 Piorará</p>
<p>94. Explique porquê</p> <p> _____</p>	

<p>Hora de Término _ _ : _ _ </p>	
---------------------------------------	--

List of Literature

- Abrahamson, Hans e Anders Nilsson (1995). *Mozambique in Transition: From Socialist Construction to Free Market Enterprise*. Londres: Zed Books.
- Alderman, H. (2001). *The Implications of Private Safety Nets for Public Policy. Case Studies of Mozambique and Zimbabwe*. Washington D.C: Banco Mundial.
- Arnaldo, Carlos (2002). 'Ethnicity and Marriage Patterns in Mozambique.' Em: *African Population Studies* Vol. 19(1).
- Arndt, Channing (2002). *HIV/AIDS, Human Capital and Economic Prospects for Mozambique*. TMD Discussion Paper No. 88 Washington D.C: International Food Policy Research Institute.
- Arndt, Channing, M. Barslund e J. Sulemane (2004). *Seasonality in Calorie Consumption: Evidence from Mozambique*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento.
- Arndt, Channing, Sam Jones e Finn Tarp (2006). *Aid and Development: The Mozambican Case*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise Política.
- Boaventura de Sousa Santos e João Carlos Trindade (ed.) (2003). *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem das Justiças em Moçambique (Vol I&II)*. Maputo: Edições Afrontamento.
- Broeck, Katleen van den (2005). "Poverty Analysis in Mozambique: An Overview". *Background Paper for the Country Poverty, Social and Gender Assessment*". Maputo: Banco Mundial.
- Brück, T. (2003). "Coping Strategies in Post-War Rural Mozambique". Berlin: DIW.
- Chiconela, Jacinto (2004). *Estimativas e Perfil da Pobreza em Moçambique. Uma Análise Baseada no Inquérito aos Agregados Familiares 2002-2003*. Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento.
- Christie, Frances e Joseph Hanlon (2001). *Mozambique and the Great Flood 2000*. Oxford: James Curry Publishers.
- CPRC (2005). *The Chronic Poverty Report 2004-05*. Manchester: Institute for Development Policy and Management, The Chronic Poverty Research Centre.
- Cramer, Christopher e Nicola Pontara (1998). "Rural Poverty and Poverty Alleviation in Mozambique: What's Missing in the Debate?" Em: *The Journal of Modern African Studies* Vol. 36(1) pp.101-138.
- Cruzeiro (2006). *Análise Multidimensional da Pobreza em Três Aldeias do Norte de Moçambique (Draft)*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- de Brito, Luis (2007). *Democracia à Prova das Urnas: Elementos para um Programa de Pesquisa Sobre a Abstenção Eleitoral em Moçambique*. Documento apresentado na Conferência Inaugural do IESE em Maputo em 19 de Setembro de 2007.
- Deverux (2001) 'Livelihood Insecurity and Social Protection: A Re-Emerging Issue in Rural Development', in *Development Policy Review* 19(4) pp: 507-19.
- DfID (2005). *Reducing Poverty by Tackling Exclusion. A DfID Policy Paper*. Londres: Departamento para o Desenvolvimento Internacional.
- DNPO (2002). *Mapeamento da Pobreza em Moçambique: Desagregação das Estimativas da Pobreza e Desigualdade aos Níveis de Distrito e Posto Administrativo*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, Direcção do Plano e Orçamento.
- DNPO (2004). *Poverty and Well-Being in Mozambique: The Second National Assessment*. Maputo:: Ministério do Plano e Finanças, Direcção Nacional do Plano e Orçamento.
- Elbers, Chris et al. (2004). *On the Unequal Inequality of Poor Communities*. Washington D.C: Banco Mundial.
- Englund, Harri (2002). *From War to Peace in the Mozambican-Malawi Borderland*. Edimburgo: Imprensa da Universidade de Edimburgo.
- Espling, Margareta (1999). *Women's Livelihood Strategies in Processes of Change: Cases from Urban Mozambique*. Gotemburgo, Suécia: Universidade de Gotemburgo, Dept. de Geografia.
- Florenco, Fernando (2005). *O Encontro dos Mambos. Autoridades Tradicionais vaNdau e o Estado em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

- Fox, L., E. Bardasi, K. van den Broeck (2005). *"Poverty in Mozambique. Unraveling Changes and Determinants"*. Poverty Background Paper to the Country Economic Memorandum 2005. Washington, D.C.: Banco Mundial.
- Francisco, António A. da Silva e Margarida Paulo (2006). *Impacto da Economia Informal na Protecção Social, Pobreza e Exclusão: A Dimensão Oculta da Informalidade em Moçambique*. Maputo: Cruzeiro do Sul.
- G20 (2005). *RAP. Relatório Anual da Pobreza 2005 (Versão Preliminar)*. Maputo: Colégio Pelo 20.
- GdDdB (2006). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Distrito do Buzi 2005-2011*. Buzi: Governo do Distrito do Buzi.
- GdDdB (2007). *Plano Económico Social e Orçamento do Governo do Distrito do Buzi*. Buzi: Governo do Distrito do Buzi.
- GdDdB (2008). *Balanço do PESOD/07 do Governo do Distrito do Buzi*. Vila do Buzi: Governo do Distrito do Buzi.
- GdM (2003). *Agenda 2025. Visão e Estratégias da Nação (Versão para debate público)*. Maputo: Governo de Moçambique, Comité de Conselheiros.
- GdM (2005a). *Government's Five year Programme for the Period 2005-2009*. Maputo: Governo de Moçambique.
- GdM (2005b). *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2009 (PARPA II) (Versão Preliminar)*. Maputo: Governo de Moçambique, Ministério do Planeamento e Cooperação.
- GdM (2005c). *Plano Económico e Social para 2006*. Maputo: Governo de Moçambique.
- GSDRC (2008). *Governance and Social Development Resource Centre* Baseado no site: www.gsdr.org.
- Handa, S., K.R. Simler e S. Harrower (2004). *Human Capital, Household Welfare and Children's Schooling in Mozambique*. Washington D.C: International Food Policy Research Institute.
- INE (2003). *Características Sócio-Económicas das Comunidades Rurais em Moçambique, 2002/3*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2004). *Inquérito Nacional aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar 2002/03. Relatório Final*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- INE (2006). *Inquérito Integrado à Força de Trabalho (IFTRAB 2004/05)*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Isaacman, Allen e Jean Hay (1997). *Cotton is the Mother of Poverty. Peasants, Work and Rural Struggle in Colonial Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth, NH: Heimemann.
- Isaacman, Allen e Barbara Isaacman (1983). *Mozambique. From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- James, Robert C., A. Channing and K. Simler (2005). *Has Economic Growth in Mozambique been Pro-Poor?* Maputo: Ministério do Plano e Finanças.
- Kanbur, R. e P. Schaffer (2007): "Epistemology, Normative Theory and Poverty Analysis: Implications for Q-Squared in Practice", *Desenvolvimento Mundial*, Volume 35, Questão 2, Fevereiro de 2007, pp. 183-196.
- Lindelow, M. (2002). *Health Care Decisions as a Family Matter. Intra-Household Education Externalities and the Utilization of Health Services*. Oxford: Universidade de Oxford: Centro de Estudo das Economias Africanas.
- MacDonald, Mike, Fidelix Kulipossa, et al. (2005). *Reestruturação dos Governos Provinciais e Distritais. Relatório de Consultoria Independente Apresentado para a Republica de Moçambique, Ministério da Administração Estatal*. Maputo: (Consultores independentes).
- MAE (2005). *Perfil do Distrito do Buzi, Província de Sofala*. Maputo: Ministério da Administração Estatal.
- Mate, Alexandre et al. (2005). *Estudo Qualitativo sobre a Pobreza em Inhambane e Sofala. Relatório Final*.: Universidade Eduardo Mondlane: Departamento de Arqueologia e Antropologia.
- Maximiano, N., C. Arndt e K.R. Simler (2005). *Qual foi a dinâmica das determinantes da pobreza em Moçambique?* Maputo: Ministério do Plano e Desenvolvimento.
- MISAU (2005). *Moçambique. Inquérito Demográfico e de Saúde 2003*. Maputo: Ministério da Saúde.
- MISAU 2008. *Informação Preliminar Sobre a Revisão dos Dados de Vigilância Epidemiológica do HIV - Ronda 2007*. Grupo Técnico Multisectorial de Apoio à Luta Contra o HIV/SIDA em Moçambique.

- Muchave, Paulo (2003). *Estudo Sócio-Económico de Base na Zona Costeira das Províncias de Nampula, Zambézia e Sofala*. Maputo: Ministério das Pescas, IDPPE.
- Negrão, José (2002). *"Para Que o PARPA Resulte! Reflexão epistemológica sobre um processo candente"*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
- Newitt, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. Indiana: Imprensa da Universidade de Indiana.
- Nordstrom, Carolyn (1997). *A Different Kind of War Story*. Filadélfia: Imprensa da Universidade da Pensilvânia.
- Norton, Roger (2004). *Visão e Estratégias de Desenvolvimento a Longo Prazo e Suas Implicações no Alívio à Pobreza: O Caso de Moçambique*. Atlanta, Geórgia: Centro Carter.
- Orlowski, D. (2001). *Pobreza em Sofala. Dimensão Territorial e Factores Qualitativos*. Hamburgo: Gestão GFA.
- PAP (2008). *Joint Review: Análise da Pobreza e Sistemas de Monitoria*. Maputo: Parceiros do Programa de Ajuda: (<http://www.pap.org.mz>)
- Paulo, Margarida, Carmeliza Rosário, et al. (2007). 'Xiculungo'. *Social Relations of Urban Poverty in Maputo, Mozambique*. Relatório CMI 2007:13 Bergen: Instituto Chr. Michelsen.
- Petty, Celia, K. Selvester, J. Seaman e J. Acidri (2004). *Mozambique Assessment. The Impact of HIV-AIDS on Household Economy.*: UK Save the Children Fund.
- RdM (2005). *Legislação sobre os Órgãos Locais do Estado (Lei No. 8/2003 e o Decreto No. 11/2005)*. Maputo: República de Moçambique.
- Roque, Carlos e Hemma Tengler (2001). *Buzi no Phudji. Perspectivas de Desenvolvimento Distrital Participativo*. Beira: Instituto Austríaco Norte Sul.
- San, Martin (2001). *"Fine Tuning Poverty Targeting Using a Poverty Map. The Case of Mozambique"*. Helsínquia, Finlândia: WIDER.
- Sheldon, Kathleen E. (2002). *Pounders of Grain: A History of Women, Work and Politics in Mozambique*. Portsmouth: N.H.: Heinemann.
- Simler, K.R., e V. Nhate (2005). *Poverty, Inequality and Geographic Targeting. Evidence from Small-Area Estimates in Mozambique*. Washington D.C.: International Food Policy Research Institute.
- Tvedten, Inge (1997). *Angola. Struggle for Peace and Reconstruction*. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Tvedten, Inge (2008). *'As Long as They Don't Bury Me Here'. Social Relations of Poverty in a Southern African Shantytown*. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia Social: Universidade da Cidade do Cabo.
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo, et al. (2006). 'Opitanha'. *Social Relations of Rural Poverty in Northern Mozambique*. Relatório CMI 2006:16. Bergen, Noruega: Instituto Chr. Michelsen.
- Tvedten, Inge e E. Villanger (2008). *Accounting for Poverty Reduction in Norwegian Development Aid to Mozambique*. Relatório 2008:13. Bergen, Noruega: Instituto Chr. Michelsen.
- UNDP (2007). *National Human Development Report 2007, Mozambique: Challenges and Opportunities. The Response to HIV and AIDS*. Maputo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- UNICEF (2006). *Childhood Poverty in Mozambique. A Situation and Trends Analysis*. Maputo: UNICEF.
- World-Bank (2007). *Beating the Odds: Sustaining Inclusion in a Growing Economy. A Mozambique Poverty, Gender and Social Assessment* Washington D.C: Banco Mundial.

SUMÁRIO

Este é o terceiro de uma série de seis estudos participativos e qualitativos da pobreza em Moçambique, efectuados com o objectivo de apoiar o governo na monitoria e avaliação do Plano de Acção em curso para Redução da Pobreza Absoluta, PARPA II. Muitas comunidades em Moçambique encontram-se na interface rural-urbana, por serem pequenas cidades ou conjuntos rurais nas proximidades das cidades. Há uma crescente evidência de que agregados familiares e indivíduos que conseguem estabelecer e manter ligações rural-urbanas são os que experimentam condições de vida melhoradas e mobilidade social ascendente, enquanto aqueles que estão ‘presos’ em aldeias rurais e bairros degradados urbanos enfrentam o empobrecimento. As aparentemente crescentes desigualdades na sociedade Moçambicana apenas podem ser combatidas deixando de referir-se às áreas rurais e urbanas como entidades separadas e vendo-as de preferência como intrincadamente ligadas e parte da mesma formação social.

Printed version: ISBN 978-82-8062-355-3
Electronic version: ISBN 978-82-8062-356-0

O Instituto Chr Michelsen é um centro independente de pesquisa em desenvolvimento internacional e políticas públicas com foco em países pobres. O Instituto conduz pesquisa básica e aplicada, nas áreas temáticas de direitos humanos, redução de pobreza, reforma do setor público, resolução de conflitos e manutenção de paz. Enfoque geográfico é dado a África do Norte e Sub-sahariana, Oriente Médio, Ásia Central e Sudeste Asiático, e América Latina.

A pesquisa realizada pelo CMI tem como objetivo informar e influenciar políticas públicas assim como contribuir para o debate sobre desenvolvimento internacional. O CMI trabalha com uma vasta rede de pesquisadores parceiros e em estreita cooperação com pesquisadores no Sul.